

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GABRIELLE CAMARGO TEIXEIRA DA SILVA

**CERCEAMENTO CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS: AS CONFIGURAÇÕES
FAMILIARES, A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES E
AS POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

ALFENAS/MG

2024

GABRIELLE CAMARGO TEIXEIRA DA SILVA

**CERCEAMENTO CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS: AS CONFIGURAÇÕES
FAMILIARES, A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES E
AS POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais, na linha de pesquisa: Cultura, Práticas e Processos na Educação.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Abondanza Vitiello

ALFENAS/MG

2024

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Silva, Gabrielle Camargo Teixeira da.

Cerceamento curricular nos anos iniciais: as configurações familiares, a ascensão dos movimentos ultraconservadores e as possíveis interferências nos livros didáticos / Gabrielle Camargo Teixeira da Silva. - Alfenas, MG, 2024.

130 f. : il. -

Orientador(a): Marcio Abondanza Vitiello.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024.

Bibliografia.

1. PNLD, Livros Didáticos. 2. Currículo. 3. Movimentos Ultraconservadores, Escola Sem Partido. 4. Famílias Homoafetivas, Ideologia de Gênero. 5. Estado, Censura. I. Vitiello, Marcio Abondanza, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

CERCEAMENTO CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS: AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES, A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES E AS POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS NOS LIVROS DIDÁTICOS

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais, na linha de pesquisa: Cultura, Práticas e Processos na Educação.

Aprovada em: 22 de outubro de 2024.

Prof. Dr. Marcio Abondanza Vitiello
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dra. Helena Maria dos Santos Felício
Universidade Federal de Alfenas

Prof.^a Dr.^a Flávio Borges do Nascimento
Universidade de Guarulhos



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Abondanza Vitiello**, Professor do Magistério Superior, em 22/10/2024, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1363029** e o código CRC **E6F86A13**.

Dedico este trabalho a Deus, a quem me apoiei durante todo o processo.

À minha mãe, minha grande fonte de inspiração e admiração.

À minha família pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos mais queridos, pela paciência e compreensão nos dias mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guiou neste processo, nas minhas certezas e incertezas, sempre me baseando na fé.

Ao meu orientador, Professor. Dr. Marcio Abondanza Vitiello, pela paciência com que me conduziu a finalizar essa etapa árdua. Meus sinceros agradecimentos!

Ao meu mestre e querido amigo, Professor. Dr. Flávio Borges do Nascimento, por sempre me incentivar, por acreditar na minha capacidade como educadora. Por sempre me impulsionar ao crescimento acadêmico e nunca me deixar desistir. Obrigada pelas palavras de conforto nos momentos de desespero, pelos conselhos sempre sábios. Muito obrigada!

À minha mãe, minha grande fonte de inspiração, minha base e meu espelho. Obrigada por me conduzir até aqui com a doçura e a paciência que só você possui. Obrigada por me proporcionar chegar na Educação e trilhar os caminhos que você sempre sonhou.

A alguém especial na minha jornada, ainda que por um curto período de tempo, por me ensinar que a vida deve ser celebrada todos os dias, pois ela é uma verdadeira festa.

À Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), pela oportunidade que me foi concedida para que eu pudesse trilhar mais um caminho na minha vida acadêmica.

A todos os docentes desta instituição pelo conhecimento a mim concedido.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Martin Luther King)

PRÓLOGO

Neste estudo, considero importante compartilhar um resumo conciso das experiências que moldaram minha vida pessoal e acadêmica, as quais contribuíram significativamente para a elaboração desta pesquisa.

Minha jornada até este ponto da minha trajetória acadêmica é como Gabrielle Camargo, uma educadora conhecida como Ga, Gabi ou até mesmo Gabrielle com dois "els" e "e". Agradeço enormemente à querida Professora Arlete, a quem devo minha alfabetização e parte do meu amor pela educação.

Quem está digitando estas palavras sou eu, a filha da senhora Rosilda, que é pedagoga e a fonte de toda a minha admiração, e a Gabi do senhor Antonio, que é militar e oficial a quem devo muito por toda a educação que recebi.

Nasci na cidade de São Paulo, no bairro do Cambuci, e terminei meus estudos primários e Ensino Médio no Colégio Militar.

Participei ativamente de boa parte da trajetória profissional da minha mãe como educadora, desde as atividades em sala de aula até o cargo de maior prestígio na Coordenadoria de Ensino da Prefeitura de São Paulo - Santana/Tucuruvi. Dessa forma, foi inevitável não me apaixonar pela área da Educação.

Na esfera educacional, obtive meu diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia, que foi finalizado em 2019.

Na instituição em que me formei, tive minha primeira experiência na vida acadêmica ao ser convidado para integrar um grupo de estudos sobre Iniciação à Pesquisa Científica.

A participação nesse estudo científico foi muito importante para o meu desenvolvimento acadêmico, permitindo-me ter a oportunidade de acompanhar as aulas do Mestrado em Educação na FEUSP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

Depois de concluir minha graduação, fiz uma especialização em Psicopedagogia na UNINOVE (Universidade Nove de Julho), e pretendo realizar estudos de pesquisa nesse campo da educação no futuro.

RESUMO

Em meio a um cenário político dividido por confrontos ideológicos extremos, as diretrizes educacionais passaram a ser alvo de disputas, levantando dúvidas sobre a disponibilização de determinados conteúdos e abordagens nos livros didáticos utilizados nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Neste estudo, buscou-se investigar a existência de eventuais censuras por parte de autores e editores em relação ao conteúdo de suas obras, além de analisar possíveis interferências do governo durante a gestão Bolsonaro (2019-2022) no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Questionou-se a real influência de um governo sobre o Currículo e o PNLD no que diz respeito aos conteúdos, em especial a temas voltados às diferentes configurações familiares. Para isso, a pesquisa examinou os conteúdos de alguns livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas disciplinas de Ciências, História e Geografia, relacionando possíveis cerceamentos a conteúdos e metodologias voltadas para a diversidade, tais como as famílias homoafetivas. A análise documental dos livros aprovados pelo PNLD dos anos de 2019 e 2023, com enfoque na contextualização, foi realizada através da coleta de dados que foram posteriormente analisados usando métodos quantitativos, por meio de gráficos. Com isto, pode-se aferir que, embora ainda exista o predomínio de família tradicionais heterossexuais, constatou-se a abordagem plural de família, incluindo às homossexuais, tanto em coleções aprovadas no PNLD de 2019, como no de 2023, este último avaliado durante o Governo Bolsonaro.

Palavras-chave: PNLD; movimentos ultraconservadores; ideologia de gênero; censura; currículo; estado; livros didáticos; famílias homoafetivas.

ABSTRACT

In the midst of a political scenario divided by extreme ideological clashes, educational guidelines became the target of disputes, raising doubts about the availability of certain contents and approaches in textbooks used in the first years of Elementary School. In this study, we sought investigate the existence of censorship by authors and publishers in relation to the content of their works, in addition to analyzing government interference during the Bolsonaro administration (2019-2022) in the National Textbook Program (PNLD). The real influence of a government on the Curriculum and the PNLD was questioned with regard to content, especially themes focused on different family configurations. To this end, the research examined the contents of some textbooks from the initial years of Elementary School in the subjects of Science, History and Geography, relating restrictions to content and methodologies focused on diversity, such as same-sex families. The documentary analysis of books approved by the PNLD for the years 2019 and 2023, with a focus on contextualization, was carried out through the collection of data that were later analyzed using quantitative methods, through graphs. With this although there is still a predominance of traditional heterosexual families, a plural approach to families, including homosexual ones, was found, both in collections approved in the 2019 PNLD and in the 2023 one, the latter evaluated during the Bolsonaro Government.

Keywords: PNLD; ultraconservative movements; “gender ideology”; censorship; curriculum; state; textbooks; same sex families.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Livro da Coleção Ápis Interdisciplinar – 1º ano PNLD 2019.....	68
Figura 2 – Representações de Família – Coleção Ápis Interdisciplinar– PNLD 2019.....	69
Figura 3 – Atividade sobre as Diferentes Famílias – Coleção Ápis Interdisciplinar – PNLD 2019.....	70
Figura 4 – Capa do Livro da Coleção Ápis – História – 1º ano – PNLD 2019.	71
Figura 5 – As Famílias são Diferentes – Coleção Ápis – História – 1º ano – PNLD 2019.....	72
Figura 6 – As Famílias de Antigamente – Coleção Ápis – História – 1º ano – PNLD 2019.....	73
Figura 7 – Atividade sobre as Famílias de Antigamente – Coleção Ápis – História – PNLD 2019.....	74
Figura 8 – Capa do Livro da Coleção Ligamundo – História – 1º ano – PNLD 2019.....	75
Figura 9 – Histórias de Família – Coleção Ligamundo – História – 1º ano – PNLD 2019.....	76
Figura 10 – Capa do Livro da Coleção Ápis – Geografia – 1º ano – PNLD 2019.....	77
Figura 11 – Atividade sobre Família – Coleção Ápis – Geografia – 1º ano – PNLD 2019.....	78
Figura 12 – Atividade 2 sobre Famílias – Coleção Ápis – Geografia – 1º ano – PNLD 2019.....	79
Figura 13 – Capa do Livro da Coleção Ligamundo – História – 2º ano – PNLD 2019.....	80
Figura 14 – Você não Vive Só – Coleção Ligamundo – História – 2º ano – PNLD 2019.....	81
Figura 15 – Capa do Livro da Coleção Vem Voar Interdisciplinar – 1º ano – PNLD 2019.....	82
Figura 16 – Minha Família é Assim – Coleção Vem Voar Interdisciplinar – 1ºano – PNLD 2019.....	83
Figura 17 – Capa do Livro da Coleção Ápis Mais Geografia – 1º ano – PNLD 2023.....	87
Figura 18 – As famílias são iguais? – Coleção Ápis Mais – Geografia – 1º ano – PNLD 2023.....	88
Figura 19 – Atividade sobre Famílias – Coleção Ápis Mais – Geografia – 1º ano – PNLD 2023.....	89
Figura 20 – Capa do Livro da Coleção Vida Criança – História – 1º ano – PNLD 2023.....	90
Figura 21 – As Famílias – Coleção Vida Criança – História – 1º ano – PNLD 2023.....	91
Figura 22 – As Famílias – Coleção Vida Criança – História – 1º ano – PNLD 2023.....	92
Figura 23 – Sobre as Diferentes Famílias – Coleção Vida Criança – História – 1º ano – PNLD 2023.....	93
Figura 24 – Atividade sobre Famílias – Coleção Vida Criança – História – 1º ano – PNLD 2023.....	94

Figura 25 – Capa do Livro da Coleção Pitanguá Mais – História – 1º ano – PNLD 2023.....	95
Figura 26 – As famílias são diferentes – Coleção Pitanguá Mais – História – 1º ano – PNLD 2023.....	96
Figura 27 – As Famílias são Diferentes – Coleção Pitanguá Mais – História – 1º ano – PNLD 2023.....	97
Figura 28 – As famílias são diferentes – Coleção Pitanguá Mais – História – 1º ano – PNLD 2023.....	98
Figura 29 – Atividade sobre Famílias – Coleção Pitanguá Mais – História – 1º ano – PNLD 2023.....	99
Figura 30 – Capa do Livro da Coleção Diálogos- História – 1º ano – PNLD 2023.....	100
Figura 31 – Sobre as Famílias – Coleção Diálogos – História – 1º ano – PNLD 2023.....	101
Figura 32 – As Famílias na Atualidade – Coleção Diálogos – História – 1º ano – PNLD 2023.....	102
Figura 33 – Capa do Livro da Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas – 1º ano – PNLD 2023.....	103
Figura 34 – Introdução sobre o Tema Famílias – Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas – 1º ano – PNLD 2023.....	104
Figura 35 – Minha Família – Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas – 1º ano – PNLD 2023.....	105
Figura 36 – As famílias são diferentes – Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas – PNLD 2023.....	106
Figura 37 – Famílias do Passado e do Presente – Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas – 1º ano – PNLD 2023.....	108
Figura 38 – Capa do Livro da Coleção Da Escola Para o Mundo – 1º ano – PNLD 2023.....	119
Figura 39 – Histórias de Família – Coleção Da Escola Para o Mundo – História – 1º ano – PNLD 2023.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação de famílias no PNLD de 2019.....	85
Gráfico 2 – Representação de famílias no PNLD de 2023.....	112
Gráfico 3 – Representação de famílias no PNLD de 2019 e 2023.....	113
Gráfico 4 – Representação das famílias homoafetivas femininas no PNLD de 2019 e 2023.....	114
Gráfico 5 – Representação das famílias homoafetivas masculinas no PNLD de 2019 e 2023.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados do PNLD 2019.....	29
Quadro 2 – Dados do PNLD 2023.....	29
Quadro 3 – Livros Didáticos PNLD 2019 de História, Interdisciplinar e Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental.....	67
Quadro 4 – Livros Didáticos PNLD 2019 de História, Interdisciplinar e Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental – Representações de Família.....	84
Quadro 5 – Livros Didáticos PNLD 2023 de História e Ciências Humanas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.....	86
Quadro 6 – Livros Didáticos PNLD 2023 de História e Ciências Humanas dos anos iniciais do Ensino Fundamental – Representações de Família.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico Didático
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESP	Escola sem Partido
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPER	Fórum Nacional de Ensino Religioso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTIS+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Intersexos, Simpatizantes
LGBTQI*	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersexo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PLD	Programa do Livro Didático
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para Jovens e Adultos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLD EJA	Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos
PT	Partido dos Trabalhadores
SEB	Secretária de Educação Básica
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CURRÍCULO E LIVRO DIDÁTICO: RELAÇÕES DE PODER E COMPREENSÃO DO LIVRO DIDÁTICO	19
2.1	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): UMA BREVE CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA E A AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL.....	26
2.2	A AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.	28
3	MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES E SUAS INTERFERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO	31
3.1	O AVANÇO CONSERVADOR E A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO PRESCRITO.....	38
3.2	O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O CONSERVADORISMO NO SÉCULO XXI: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO.....	46
4	AS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA E SUA PRESENÇA NOS LIVROS DIDÁTICOS	51
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
6.1	OS LIVROS DIDÁTICOS E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS: UM OLHAR PARA O PNLD DE 2019.....	66
6.2	OS LIVROS DIDÁTICOS E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS: UM OLHAR PARA O PNLD DE 2023.....	85
6.3	ANÁLISE COMPARATIVA: AS REPRESENTAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS ENTRE O PNLD DE 2019 E O PNLD DE 2023.....	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, passamos por um cenário político no qual a escola, que deveria ser um espaço aberto e democrático para debates, passou a sofrer ataques à diversidade de pensamento, incluindo os livros didáticos que, no Brasil, representam importantes instrumentos pedagógicos, não apenas por seu conteúdo, mas por seu papel enquanto objeto informativo e cultural.

Entender o livro didático é ir além da ideia de que o mesmo é apenas um simples objeto presente na escola e no contexto escolar, pois é um instrumento complexo e se tornou um dos principais recursos didáticos a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem, quando não, o único. A importância conferida a esse tipo de livro o tornou objeto de interesse de diferentes sujeitos e em diferentes perspectivas, os que estão diretamente envolvidos com o sistema escolar como o Estado, os professores e os alunos; aqueles que estão mais envolvidos com sua confecção e circulação, as editoras, os autores, e outros sujeitos que trabalham no setor editorial; aqueles envolvidos com as instituições internacionais de investimentos e de avaliação, como o Banco Mundial, e também os investigadores que o tomaram como tema, fonte ou objeto de pesquisa (Silva, 2018, p.25).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é direcionado para a aquisição e distribuição dos livros didáticos aos alunos da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Em 2019, houve a distribuição de milhões de livros para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com 92.467 escolas beneficiadas¹, 12.189.389 estudantes beneficiados e um total de pouco mais de 80 milhões de exemplares a um valor de aquisição de R\$ 615.852.107.23. Em 2023, foram beneficiadas 81.558 escolas, 11.548.22 estudantes beneficiados com um total de 74.048.926 exemplares e um valor de aquisição de R\$ 789.217.754.57, mostrando assim a importância deste Programa.

Portanto, é possível dizer que é um dos principais programas de aquisição e distribuição de livros didáticos por parte do Estado a nível global, destacando-se a importância desses materiais nas esferas políticas, sociais, econômicas e culturais no contexto educacional.

Salientamos que em muitas regiões, principalmente em seis estados

¹ Dados estatísticos disponíveis no link: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>, acesso em jan/2023.

brasileiros (Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), mais de 10% das escolas não tem acesso à internet, ou seja, os estudantes não têm acesso à internet, portanto, sua principal fonte de informação são os livros didáticos.

O PNLD foi criado em 1985, quando se tornou uma política pública de Estado. A partir de 1996, o Estado estabeleceu uma avaliação dos livros didáticos que seriam adquiridos.

Para tal avaliação, o Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) junto à Secretaria de Educação Básica (SEB), divulga editais de convocação para a inscrição das obras didáticas, estabelecendo os critérios adotados para a avaliação dos livros didáticos em seus aspectos teóricos, metodológicos, editoriais e gráficos.

Com a finalidade de promover esse estudo, estabelecemos como meta investigar o livro didático como objeto de estudo, de acordo com as suas características econômicas, sociais e culturais atendendo as demandas políticas mediante ao cenário político. Além disso, foi definido um período específico (2019-2023) para esta pesquisa, com o objetivo de analisar se as representações familiares presentes nos livros didáticos estão em conformidade com as diretrizes dos editais e se existe algum tipo de censura ou discriminação em relação às famílias homoafetivas, alvo de grupos ultraconservadores nas últimas décadas.

No capítulo 2, denominado “Currículo e Livro Didático: relações de poder e compreensão do livro didático”, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, que remete ao que entendemos como livro didático, foco desta pesquisa, as relações de poder que giram em torno deste objeto e a sua relação com o PNLD, definindo seus conceitos e atribuições, bem como seu uso. No subitem intitulado O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): uma breve conceituação histórica e a avaliação de livros didáticos no Brasil, abordamos um breve panorama histórico do referido programa, como se dá a avaliação deste material didático, desde a sua aprovação, confecção e distribuição, bem como as políticas públicas que se referem a esse objeto.

No capítulo, denominado “Movimentos ultraconservadores e suas interferências na educação” utilizamos a revisão documental acerca do tema,

² Dados disponíveis no link: [https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/em-2022-brasil-registrou-9-5-mil-escolas-sem-acesso-a-internet#:~:text=~Seis%20estados%20brasileiros%20%C3%AAm%20mais,Maranh%C3%A3o%20\(11%2C9%25\)](https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/em-2022-brasil-registrou-9-5-mil-escolas-sem-acesso-a-internet#:~:text=~Seis%20estados%20brasileiros%20%C3%AAm%20mais,Maranh%C3%A3o%20(11%2C9%25).). Acesso em nov/2024.

traçando um panorama sobre a interferência e os impactos desses movimentos para o cenário educacional brasileiro. Também abordamos o ensino religioso e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), no que diz respeito a laicidade do Estado, analisando práticas, projetos e políticas públicas que contribuem de certa forma para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.

Mais adiante, no capítulo 4, intitulado “As configurações de família e sua presença nos livros didáticos”, trouxemos a temática das configurações familiares e como estas estão inseridas dentro do livro didático abordando temas que envolvem as relações de gênero e sexualidade que permeiam o campo educacional, quanto aos modos de constituir um arranjo familiar.

No capítulo 5, trazemos os procedimentos metodológicos percorridos ao decorrer da pesquisa, os procedimentos que foram adotados para a análise do material de estudo pré-estabelecidos e que são apresentados em um tópico específico.

No capítulo 6, aprofundamos a discussão sobre as coleções analisadas, dentro dos critérios determinados pelo PNLD dos anos de 2019 e 2023, tendo como referência principal o livro didático, já mencionado como objeto de estudo desta pesquisa e as configurações familiares presentes nos livros didáticos, em especial as famílias homoafetivas.

Compreende-se que a análise dos livros didáticos se faz necessária, quando vemos que a produção dos mesmos se envolve em uma série de legislações, refletindo um contexto/espço temporal, que estão para além das práticas e dos interesses que envolve múltiplos sujeitos.

É difícil definir o livro didático e pensá-lo implica considerar sua função escolar e também a interferência de várias pessoas, em sua produção, circulação e consumo. Significa refletir sobre a contradição da finalidade educativa, de um lado, e a lucrativa, de outro, colocar em choque os interesses elevados, ligados ao conhecimento e à formação do ser humano, e os políticos e econômicos, ligados a instrumentalização como política educacional e à indústria cultural. Essa reflexão pode ocorrer de forma mais intensa em países como o Brasil, cuja produção desses materiais cabe à iniciativa privada e é orientada por políticas governamentais (Kanashiro, 2008, p.11).

2 CURRÍCULO E LIVRO DIDÁTICO: RELAÇÕES DE PODER E COMPREENSÃO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um dos mais importantes recursos utilizados no processo de ensino e de aprendizagem no Brasil. Sua importância pode ser imputada dentro da proposta educacional que está posta dentro de um modelo curricular que se encontra no sistema educacional.

É imprescindível compreender o livro didático em sua totalidade, sendo um objeto complexo, desde a sua produção, aprovação, distribuição e uso no âmbito escolar.

[...] a presença dos livros didáticos como *recurso* para o ensinar é superior à de qualquer outro recurso didático (Bonafé; Rodríguez *et al.*, 2013, p.216).

No início do século XXI, o ensino brasileiro enfrenta desafios, desde a compreensão de como o poder produzido pelo conhecimento pode, de alguma forma, ora reprimir, ora expandir as práticas sociais, sofrendo mudanças frente ao contexto histórico, social, cultural, educacional, econômico e político.

O estudo desenvolvido por Sacristán (1998), evidencia que o currículo parte de um processo e não somente um objeto com conteúdos definidos por especialistas, que visam priorizar apenas uma classe dominante, ampliando os agentes nele envolvidos desde a sua elaboração, implementação e desenvolvimento de tal objeto denominado currículo, mas sim, entender também a sua concepção ao se discutir o que compõe o livro didático. Destaca-se então que existe uma relação entre currículo e prática, e que esta não se dá de forma mecânica, e sim por meio das práticas educacionais.

Outros raciocínios e práticas virão justificar depois que as atividades dos professores/as referem-se basicamente aos aspectos metodológicos do como ensinar, enquanto as decisões sobre os conteúdos - o que ensinar - serão vistas como algo que pertence a outros: especialistas, administradores, políticos, editoras de livros – texto etc. (Sacristán, 1998, p.122).

Portanto, é possível compreender que as decisões tomadas fora do ambiente escolar independem do que é transformado dentro dele, ou seja, suas relações de efeito se dão entre conhecimento e poder e estão presentes na teoria curricular, sendo construídas historicamente.

A seleção e a organização do conhecimento estão vinculadas com os propósitos sociais, ou seja, teorias e práticas curriculares vinculam-se ao sentido político que o currículo exerce, observando então o campo do currículo e compreendendo as relações entre conhecimento e poder.

Para Bourdieu (2008), a produção do mundo social se dá por meio das relações estruturais, sendo a relação entre duas categorias: o sujeito e as estruturas, e o poder que está relacionado ao conhecimento é produzido nas relações que se estabelecem entre elas.

Com base na premissa de Bourdieu (2008), entende-se que a noção de poder é incorporada na forma pela qual as pessoas produzem um determinado conhecimento e usam para tratar das suas questões sociais.

O currículo surge como uma necessidade social, sobretudo econômica e cultural, expressando relações de poder, ideologias, valores e concepções distintas em relação ao processo educacional (Silva *apud* Vitiello, 2021, p.3).

Dentro do contexto, passamos para a compreensão de como o livro didático está inserido dentro do currículo, visto que o referido objeto de estudo traz em si o conhecimento científico e a cultura de uma sociedade que passa por dado momento histórico e vem acompanhado de vários processos.

Compreender o livro didático está para além da simples ideia de que é apenas um objeto presente no contexto escolar. Conferir importância ao manual escolar é enxergar os interesses de diversos sujeitos, que estão inseridos no sistema escolar, Estado, docentes e educandos, os sujeitos envolvidos na confecção, circulação e distribuição deste material, editoras, autores e sistemas que envolvem a avaliação deste material didático.

Compreender o livro didático implica considerar que ele tem a sua função escolar e a interferência de múltiplas pessoas em sua produção, circulação e consumo. É refletir sobre o que contradiz a sua finalidade educativa e a sua finalidade lucrativa, é colocar os interesses elevados que se ligam ao conhecimento e a formação do ser humano, os interesses políticos e econômicos que estão ligados a instrumentalização como política educacional e indústria cultural. Tal reflexão ocorre de forma mais intensa em países como o Brasil, onde a produção desses materiais cabe à iniciativa privada e vem orientada pelas políticas governamentais, segundo afirma Kanashiro (2008).

É difícil definir o livro didático, e pensá-lo implica considerar sua função

escolar e a interferência de várias pessoas em sua produção, circulação e consumo. Significa refletir sobre a contradição da finalidade educativa, de um lado, e a lucrativa, de outro; colocar em choque os interesses elevados, ligados ao conhecimento e à formação do ser humano, e os políticos e econômicos, ligados à instrumentalização como política educacional e à indústria cultural. Essa reflexão pode ocorrer de forma mais intensa em países como o Brasil, cuja produção desses materiais cabe à iniciativa privada e é orientada por políticas governamentais (Kanashiro, 2008, p.11).

A partir desta afirmação, busca-se entender o livro didático, seu uso e suas funções, desde sua elaboração, produção e distribuição no âmbito escolar.

O livro didático, manual ou compêndio escolar, é um objeto de estudo complexo que reúne vários elementos para a sua análise. Constitui-se em uma obra pedagógica que reflete os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espaço geográfico. Além disso, acompanha os processos técnicos e mercadológicos da produção editorial, sendo uma das vertentes curriculares no ambiente escolar (Vitiello, 2017, p.25).

Quais seriam os interesses subjacentes presentes nessa obra educacional?

O livro didático pode ser entendido apenas como um material impresso utilizado nos processos de aprendizagem, pura e simplesmente, o material que irá auxiliar o docente neste processo de ensino e de aprendizagem, com os conteúdos, porém seu conceito é mais complexo do que essa simples definição. As diferentes funções que estão atribuídas ao livro didático dão significado a tal objeto e seriam elas influenciadas pelo ambiente sociocultural, contexto atemporal, disciplinas e métodos e suas formas de uso, ou para Choppin (2004): referencial, instrumental, ideológico ou cultural e documental.

A primeira função: referencial, curricular ou programática, pode ser entendida como o livro didático tido como mero objeto de reprodução do que é proposto nos programas curriculares postos para as escolas. Dentro do livro didático estão contidos os conteúdos a serem ensinados, de acordo com as demandas de uma determinada sociedade, e são apresentados nas manifestações do currículo direcionados à escola, sintetizando tais conhecimentos escolares.

A segunda função: instrumental, que vem trazendo as atividades propostas, facilitando assim, uma memorização de conhecimentos, a aquisição de competências, as habilidades para apropriação, os métodos e a resolução de problemas.

A terceira função: ideológica e cultural que vem assumindo importante papel político, no que diz respeito aos discursos, aos interesses, a cultura e as ideologias, determinadas por aqueles que exercem as chamadas “relações de poder”, que

podem ser entendidas como as classes dominantes, o Estado e aqueles que exercem maior poder em uma sociedade capitalista.

A quarta função: documental, porque vem acompanhada de documentos que podem ser textuais ou icônicos, contribuindo com o desenvolvimento da criticidade do educando.

Com base nessas afirmações, compreende-se que o livro didático reproduz um modelo de sociedade conveniente para aqueles que estão acima nas relações de poder.

De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula poder (Foucault, 1979, p.160).

Conforme apontado por Foucault (1979), se quisermos aprender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não podemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado.

[...], mas talvez ainda não se saiba o que é o poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgota o campo de exercício e de funcionamento do poder. Existe atualmente um grande desconhecido: Quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detém. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado”, etc... são todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro, não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui (Foucault, 1979, p.75).

A utilização do livro didático no ambiente escolar dependerá, portanto, também do poder do docente e do educando e de como eles se apropriam desse material, dos seus interesses e da ideologia contidos nele, e entender que o livro

didático não é apenas um material de uso exclusivo para contribuir no processo de ensino-aprendizagem.

O livro didático é, portanto, múltiplo em suas funções e coexiste por meio de outros suportes educativos e uma ampla diversidade de agentes que o cercam. A capacidade de compreensão do livro didático vai além da sua concepção, ou seja, não se torna apenas um recurso que será utilizado dentro do processo de ensino e de aprendizagem, mas sim partindo de uma multiplicidade de sujeitos que nele estão envolvidos e atribuídos.

De acordo com Bittencourt (1993) compreende-se que o livro didático sob uma perspectiva mais ampla, está dentro de um contexto e é visto como um reflexo das políticas públicas educacionais, mas por questões relativas à produção editorial, sendo o livro uma mercadoria, visto como dispositivo que envolve as questões do saber e da cultura escolar, material de suporte às disciplinas escolares e analisado em relação ao seu uso e implementação.

Dessa forma, o livro didático, manual escolar ou livro-texto pode ser considerado uma materialização do currículo prescrito dentro do âmbito escolar, norteando os processos de ensino-aprendizagem, mas também objeto capaz de influenciar os conteúdos ensinados e as práticas docentes.

Ao mencionarmos o currículo, entendemos que o objeto livro didático, pode acabar determinando os conteúdos e as estratégias de ensino e influenciando o que é ensinado e como é ensinado (currículo e didática).

A partir da sua função ideológica e cultural, o livro didático reproduz o modelo de sociedade que é conveniente para aqueles que estão no poder, ou seja, contribui para uma educação voltada para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

Consolidar então as diferentes funções do livro didático implica no uso que os docentes e os educandos fazem e atribuem ao mesmo, quais os interesses e as ideologias presentes neste material, ou enxergá-lo apenas como objeto facilitador do ensino e de aprendizagem.

Cabe então ao docente definir qual será o papel desempenhado pelo livro didático em sala de aula.

O livro didático também pode ser entendido se partirmos do pressuposto de que suas relações refletem na sua produção, circulação e uso. Além de ser um objeto que possui finalidade educativa, deve auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, pois também se apresenta como mercadoria, não podendo se

abstrair da definição de que também é produzido para o mercado como objeto consumível, como afirma Munakata (2012).

Se o livro é visto como mercadoria, como objeto consumível, é importante destacar o momento em que buscamos entender as relações de poder existentes que giram em torno desse objeto, relações entre Estado, editoras, autores e o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), partindo da ideia de que ele é produzido seguindo as lógicas de mercado, adquiridos pelo Estado e distribuídos para serem utilizados nas redes públicas de ensino.

Ao olharmos a afirmação anterior sob uma perspectiva foucaultiana, o Estado pode não ser visto como foco absoluto do poder de uma sociedade. Sob a sua visão, os poderes estariam disseminados por toda estrutura social, através de uma rede de dispositivos ou mecanismos que todos estão submetidos.

É no âmbito escolar que as relações de poder existentes dentro de uma sociedade se encontram e se reproduzem, e pensando na ideia de currículo ele pode ser visto como objeto formulado por diversos agentes e que estes o fazem fora do meio da prática.

As relações estabelecidas entre currículo e prática não podem ser vistas como relações mecânicas, mas relações que devem vir acompanhadas de diversas práticas e não apenas reproduzidas, uma vez que o espaço escolar é um ambiente de produção cultural e não apenas espaço de reprodução.

Disso resulta um conceito essencial para compreender a prática educativa institucionalizada e as funções sociais da escola. Não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada, ou de ajuda ao desenvolvimento, de estímulo e cenário do mesmo, o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser um tema controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo ou proposição simples (Sacristán, 2000, p.15).

Sendo assim, o currículo deve se relacionar com o que a escola faz dentro de um determinado sistema ou meio social. Na definição de currículo então, devemos concretizar as funções que são da própria escola e como damos enfoque a elas dentro de um determinado momento histórico e social.

Gomes (2013) considera que os livros didáticos são entendidos como produções escolares que manifestam os conceitos das práticas curriculares, assim como geram significados acerca das definições do que deve ser ensinado e a forma como se ensina.

Portanto, teria o livro papel central como objeto pedagógico com um conteúdo

a ser estudado pelos estudantes e moldando a ação dos docentes.

Dessa forma, os currículos escolares deveriam ser o elemento que predominantemente regularia os conteúdos das diversas disciplinas, porém, no Brasil nota-se que uma determinação curricular só é consolidada assim que é incorporada nos livros didáticos pelo docente e pelos educandos (Gatti,1997).

Assim, pode-se entender que o livro didático é o material de uso docente e sua função é organizar os conteúdos de acordo com o que está prescrito no currículo oficial, fazendo a mediação entre currículo prescrito e currículo em prática.

Em plena era digital, os livros didáticos continuam sendo o dispositivo didático hegemônico para o desenvolvimento curricular nas aulas de educação primária e secundária e, com uma intensidade crescente, também na educação infantil (Bonafé; Rodríguez, 2013, p.209).

Considerando o contexto, temos então o livro didático como objeto, um modo do proceder pedagógico que reproduz o seu aspecto cultural, vemos então o currículo em sua forma textual materializando vida em sala de aula.

No estudo de Bonafé e Rodríguez (2013) existem algumas linhas de pesquisa que são as principais quando tratamos de investigar as práticas, a presença do livro didático que hegemoniza essas práticas, suas mudanças e estabilidades e qual modelo escolar que essas práticas contribuem.

Cabe então ressaltarmos o modelo do discurso ideológico por trás dos materiais, que analisa as questões relacionadas aos valores e conteúdos que se referem ao caráter moral e cívico, bem como os aspectos relacionados à discriminação sexual, étnica, racial, ideologias políticas, etc., e também as pressões que podem ser feitas sobre os autores de livros por parte das editoras evitando que o produto conflite com o que seria julgado majoritariamente “politicamente correto”, segundo Bonafé e Rodríguez (2013).

E ainda:

[...] a pesquisa sobre o livro didático, o que ela vem mostrando é que a abordagem da mulher, as diferenças étnicas, a sustentabilidade ambiental ou a democracia social continuam padecendo de preconceitos ideológicos em muitos livros didáticos (Bonafé; Rodríguez *et al*, 2013, p.217).

2.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): UMA BREVE CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA E A AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL

Neste tópico abordaremos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com ênfase no período de 1985 a 2023.

O referido programa foi instituído através do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, período da Nova República e de reestruturações políticas e educacionais no país.

Cabe ao Estado as políticas públicas destinadas à educação, assim como a sua execução, acrescida do discurso de qualificação destas políticas de modo a garantir melhores resultados.

O PNLD faz parte de uma política de distribuição de livros didáticos e pode ser considerado uma das maiores políticas públicas para a educação no Brasil, de forma a garantir o acesso aos alunos, professores e famílias aos referidos materiais.

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa “Educação para Todos”: considerando a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático; considerando finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação (Brasil, 1985, p.1).

A preocupação com a avaliação dos livros didáticos já fazia parte das políticas educacionais da Era Vargas. Em 1937, houve a instauração do Estado Novo e, com isso, a necessidade e preocupação surgiram com novas políticas públicas para a educação destacando a importância de um olhar mais atento para o objeto livro didático.

Durante este período foi estabelecido o Instituto Nacional do Livro Didático (INL), através do decreto de lei de nº93 de 21/12/1937, e no ano de 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do decreto de lei nº1006 em 30/12/1938.

Segundo o Capítulo IV, em seu art.20, excluídos seriam os livros que:

1. Atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
2. Contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
3. Envolver qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;

4. Despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
5. Encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
6. Inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
7. Incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
8. Desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
9. Procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
10. Inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combate as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Portanto, é evidente o interesse demonstrado pelo Estado com relação as políticas públicas de educação, organizando e fiscalizando os manuais de ensino, assim como todo o conteúdo presente nos mesmos.

No período da ditadura militar (1964-1984), várias formas foram criadas pelo Estado brasileiro afim de controlar e intervir estatalmente no livro didático. Inicialmente, a CNLD foi responsável por estabelecer uma política pública que regulamentasse a distribuição do manual escolar, circulação e o controle.

Assim, vários questionamentos passaram a surgir sobre a CNLD, fazendo com que o Estado tomasse as rédeas sobre a importação e distribuição desses livros didáticos.

No ano de 1966, o Ministério da Educação realizou um acordo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico Didático (COLTED).

Em 1976, a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) assume as questões ligadas a produção e distribuição dos livros, pois, de acordo com eles a CNLD não possuía recursos para tais funções.

Com o fim da Ditadura Militar no país, na década de 1980, a política pública voltada ao livro didático passou a ser denominada de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Mas foi somente a partir de 1996 que se desenhou o atual modelo, por meio de avaliações consecutivas e da publicação dos Guias de Livros Didáticos (Vitiello, 2018, p.62-63).

No ano de 1985, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) é substituído pelo Programa do Livro Didático (PLD) criado pelo Governo Federal e de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e passa então a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o

objetivo de proporcionar a escolha dos materiais didáticos por professores e editoras, bem como, distribuí-los gratuitamente aos estudantes da rede pública do Ensino Fundamental em todo o país.

No ano de 1997, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) é instaurada e o PNLD fica a cargo do FNDE, que se torna um órgão capaz de atender a todos os estados e municípios brasileiros, tornando-se a maior política pública, que executa ações e programas em todo o território brasileiro.

No período de 2007 a 2009, são regulamentados os Programas voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), intitulados Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) E Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e adultos (PNLD EJA).

No ano de 2010, é publicado o decreto de nº7.084, que dispõe acerca dos procedimentos para a execução dos programas de materiais didáticos, sendo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Deste modo, o PNLD deixa de ser política de governo para tornar-se política pública de Estado.

2.2 A AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A avaliação de livros didáticos é quesito fundamental ao se tratar de políticas públicas que são destinadas à educação e atendem a várias determinações em um amplo contexto.

Para Sakamoto (2008) a avaliação consiste em um conceito que designa o processo de confronto entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos. Avaliar então, significa constatar o nível de consecução dos objetivos, comparando as metas aos resultados.

A avaliação nos proporciona meios para analisar o desempenho de nossas políticas públicas no âmbito educacional, a fim de garantir a problematização e proposição de determinadas soluções partindo dos objetivos que lhes são designados.

Tal prática possibilitaria então o controle do Estado, no quesito gastos públicos, partindo das ações governamentais, através das políticas públicas.

Quadro 1 - Dados PNLD 2019³

Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	92.405		646.795	R\$8.742.034,39
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	92.467	12.477.482	80.092.370	R\$574.431.001,94
Anos Finais do Ensino Fundamental	47.357	10.578.243	24.523.891	R\$224.516.830,94
Ensino Médio	20.229	6.962.045	20.835.977	R\$251.830.577,40
Total Geral	Dado inexistente	30.017.770	126.099.033	R\$1,102.025.652,17

Fonte: (Brasil,2019).

Quadro 2 - Dados PNLD 2023³

Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	49.629	2.445.855	2.464.623	R\$46.745.188,27
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	81.558	11.548.222	74.048.926	R\$789.217.754,57
Anos Finais do Ensino Fundamental	47.306	10.066.299	12.981.858	R\$170.499.734,52
Ensino Médio	20.470	6.672.998	13.078.100	R\$182.274.236,85
Total Geral	Dado inexistente	30.733.374	102.573.507	R\$1.188.736914,21

Fonte: (Brasil,2023).

Conforme mencionado por Vitiello (2018), o sistema de avaliação desde o ano de 1996 passou por algumas reformulações, levando em consideração a proposta pedagógica, a estrutura temática e o perfil da coleção.

As coleções analisadas para esta pesquisa estão de acordo com as diretrizes propostas pelo edital do Programa nacional do Livro Didático (PNLD) 2019, que unem temas de Ciências, Geografia e História e se torna importante pois deve:

- Desenvolver a capacidade de aprendizagem mobilizando conhecimentos de diferentes áreas, fundamental para o enfrentamento das demandas do mundo contemporâneo;
- Auxiliar o trabalho docente ao lidar com conhecimentos aparentemente

segmentados;

- Propiciar ao estudante o aprendizado de múltiplas competências, habilidades e atitudes presentes em um mesmo tema de estudo.

O PNLD de 2019 ressalta em seu item 3.2.1 sobre a Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano, que será excluída do PNLD de 2019, a obra didática que: a) veicular estereótipos e preconceitos de condições socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação dos direitos humanos; e) abordar a temática de gênero, sexista não – igualitária, inclusive no que diz respeito à homo e transfobia, h) propor ação pedagógica voltada para desrespeito e desvalorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania.

Verifica-se que no PNLD de 2023, tais itens não estão presentes no edital no que se refere aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, portanto tendo sido retirados do mesmo.

Em todos os seus volumes, a estrutura está organizada de modo que facilite a prática do docente e permita a construção de rotinas escolares, que são fundamentais no processo de aprendizagem dos conteúdos específicos das matrizes curriculares de Ciências, História e Geografia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental I.

Quanto as orientações gerais, o docente será informado sobre os aspectos fundamentais do ensino e da coleção.

Quanto aos princípios e fundamentos teóricos cabem a descrição das diretrizes principais que delimitam as bases conceituais da coleção.

Em relação as orientações metodológicas caberão a exposição sobre a prática de ensino sobre cada disciplina e os recursos utilizados em sala de aula.

Quanto ao perfil da coleção a apresentação da seção, boxes e elementos que compõem as unidades didáticas da coleção, bem como textos de aprofundamento.

De acordo com o Ministério da Educação, as obras não são impostas aos professores, tendo estes a possibilidade democrática de escolher, dentre os livros constantes no Guia do PNLD, aquele que deseja utilizar, levando em conta seu planejamento pedagógico. São eliminados apenas os livros que contenham erros conceituais, indução a erros, preconceito ou discriminação de qualquer tipo e que estejam desatualizados (Vitiello, 2018, p.65).

3 MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES E SUAS INTERFERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Em pleno século XXI, os movimentos conservadores, em muitos casos denominados ultraconservadores, têm buscado ampliar sua interferência na educação brasileira, principalmente no que diz respeito ao debate sobre as diversas dimensões do currículo, desde o prescrito, na tentativa de interferência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até o currículo em ação, cerceando o trabalho dos professores em sala de aula. Uma das principais ações se dá em um movimento contrário ao que se passou a denominar “ideologia de gênero”, que será tema de discussão neste capítulo.

Um dos aspectos principais do conservadorismo, está a narrativa que naturaliza as desigualdades sociais. Suas raízes, no entanto, são amplas, tendo se intensificado no campo da educação com a ascensão do movimento Escola Sem Partido (ESP), a partir de 2004 em associação com as bancadas evangélicas no Poder Legislativo Brasileiro, nas instâncias municipais, estaduais, distrital e federal.

Segundo as concepções propostas por Huntington (1957), podemos definir o conservadorismo de acordo com três teorias presentes em seu ensaio onde: a definição aristocrática relaciona o conservadorismo a uma classe social particular, ou seja, a aristocrática, em um contexto histórico específico de consolidação da burguesia. A teoria autônoma aceita que o conservadorismo se apresente em qualquer fase da História, desde que tenha determinadas características-defesa da religião, das tradições e da propriedade. A definição situacional argumenta que o conservadorismo existe em contextos específicos de enfrentamento entre uma posição que quer mudanças fundamentais e outra que quer conservar as instituições vigentes.

Com base nos fundamentos do autor, entende-se que a teoria aristocrática, ou conservadorismo moderno - político, se diferencia do tradicionalismo, e, surge em um dado contexto histórico, um conflito de classe específico (o feudalismo, a nobreza, o capitalismo, a democracia, o liberalismo e o individualismo), e que assim sendo, não poderia de acordo com a teoria de Huntington existir conservadorismo em países como os Estados Unidos, pois não se teve a tradição feudal presente em seu contexto histórico.

Nesse contexto, os intelectuais neoconservadores, de início ligados à direita

do Partido Democrata, abandonaram-no e aliaram-se à direita secular do Partido Republicano e à direita cristã. A oposição àqueles movimentos reivindicatórios fomentou a aliança neoconservadora-também chamada de nova direita-, que se consolidou no processo de eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos, em 1981, e que deu ao Partido Republicano o controle do Senado dos Estados Unidos pela primeira vez desde 1952. Trata-se do neoconservadorismo como movimento político (Lacerda, 2019, p.22).

Já para a teoria autônoma, o conservadorismo não se relaciona ao interesse de nenhuma classe ou grupo, dentro de dado momento histórico, tornando-se assim autônomo de ideias ou princípios.

A essência do conservadorismo é para Kirk (2001 {1953} p.190, 237, 45-61), a preservação das antigas tradições morais da humanidade. Ele identifica seis cânones do pensamento conservador que seriam em síntese: a) crença de que a vontade divina regula a sociedade e a consciência; b) afeição pela vida tradicional; c) convicção de que a sociedade civilizada exige ordens e classes; d) convicção de que a propriedade e a liberdade são necessariamente ligadas, e que o nivelamento econômico não é progresso econômico; e) convicção de que a tradição e preconceito bem fundamentado fornecem os controles sobre o impulso anárquico do homem; f) reconhecimento de que a sociedade deve alterar-se de modo lento e de que a Providência é o instrumento adequado para a mudança (Lacerda, 2019, p.24).

De acordo com a teoria situacional, a ideologia conservadora tem o seu desenvolvimento em uma dada situação ou momento histórico, na qual surge um importante desafio contra as instituições estabelecidas, sendo um sistema de ideias empregadas que justificam qualquer ordem social estabelecida, não importando quando ou onde, não significando que o conservadorismo se opõe a qualquer mudança, mas, que se secundárias, são bem-vistas e aceitas, a fim de preservar os elementos fundamentais de uma sociedade.

Pode-se destacar no Brasil o conservadorismo católico durante a Era Vargas (1930-1945), onde os valores que seriam antiliberais e as tendências autoritárias, colocariam os valores ora defendidos pelas democracias liberais no mundo em crise.

Com base nas três teorias apresentadas por Lacerda (2019), o neoconservadorismo pode ser visto como um ideário conservador e pode ser nominado também como a nova direita.

Para Birolli; Machado; Vagionne (2020), o debate sobre conservadorismo, permite que se fale em neoconservadorismo, e que este, não se restringe somente, a atores, agenda ou linguagem de caráter religioso, mas, têm se reafirmado em múltiplos espaços, a perspectiva moral, servindo de base para a regulação da vida

social e reprodutiva de toda a população.

Longe de ser um remanescente do passado, a política estabelecida por esses atores religiosos projeta e impacta os debates públicos na maioria das sociedades latino-americanas. Isso demanda uma avaliação cuidadosa da relação entre religião e política, compreendendo seus padrões atuais (Birolli *et al.*, 2020, p.13).

A análise aqui apresentada aborda o conservadorismo-neoconservadorismo numa temporalidade específica, trazendo a ação dos atores religiosos conservadores em relação à agenda da igualdade de gênero e diversidade sexual e como isto impacta de certa forma no cenário da educação brasileira.

O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos. O movimento político neoconservador se materializou em uma coalizão (Lacerda, 2019, p.29).

Tal coalizão possibilitaria então, a consolidação de um ideário com valores pautados e centrados no nacionalismo cultural, na moral, no cristianismo (evangélico), no que chamamos de defesa da família, dentro de uma concepção de direita, o que em contrapartida, se chocaria com os movimentos sociais, tais como o feminismo e os direitos dos homossexuais.

O fenômeno neoconservadorismo se encontra então em uma temporalidade específica, sendo marcado pelo impacto dos movimentos feministas e LGBTQI, que obtiveram importantes conquistas dentro da esfera legal de várias sociedades como: a permissão para o aborto legal, o reconhecimento da união entre indivíduos do mesmo sexo, a aprovação de leis de identidade de gênero, o que trouxe à tona os discursos por parte do campo conservador.

A aliança conjuntural entre atores católicos e evangélicos tradicionalistas, impelida pelo forte crescimento dos pentecostais em vários países do continente, defende a família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Opera unificando esses atores no debate e na ação política, como se não houvesse disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo, assim como entre ambos. Essa aliança baseia-se na rejeição comum ao aborto e a homossexualidade, embora haja ênfases diferentes nesse sentido (Birolli *et al.*, 2020, p.29).

Para os autores, a Igreja Católica seria inflexível quanto à questão do aborto, pois a vida humana deve ser respeitada e protegida desde a sua concepção e que isto seria um movimento contrário à moralidade. Em relação à homossexualidade, embora seja vista pelos católicos como um “ato desordenado”, as relações

homossexuais devem ser acolhidas com respeito, compaixão e delicadeza, o que tornaria os neoconservadores católicos mais tolerantes em relação às questões homossexuais.

Em matéria³ para o portal CNN Brasil em 25 de janeiro de 2023 durante uma entrevista para a Associated Press, o Papa Francisco chama as leis que criminalizam a homossexualidade de “injustas”, uma vez que Deus ama a todos os seus filhos como eles são e que os bispos devem receber a comunidade LGBTQIA+ em suas igrejas.

Mediante a sua fala, também se referiu a questão como um pecado: “Não é crime. Sim, mas é pecado”. Contudo atribuiu a alguns bispos em relação as suas atitudes em apoiar as leis que criminalizam a homossexualidade à bagagem cultural dos religiosos e que estes precisam passar por um processo de mudança que acolha a todos e que a Igreja Católica pode e deve trabalhar para que leis como estas sejam abolidas.

O que se observa também dentro desta discussão é que a desqualificação da homossexualidade se faz presente por parte dos neoconservadores evangélicos e a oposição de políticos pentecostais à toda e qualquer iniciativa legislativa e judiciária a favor das minorias ditas sexuais que valorizem laços afetivos no que denominamos composição de família criminalizando assim, o direito de adoção de casais do mesmo sexo.

A reação dos avanços feministas e dos direitos homossexuais, foi fator decisivo para que os evangélicos se engajassem na política.

Segundo os estudos de Birolli; Machado; Vagionne (2020), nos debates políticos e jurídicos tem se observado a defesa dos direitos humanos, de pais, de nascituros ou crianças e adolescentes como os principais argumentos que favorecem a vida e a família, indo contra a agenda feminista e LGBTQI.

Observa-se que os pentecostais⁴ se tornaram uma hegemonia ao se tratar do campo evangélico presente na América Latina, o que não se limitaria somente ao

³ Entrevista concedida ao portal CNN Brasil disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-francisco-diz-que-homossexualidade-e-pecado-mas-nao-deveria-ser-crime/>. Acesso em 15 de maio de 2023.

⁴ Pentecostais: cristãos que acreditam na atualidade carismática do Espírito e na possibilidade de vivenciar a experiência ocorrida em Atos 2, no dia de Pentecostes. Os Neopentecostais são oriundos destes e realizam cultos de libertação espiritual usando métodos, são os Cristãos que aceitam a teologia da prosperidade. Alguns neopentecostais são oriundos de algumas igrejas como: Igreja Universal do Reino de Deus, Mundial do Poder de Deus, Internacional da Graça de Deus e outras.

catolicismo, utilizando-se dos direitos humanos para a defesa da liberdade de crença e a inserção dos princípios morais cristãos.

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilbertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). Enquanto ideário, o neoconservadorismo é, como mencionado, um conjunto de preferências, um modo de pensamento, uma mentalidade que alia militarismo externo e interno, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã, além de apoio ao movimento sionista (Lacerda, 2019, p.58).

De acordo com os propósitos desta pesquisa, cabe a compreensão desse ideário conservador ter o seu foco relacionado a questões sexuais e reprodutivas, o que nos remete a ideia de que a defesa da família tradicional e dos valores religiosos, traria laços sociais sólidos, compensando a falta de uma certa solidariedade deixada pelas políticas neoliberais.

Para Lacerda (2019), fortalecer a família e os papéis tradicionais de gênero seriam necessários, para que os indivíduos não dependessem exclusivamente das políticas públicas. O militarismo anticomunista também faria parte dessa agenda conservadora e seria elemento de projeção de poder dos Estados Unidos e da disseminação do capitalismo pelo mundo.

A autora enfatiza também, que dentro desta agenda, o papel desempenhado pela direita cristã na América Latina, as organizações religiosas e os missionários atuariam no combate aos influxos progressistas, atuariam em nome da expansão da palavra de Deus, combatendo o comunismo. Acredita-se que no Brasil, há um movimento conservador neste sentido, que está de acordo com os moldes do que existe nos Estados Unidos.

A hipótese levantada é que existe uma articulação entre determinados grupos, em prol de uma agenda conservadora, que defende os diferentes elementos de um ideário conservador.

Isso será verdade se se verificar que existe um movimento político que contempla: a) defesa de valores morais religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e ao movimento LGBT; b) o punitivismo; c) o militarismo anticomunista; d) a defesa de Israel; e) o neoliberalismo (Lacerda, 2019, p.59).

Em concordância com a hipótese citada, existe uma articulação entre

determinados grupos, em prol de uma agenda conservadora, que defende os diferentes elementos de um ideário conservador.

Conforme mencionado por Sepulveda e Sepulveda (2019), o termo conservadorismo carrega consigo um problema muito específico, uma vez que ele se relaciona de alguma forma com o comportamento humano. Tal característica prejudica muito a sua compreensão, pois o deixa impregnado de uma carga emocional que só atrapalha a construção de uma concepção mais científica de conservadorismo.

Sua carga emotiva, segundo os autores, nos ajudaria a entender quais seriam os principais problemas dentro de uma sociedade contemporânea, sendo: polaridade de argumentos, os debates públicos em constante tensão, o que segundo eles, reforçaria uma visão binária de mundo.

O que pretendemos aqui, não é a definição do termo conservadorismo e sim uma análise deste como um processo, a partir da sua perspectiva histórica.

Discordamos também da tese de que o conservadorismo não produza conhecimento e nem agentes políticos. Há séculos existem partidos políticos conservadores proativos, principalmente no que tange ao desenvolvimento econômico e tecnológico (Sepulveda; Sepulveda, 2019, p. 870-871).

Entender o conservadorismo então, é compreendê-lo no âmbito do debate político, não interessando a questão moral e de comportamento humano, mas sim, com o olhar voltado para o debate coletivo e político.

Em sua categoria histórica, podemos ver o conservadorismo, derivado de processos, com diferentes resultados ao longo do tempo, podendo ser entendido como algo que vem se estabelecendo a partir de uma cultura dita conservadora, que resultaria da regularidade dos argumentos ora empregados nas situações ditas análogas entre si por múltiplos agentes históricos.

Sabemos que a história, carrega em si diversas disputas e uma delas chamamos ou denominamos luta de classes, e em sua disputa por poder, principalmente no campo da cultura, o conservadorismo torna-se elemento importante na construção dos interesses de uma classe hegemônica e de sua consciência de classe, com base naquela que detém os meios de produção.

Assim, entender o conservadorismo não seria possível se o desvincularmos dos interesses de uma determinada classe, pois o mesmo se reproduz como

argumento que está para além das questões de classe, e sobrevive dentro da disputa do campo da cultura, principalmente nas demandas que envolvem os mais diversos grupos ditos minoritários de uma classe social (mulheres, lésbicas, gays, negros, etc.).

Nas últimas quatro décadas, temos observado o fortalecimento político de atores coletivos com agendas conflitantes na América Latina; os movimentos feministas e LGBTQI, por um lado, e os segmentos católicos carismáticos e evangélicos pentecostais, por outro. Enquanto os primeiros atuam para promover a igualdade de gênero e pela extensão dos direitos sexuais e reprodutivos, os setores pentecostal e católico também adotam uma política de identidade e representação, mas com uma agenda de defesa da liberdade religiosa, da família e da moral sexual cristã. Sem desconsiderar a heterogeneidade existente nos dois lados, quando se trata das disputas em torno do gênero e da sexualidade, é possível detectar o antagonismo entre uma agenda marcada pelo pluralismo ético e outra orientada por concepções morais unitárias (Birolli *et al.*, 2020, p.13).

O conservadorismo vem do tradicionalismo, tem apelo social e identitário, o que para uma parcela da sociedade é mais fácil a sua identificação com o discurso desse movimento, o que de fato, facilitaria a organização de grupos em defesa da “moral e dos bons costumes”, o que está em pauta no contexto político atual no Brasil e a nível mundial.

Seus conceitos seriam construídos historicamente e de acordo com as demandas históricas, políticas e regionais que se encontram dentro de dado período, podendo variar em sua intensidade e posição.

Conforme as afirmações de Sepulveda e Sepulveda (2019), o conservadorismo se caracterizou por um discurso contrário a ganhos e direitos sociais; se sustenta então na anti-intelectualidade, antirracionalidade e na luta contra qualquer forma de revolução, contra a democracia, o que o tornaria uma forte narrativa em disputa no campo da cultura. Ainda para os autores, tal narrativa se expressa e se difunde no campo educacional, reproduzindo desigualdades sociais, tendo então duas temáticas: os discursos religiosos e os discursos sobre gêneros, apresentando entre si elementos que contribuiriam e ofereceriam, de certa forma algum tipo de perigo para a educação brasileira.

Adentrando ao campo do currículo, as disputas na cultura permeiam todos os campos considerados sociais e importantes para a educação, uma vez que as demandas destes grupos ditos minoritários, encontram respaldo no campo político educacional, o que de certa forma exige uma política de educação que se adeque ao que foi conquistado até o momento.

Porém, o que temos visto neste campo, é um grande ataque a esses grupos, ataques às escolas públicas e que cabem uma reflexão.

Alguns exemplos seriam: o ensino religioso presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a questão da ideologia de gênero.

3.1 O AVANÇO CONSERVADOR E A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO PRESCRITO

O debate sobre o ensino religioso nas escolas públicas é dotado de polêmicas e traz em si a questão da laicidade do Estado.

Compreende-se que o conceito ligado a laicidade perdura por séculos, onde os Estados, principalmente na Europa, estruturavam a sua legitimidade por meio do sagrado, dentro desta estrutura o chefe de Estado era considerado o representante do poder de Deus na terra. Seu poder então, era visto como algo sagrado ou divino, pois era oriundo da própria divindade denominada Deus. Assim, o Estado com sua base religiosa privilegiava somente uma religião em detrimento de outras.

O Estado então, torna-se laico quando renuncia à religião afim de garantir a sua legitimidade. Ao dispensar a religião, torna-se então um Estado laico.

Primeiramente, ressaltamos que o Estado laico é imparcial em matéria de religião, ou seja, ele não interfere nos conflitos ou nas alianças entre as organizações religiosas ou mesmo na atuação dos não crentes. O Estado laico respeita, então, todas as crenças religiosas, desde que não atentem contra a ordem pública; assim como respeita a não crença religiosa. Dessa forma, o Estado laico não é neutro, pois atua na defesa dos indivíduos e na garantia da liberdade de crença e não crença, fazendo uso dos mecanismos necessários e legais para efetivar tal garantia (Sepulveda; Sepulveda, 2019, p.876).

Durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), uma das estratégias encontradas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para os estudantes brasileiros a fim de instruí-los no sentido do desenvolvimento do patriotismo, por meio das práticas cívicas, combatendo o ateísmo, por meio da religião cristã foi a elaboração e a publicação, em 1969, de um Guia de Civismo de autoria do Coronel Diniz Almeida do Valle, destinado aos professores do Ensino Médio.

A ideia foi a elaboração de um documento impresso que nortearia as práticas dos educadores, garantindo o ensino dos princípios morais, que eram então considerados básicos para a “formação do caráter humano” e dos cidadãos brasileiros.

É importante ressaltar que durante o período da Ditadura Civil-Militar, a Igreja católica passou a se dividir com relação ao apoio a este regime.

Para Plácido e Rabelo (2015), enquanto a ala conservadora apoiava o autoritarismo, outra ala, dita progressista lutava pelo processo de anistia política e pelo fim da ditadura militar. Durante este período, a Igreja Católica desempenhava papel de destaque, principalmente nos programas educacionais ligados à Moral e ao Civismo. Porém, as especificidades da cultura escolar dentro das instituições de ensino, revelaram a forte influência da Congregação na formação moral e cívica dos educandos.

Para que um Estado seja laico, ele não pode admitir imposições de instituições de cunho religioso, a fim de garantir que leis sejam aprovadas ou vetadas, e nem que alguma política pública sofra mudanças por conta de valores religiosos (Cunha, 2016).

Para diversos autores que abordam esse tema, a disciplina de Ensino Religioso, fere o que consideramos a laicidade do Estado.

Para Sepulveda e Sepulveda (2017), a simples existência do Ensino Religioso como disciplina, seria uma forma da religião se manter como elemento da formação de uma dada sociedade, e que não levaria em conta que interferiria na decisão individual de ter ou não religião, o que atribuiria à escola pública tal decisão que não é de sua incumbência.

Porém, se de outra forma, tal disciplina viesse de forma interdisciplinar, não estaria ferindo o princípio da laicidade do Estado.

Ainda para estes autores, a função de uma escola democrática e laica seria construir conhecimentos capazes de promover o respeito às diferenças religiosas, fazendo com que os indivíduos sejam capazes de conviver com adeptos de outras religiões, com respeito e sem qualquer forma de preconceito, sem a imposição de nenhum tipo de religião, garantindo assim, o direito democrático de ensino dos estudantes.

Passamos então a entender neste momento a inserção da disciplina Ensino Religioso e a BNCC. De que forma há interferência no currículo e na moralidade escolar?

O ensino religioso nas escolas públicas e a sua inserção na BNCC, explicitam os limites e os conflitos que se dão entre a liberdade de crença e o Estado laico brasileiro e as suas relações entre religiosidade e demais esferas da vida de uma

sociedade. As questões sobre “ideologia de gênero” e “orientação sexual”, passam a delimitar o que se trataria de fronteiras da laicidade dentro do currículo das escolas públicas brasileiras.

Através de uma análise histórica, vemos que a inclusão do ensino religioso na BNCC se inicia no ano de 2012, com os membros da FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) participando de um grupo que tratava sobre o Direito à Aprendizagem e ao Desenvolvimento ligado à Diretoria de Currículo e Educação da Secretaria de Educação Básica (SEB), decidiram inserir o ensino religioso na proposta da BNCC que estava em elaboração.

No ano de 2014, o Ministério da Educação (MEC), recebe oficialmente a primeira versão do documento orientador que seria a discussão sobre a BNCC, definindo as áreas fundamentais para a formação dos educandos. Neste momento, o MEC informa que aquele documento foi produzido e será debatido pelos agentes de campo ligados à educação, haja vista que a preocupação com um currículo comum ainda se faz presente no cenário da educação brasileira.

Tal demanda surge em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de nº 9394/96 em seu art.26 que dizia que os currículos do Ensino Fundamental e Médio deveriam ter uma Base Nacional Comum.

Art.26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 1996).

Ainda sobre a determinação do art.26 presente na LDB, o MEC promulga a resolução n.4, em 13 de julho de 2010, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no qual encontra-se o que já visto anteriormente com relação à Formação Básica Comum Nacional.

Fora modificado o art.26 da Lei nº 9394/96, com uma nova redação que fora dada pela Lei nº 12.796/2013 que dispõe acerca da formação dos profissionais da educação.

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

O MEC, após elaborar essa primeira versão do documento e sobre a discussão nacional da BNCC, em meados de agosto de 2014, abre consulta aos estados, ao Distrito Federal e municípios sobre os documentos e normas acerca do currículo que foram produzidos pelo sistema de educação desde o ano de 2010. A primeira versão da BNCC foi realizada entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015.

Em 2016, o então ministro Aloizio Mercadante entrega a segunda versão da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE), e após o impedimento da Presidenta Dilma Roussef, a segunda versão é retirada do CNE.

Após mudanças de governo e em um novo contexto, agora sob a presidência de Michel Temer, a BNCC passa a ganhar um novo desenho. A pasta da educação está sob o comando de José Mendonça Bezerra Filho, que assume em 12 de maio de 2016, retirando a segunda versão da BNCC da então avaliação do CNE.

Feito isso, o ministro alega que o documento não estaria finalizado e que ainda precisava passar por nova discussão, sendo as consultas também interrompidas.

Em 4 de abril de 2017, é enviada pelo MEC a terceira versão da BNCC, constando termos como gênero e orientação sexual. Porém, em 6 de abril de 2017, os termos foram tirados, e então entregue uma nova versão da BNCC ao CNE.

Por conta dessas mudanças, o MEC passa a ser alvo de críticas, pelos grupos denominados LGBTQIS+ (gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos, simpatizantes).

Na terceira versão da BNCC, as referências “identidade de gênero” e “orientação sexual” são suprimidas por conta da pressão política das bancadas religiosas, e mesmo após a publicação oficial da terceira versão, os grupos evangélicos, católicos e conservadores continuaram as suas críticas e novamente a BNCC passa a sofrer alterações de acordo com os interesses de tais grupos.

As três versões da BNCC, estavam disponíveis ao público entre os anos de 2015 e 2017, e foram elaboradas em meio a um contexto político tumultuado, frente a passagem de quatro diferentes ministros pelo Ministério da Educação, somente sendo aprovada no ano de 2017.

A parte que se referia ao Ensino Fundamental incluía o ensino religioso, e somente na versão de 2018 passou a fazer parte do Ensino Médio.

As alterações em torno da BNCC envolviam o ensino religioso e como inseri-lo sendo um dos componentes curriculares das Ciências Humanas, ou, sobre

colocá-lo em alguma outra área de ensino. Em sua primeira versão no ano de 2015, o ensino fazia parte da área de Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia) e em sua segunda versão, assim como na versão final do documento, o ensino religioso tornou-se então área de conhecimento, que poderia ser visto como uma questão cheia de controvérsias, pois tratava-se de saber em qual área do conhecimento o ensino religioso se situaria, e assim, não se encerrou com a versão final da BNCC.

O retorno do ensino religioso para a área de Ciências Humanas ocorreu em 8 de outubro de 2019, quando o CNE decide que o ensino religioso não mais seria área de conhecimento e sim componente curricular da área de Ciências Humanas (Brasil, 2019).

Na tentativa de estabelecer uma disciplina acadêmica de base para o ensino religioso dentro da BNCC, buscou-se legitimizar cientificamente tal estudo no campo educacional, desvinculando-o de suas origens religiosas.

No entanto, antes da aprovação da versão mencionada anteriormente, houve a publicação de uma que não incluía o ensino religioso, e nem as expressões: “identidade de gênero” e “orientação sexual”, que foi promovida pelo próprio Poder Executivo, que sofria pressão de deputados das bancadas religiosas evangélica e católicas.

A BNCC, como uma dimensão prescrita do currículo segundo Sacristán (1988), tem seu caráter normativo, e sua função é prescrever aos estudantes as competências e habilidades que devem estar presentes na educação básica brasileira, assim, como especificamente o ensino religioso.

Segundo a BNCC, o ensino religioso tem a função de garantir aos alunos o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;
11. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
12. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor de vida;
13. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
14. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;

15. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (Brasil, 2018, p.437).

A BNCC estrutura o currículo em três unidades temáticas: identidades e alteridades, manifestações religiosas e crenças e filosofias de vida e cada uma delas relaciona os objetos de conhecimento e as habilidades que o aluno deve desenvolver nas séries escolares, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O ser humano de acordo com o texto da BNCC, se constrói partindo de um conjunto de relações que são tecidas por meio de um determinado contexto histórico-social em um movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural.

Nesse sentido, o sujeito se constitui enquanto ser de imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensões subjetiva e simbólica). São essas dimensões que possibilitam que os seres humanos se relacionem entre si, com a natureza e a(s) divindade (s), percebendo-se como iguais e diferentes. A partir dessas ideias forma-se a primeira unidade temática: identidade e alteridade (percepção da diferença) (Dias; Gonzales, 2022, p.203).

O objeto de conhecimento dessa unidade temática é o eu, o outro e o nós, sendo imanência e transcendência, as memórias e símbolos, os símbolos religiosos, os espaços e territórios religiosos. As habilidades desenvolvidas pelos alunos serão em torno das ideias de identificação e reconhecimento dos elementos culturais referentes às religiões na sua vida cotidiana.

[...] pretende proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais (Brasil, 2018, p.441).

Nesta unidade temática sendo a segunda, o objeto de conhecimento são os sentimentos, as lembranças, as memórias e os saberes, os alimentos sagrados, práticas celebrativas e as indumentárias religiosas. As habilidades a serem desenvolvidas: identificar e reconhecer os elementos das diferentes religiões, discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões, reconhecer os limites de atuação das religiões e suas lideranças na esfera pública.

[...] abordar aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia (s) de divindade (s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas,

ideias de imortalidade, princípios e valores éticos (Brasil, 2018, p.441).

A terceira e última unidade temática tem como objeto de conhecimento: as ideias de divindades, as narrativas religiosas, os mitos nas tradições religiosas, a ancestralidade e a tradição oral assim como a escrita, o registro dos ensinamentos sagrados, os ensinamentos da tradição escrita, símbolos, ritos e mitos, princípios éticos e valores religiosos, as lideranças e os direitos humanos, as crenças e convicções, as doutrinas religiosas e suas crenças, filosofias de vida e a esfera pública, mídias e tecnologias, imanência e transcendência, a vida e a morte. As habilidades desenvolvidas nessa unidade são: crenças, filosofia de vida e esfera pública, sendo que o desenvolvimento dessas habilidades levaria os estudantes a desenvolverem princípios éticos nas condutas e práticas sociais no espaço público relacionadas às questões religiosas.

As disputas entre os campos político e religioso atravessam o campo da educação, envolvendo a subjetividade dos professores e as suas percepções de mundo, trazendo uma certa complexidade ao currículo do ensino religioso.

Cabe direcionarmos o olhar para as políticas educacionais, que cada vez mais vem sendo aplicadas e pensadas nas escolas da rede pública.

Temos visto grande representatividade no Congresso Nacional, por meio das bancadas religiosas, em sua maioria cristãos, que elaboram e pensam as políticas públicas com o intuito de ditar o que os alunos deverão aprender e o que os professores deverão ensinar, tentando assim exercer a hegemonia do seu pensamento.

Ao pensarmos em Ensino Religioso e em políticas, pensamos também no enfrentamento da intolerância, no preconceito e no retrocesso que seria o conservadorismo no campo da educação.

Na década de 2020, os debates vêm ganhando força no que diz respeito às políticas curriculares globais, porque vivemos um cenário carregado de tensões e retrocessos, e principalmente em relação às deliberações educacionais direcionadas ao Ensino Religioso, que desde o ano de 2015, tornou-se pauta de discussões nas audiências do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Apple (1989), para manter sua hegemonia e legitimidade, o Estado vivencia constantes conflitos e acordos, e passa a ter necessidade de integrar, mesmo que de forma gradual, os interesses de grupos aliados e não aliados.

O Estado tornar-se-ia então campo de disputa, onde há a existência de uma hegemonia que predomina, penetrando nas consciências dos indivíduos, fazendo com que acreditem que a sua interpretação no que se refere às dimensões sociais e educacionais, sejam parte ímpar de um mundo, com as suas ideias impostas por uma hegemonia de pensamento.

Estamos incluídos em um cenário, no qual o contexto é visto por meio de uma visão conservadora, as políticas públicas e educacionais estão sendo pensadas e estabelecidas com base nos ideais neoconservadores, tornando então a rede pública o espaço favorável para tal reprodução.

Nessa linha de pensamento, podemos citar os retrocessos advindos da reforma do novo Ensino Médio e o projeto de Lei “Escola Sem Partido”.

O que devemos considerar é que tais retrocessos, encobertos por uma militância, excluem das políticas públicas negros, índios, gays e deficientes, ao invés de incluí-los.

Olhar para este cenário, implica em observar que essas novas políticas para o campo da educação, pensando no ESP e na BNCC, tornam o componente curricular de ensino religioso complexo, uma vez, que ao decorrer do seu período histórico, foi pensado para o cenário escolar, somente para fins religiosos (meios de confissão) e legitimação da religião cristã, o que nos dias atuais não cumpriria por exemplo, o que está presente na BNCC, no que se refere por exemplo à habilidade EF06ER02 (Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros), compreendendo assim, as diferentes concepções religiosas e não apenas a cristã.

Por meio desta discussão, podemos remeter a ideia de que o conteúdo deste ensino estabelecido pela BNCC, pode, todavia, não contemplar a diversidade do ensino religioso, já que as diferenças estariam constituídas em um único modelo de currículo estabelecido para todos.

A reflexão crítica acerca dos sentidos e dos significados destes projetos feitos por um grupo hegemônico nos permitem pensar no que possivelmente acarretaria um retrocesso destas políticas públicas curriculares para o ensino religioso, e, talvez a intenção fosse essa mesma, incluir o Ensino Religioso com caráter ecumênico, porém, na prática, seu objetivo maior seria defender os pensamentos conservadores das religiões cristãs hegemônicas.

Cabe ressaltar mais uma questão acerca deste debate, que, não só os

grupos do conservadorismo religioso, mas também os grupos empresariais disputam o controle no âmbito educacional, pois para eles, o controle tem que estar adequado a uma estrutura educacional que atenda as demandas do mercado.

Para tal reflexão, Sepulveda e Sepulveda (2019), trazem a ideia de que a disciplina de Ensino religioso presente na BNCC, compromete então a laicidade do Estado e das escolas da rede pública de ensino, ressaltando que tal fato ocorreu quando o conservadorismo estava em ascensão no Brasil. Ainda, tal debate ocorreu concomitantemente com o que se refere às questões de gênero, que são impulsionadas também pelo movimento Escola sem Partido.

3.2 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O CONSERVADORISMO NO SÉCULO XXI: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

O Escola sem Partido (ESP) é um movimento político de extrema direita que busca, desde 2004, avançar com uma agenda conservadora para a educação brasileira.

Tal projeto foi sendo articulado por políticos conservadores que tentam defender o que chamam de uma ideologia ultraliberal com apoio de ortodoxos grupos evangélicos e de parte da mídia hegemônica. Para entendermos melhor este movimento, cabe aqui uma reflexão acerca do seu surgimento.

Em meados de 2004, surge o movimento Escola Sem Partido, dentro de um contexto histórico determinado pelo início, no ano anterior, de um governo cujas bases estão ligadas aos movimentos sindicais e à esquerda, fato inédito na história do país. Os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) causaram preocupação por parte dos movimentos conservadores que iniciaram um alinhamento ideológico que ganhou força ao longo da década e se fortaleceu após a crise econômica de 2008 e das Jornadas⁵ de junho de 2013, culminando em um golpe midiático- jurídico- parlamentar de 2016, com a queda da Presidenta Dilma Roussef e a ascensão do Bolsonarismo no país.

⁵ As Jornadas de Junho foram uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de quinhentas cidades do Brasil no ano de 2013. Pode ser considerada como a primeira insurreição ou levante popular de proporções realmente nacionais no país, tendo acontecido em todas as cinco regiões.

Na conjuntura pós-eleições presidenciais de 2014, a desenvoltura e o protagonismo com que o bloco pentecostal hegemônico (“os evangélicos”/a bancada evangélica) se moveu entre o Legislativo e o Executivo e mobilizou a “sociedade civil” e a “indústria cultural” evangélicas do país em seu favor projetaram esse ator de forma notável no cenário político que foi se conformando até o desfecho no processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef e a formação do governo do ex-vice presidente Michel Temer (Burity *et al.*, 2018, p.17).

O movimento ESP foi criado por Miguel Nagib, então Procurador do Estado de São Paulo e pouco conhecido até 2014, quando então se reúne com a família do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O Escola Sem Partido foi transformado em 2015 em associação por Nagib, que passa a coordenar e divulgar o movimento e, segundo ele, o intuito era combater as ideias dos ensinamentos de Paulo Freire, pois estes se chocavam com a Constituição. Diz ainda, que a crítica tem natureza jurídica, pois o uso da sala de aula era para efeito de transformação da sociedade, como ele defendia e dependendo da maneira como aplicado, violaria a liberdade dos alunos e a neutralidade política e ideológica do Estado.

Os integrantes deste movimento elaboraram um projeto de lei, que previa a fixação de cartazes com os deveres dos professores nas salas de aula e alertar os estudantes sobre os direitos que os mesmos têm de não serem “doutrinados”

O projeto de lei nº 867/2015 de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF), propõe que cartazes devem estar fixados em todas as salas de aula com os “seis deveres do professor”:

I - Não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

II - Não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou falta delas;

III- Não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV- Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V- Respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI- Não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (Brasil, 2015).

Para o movimento conservador, os educadores têm um papel a cumprir e um roteiro a ser seguido, uma vez que eles têm a incumbência de transmitir os valores que se julgam necessários para a reforma moral dentro de uma sociedade, o que para o ESP não estaria de acordo em instruir o que se julga a “moralidade” e sim doutrinar politicamente e ideologicamente, passando a persegui-los, pois não estariam de fato cumprindo seu papel.

Motivados por movimentos conservadores como o Escola sem Partido, parte da sociedade civil quer tirar dos professores a liberdade de ensinar princípios básicos de humanidade, e os próprios alunos são incitados a denunciar seus professores, denominados como “doutrinadores (Pereira, 2015, p.1).

Compreende-se então que a suposta “neutralidade” do movimento Escola Sem Partido, traz em seu discurso três questões bastante polêmicas sendo: a doutrinação religiosa, a “ideologia” de gênero e o conservadorismo muito presente em seus projetos de lei e seus partidários.

Dessa forma, onde se encontraria então essa “neutralidade” pregada pelo ESP, já que se trata de um pensamento dotado de ideologias, que estão baseadas nas visões de mundo, e assim, tais defensores deste movimento não poderiam se dizer neutros ou apartidários.

Conforme a afirmação de Manhas (2016), tratar-se ia de uma falsa premissa, pois não diz respeito a não partidarização, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, que seria um espaço de partilhas e aprendizados ainda fechados e, que precisam de abertura e diálogo.

Ao olharmos por este prisma, o que se enxerga é um grande retrocesso, frente aos avanços obtidos na educação anteriormente a estes fatos, tais como a inserção no currículo das questões étnico raciais.

O que prega a ESP vai contra o viés do debate das questões de gênero e de sexualidade nas escolas, debates estes, de suma importância para que as diferenças não se transformem em desigualdades.

A relação entre questões relativas à justiça, redistribuição, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referidas ao reconhecimento de diferentes grupos culturais se faz cada vez mais estreita. Nesse sentido, a problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, amplia-se e, cada vez mais, afirma-se a importância dos

direitos coletivos, culturais e ambientais (Candau, 2008, p.46).

Para o movimento Escola Sem Partido, o professor não é considerado um educador, e deveria apenas executar os conteúdos sem caráter crítico, sem problematização e sem contextualização, como um ensino meramente mecanicista, “endemoniando” assim os estudos de Paulo Freire que lutou para combater o que dizem ser um ensino doutrinador.

A prática pedagógica dos educadores é permeada pelo autoritarismo, dizendo aos educandos o que devem fazer e o que responder; portanto, eles vivenciam uma *pedagogia da resposta*. Não é permitido realizar críticas, assim como não se deve questionar e nem duvidar do professor – aquele que detém o conhecimento e que irá depositá-lo no corpo “vazio” dos alunos. Isso pelo fato de a educação bancária não buscar a conscientização dos educandos. Nesse caso, a educação é “puro treino”, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo (Freire, 2000, p.10).

Compreendemos a questão da doutrinação e o quanto ela é disseminada, segundo o movimento Escola Sem Partido e sua narrativa, torna-se ato praticamente impossível de constatar e não há qualquer comprovação que essa doutrinação seja realizada somente pela esquerda. A omissão do professor é também um posicionamento político. A ESP (Escola Sem Partido) prega uma falsa neutralidade em seu discurso, pois nota-se que de fato isso não existe, ou seja, não há neutralidade, há sempre uma opção política mesmo para aqueles que se julgam “neutros”.

Possuem ainda um tribunal de julgamento que ameaça a atividade docente com um modelo de notificação extrajudicial, ameaçando processar aqueles que trouxeram para a sala de aula questões que abordem discussões sobre sexualidade e gênero.

Os pais simpatizantes do movimento ESP alegam, até por conta das suas convicções religiosas, que são contrários a este tipo de debates e invocam a Convenção Americana sobre Direitos Humanos⁶ com a alegação de que os direitos dos pais devem ser sustentados e que seus filhos devem receber Educação moral e religiosa que estejam em acordo com suas convicções.

⁶ A **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)**, é também conhecida como **Pacto de San José da Costa Rica** e trata-se de um tratado internacional entre os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi subscrita durante a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José da Costa Rica, entrando em vigor em 18 de julho de 1978, sendo atualmente uma das bases do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

Se o Estado se diz laico, este tratado então de nada vale, pois não se encontra acima da Constituição Brasileira que diz: o Estado é laico (ou seja, não deve sofrer influência de igrejas). Como reforço, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também veda qualquer forma de proselitismo (esforço para converter pessoas) e o Supremo Tribunal Federal (STF), analisa uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 4.439/ 2010, que defende que essa área (ensino religioso) em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional (ou seja, não pode ser relativa a crenças religiosas) e expor as doutrinas, a história, as dimensões sociais das diferentes religiões e também de posições não religiosas.

Impedir a discussão sobre gênero não seria então considerado correto. A justificativa, talvez, para que houvesse uma interdição de tal debate pode ser cientificamente questionada. Não cabe ao docente não se intrometer em assuntos os quais não lhe dizem respeito, premissa abordada em um dos itens das notificações extrajudiciais como tom de ameaça.

Faz sentido então para a Educação promover este tipo de discussão?

Os debates que envolvem tal tema poderiam ser suprimidos e cerceados perante a uma ditadura, mas, não em uma democracia, pois neste cenário acolhe-se, estimula-se, e sem restrição nenhuma.

As democracias da América Latina experimentam um momento complexo (e, em muitos sentidos, paradoxal) no que diz respeito à política sexual e de gênero. Por um lado, houve avanços nas formas de regular decisões, identidades e práticas sexuais ou reprodutivas, inimagináveis até pouco tempo antes. Mediante leis e casos jurisprudenciais, ampliou-se a legalidade de decisões vinculadas a interrupção voluntária da gestação, diversidade sexual, técnicas reprodutivas e identidade de gênero, entre outras questões. Em um período relativamente curto, a homossexualidade, a transexualidade e o aborto deixaram de ser condutas criminalizadas e/ou medicalizáveis, passando a ser opções amparadas pelo e a partir do direito. Essas mudanças são, é claro, resultado de décadas de ativismo por parte de movimentos feministas e LGBTQI (Vaggione, 2020, p.41).

Ainda para o Vaggione (2020), nesse processo, consolidaram-se setores em defesa dos princípios da vida, da família e da liberdade de crença, o que resultou na constituição de uma frente conservadora e que a presença desta se intensificou nos últimos anos.

4 AS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA E SUA PRESENÇA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Um dos parâmetros para avaliar o conservadorismo brasileiro pode ser evidenciado na dificuldade que os grupos mais tradicionalistas têm em aceitar a existência de diferentes configurações familiares. Ao observarmos o termo família tradicional, temos que considerar que as famílias do século XXI já não passam mais pelo mesmo contexto de antigamente.

A noção de família pode estar profundamente ligada a afetos e sentimentos, de diferentes tipos. As experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para a percepção de quem somos, isto é, para as nossas identidades. Mas falar em família é falar de uma realidade social e institucional, profundamente política tanto nos fatores que a condicionam quanto em seus desdobramentos (Birolli, 2014, p.7).

A família pode ser entendida como um conjunto de normas, práticas e valores definidos e que tem espaço, se contextualiza em dado tempo e possui uma história, podendo ser caracterizada como uma construção social.

Compreender a família está para além das relações sociais estabelecidas por ela, e que foram modificadas ao longo do tempo com o advento da saída da figura feminina para o mercado de trabalho, dentre outros fatores que passaram a contribuir significativamente para as mudanças no conceito de família e sua forma organizacional.

Quando a manufatura sai de casa e vai para a fábrica, o status social das mulheres é associado à reprodução, contraposta à produção. Toma forma a um ideal da feminilidade como domesticidade: é como esposa e como mãe que a mulher adentra o universo simbólico das modernidades (Birolli, 2014, p.10).

As questões ligadas a gênero fomentariam a transformação e a discussão em torno da “família” e suas mudanças, em relação à gênero ou ao sistema organizacional familiar.

É importante que se compreenda a definição de família (história, cultura, artes, social, conceito, importância) e quais foram as mudanças desta configuração no contexto histórico até os dias atuais e como a família está sendo vista dentro do âmbito educacional.

Nesta perspectiva, a ideia imposta tradicionalmente é que nós, seres humanos, nascemos iguais, definidos como masculino ou feminino, produto

histórico-cultural dentro de uma sociedade.

Posto isto, gênero é tudo o que se refere e é definido ao longo do tempo e que a sociedade entende como papel, ou o comportamento de alguém com base no seu sexo biológico.

É nos processos de transformação que tem gerado uma tensão entre gênero e o que se entende por instituição familiar, que vão se modificando historicamente em suas relações, que podem ser afetivas, emocionais e até relacionais. As novas configurações passam então a romper com uma hegemonia histórica, desconstruindo os estereótipos universais.

É importante contextualizar que o conceito de família, foi se transformando dentro da estrutura social, fez com que a família que antes era tradicional (pai, mãe, avós, filhos), não seja mais o único modelo presente na sociedade.

Não seria possível então, falar de família fugindo das relações de gênero, como construção social do que entendemos como homem e mulher, com características, funções e habilidades que são atribuídas de acordo com o seu sexo. Neste contexto, gênero seria questão fundamental ao se pensar em família.

Há menos famílias constituídas por casais com filhos hoje do que havia no início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, aumentaram as famílias constituídas por casais sem filhos e as famílias unipessoais, isto é, as unidades domiciliares formadas por uma só pessoa. Aumenta, também, o número de casamentos e arranjos familiares que se distanciam da norma heterossexual, com casais e pais, formados por pessoas do mesmo sexo (Birolli, 2014, p.24).

Ao pensarmos na questão da família, as configurações organizacionais podem ser definidas de diversas formas, um pai e uma mãe que configurariam uma família monoparental, definidas assim por conta de uma separação, ou pais e mães solteiros. As reconstituídas que vem de uma nova relação e que existem filhos de outros casamentos. A consensual, onde os sujeitos não normatizam a sua união, mas que residem na mesma casa ou não.

Há também a família que é constituída por casais que optaram por não ter filhos. Há ainda as famílias homoafetivas, constituídas por dois pais ou duas mães, e que tem sido alvo de preconceito e duras críticas. Essa família segue os mesmos padrões de uma família heterossexual, e seus direitos são defendidos por vários movimentos, para a legalização e reconhecimento da união por lei. Os relacionamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo, existem há muito tempo, e

se torna peça fundamental para a noção moderna de família.

A ruptura, mesmo que parcial, com a correspondência entre casamento, família e heterossexualidade é resultado da ação de movimentos sociais, feministas e LGBT, assim como de juristas e políticos simpáticos ao entendimento de que os direitos individuais incluem o direito de casar-se e o usufruto das vantagens relacionadas ao casamento nas nossas sociedades (Birolli, 2014, p.54).

A noção de família homoafetiva vem do século XX e relaciona-se com as mudanças culturais e das normas, assim como, as tecnologias de reprodução que redefiniriam a parentalidade.

A variedade de famílias consideradas “diferentes” formadas por casais compostos por dois homens ou duas mulheres, ou pessoas transgênero/transexuais não era tão evidente até aproximadamente o final dos anos 1990. Nos dias atuais, com o aumento das discussões multiculturalistas que se intensificaram naquela época, percebemos mudanças nessas estruturas familiares e em certos ambientes, levando muitas vezes os indivíduos dessas novas estruturas a serem calados e reprimidos, mostrando um preconceito ainda existente contra essa realidade.

Em uma sociedade, as configurações familiares se encontram em diversidade, porém, o que predomina são as famílias heterossexuais, que se veem ainda fortalecidas dentro de um modelo tradicional, desconsiderando qualquer outra configuração que fuja dos padrões de “família”.

Na década de 1990, reconhece-se a união entre casais homossexuais, e pouco tempo depois o direito de casar-se, seria então realidade em vários países do mundo. O primeiro país a conceder os direitos homossexuais ao casamento, em 2001, foi a Holanda.

Até 2024, em vários países da Europa: Bélgica, Espanha, Noruega, Suécia, Portugal, Islândia, Dinamarca e França, o casamento homossexual também existe, sendo legalizado na África do Sul, na Nova Zelândia, no Canadá, em 16 estados dos Estados Unidos e em três países da América Latina, sendo, Argentina, Uruguai e Brasil. Em países como o México, tal união é legal apenas na Cidade do México, e na Colômbia o direito ao casamento ainda não é reconhecido, porém, os direitos patrimoniais entre as pessoas do mesmo sexo têm seu reconhecimento desde 2008.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em sua carta diz:

Art. I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade;

Art. II – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição;

Art. III – Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal;

Art. V - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante;

Art. VI – Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei;

Art. VII – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (Assembleia Geral da ONU, 1948).

Em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), equiparou as relações entre as pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, sendo assim a união homoafetiva considerada núcleo familiar.

Ainda abordando as configurações familiares, temos as famílias unipessoais, na quais os indivíduos escolhem viver sozinhos, as parentais, onde a convivência acontece entre parentes, sendo esta uma configuração reconhecida pela Legislação Brasileira. Temos também as famílias por adoção, e por fim, as famílias interraciais ou interculturais, nas quais por meio da imigração, determinados sujeitos estabelecem entre si um dado convívio, podendo surgir casais de culturas diferentes com filhos biológicos de traços étnicos.

Na visão de Birolli (2020), na América Latina, o recurso à “ideologia de gênero” tem permitido uma maior inserção das perspectivas moralistas unitárias no debate público, criando assim, oportunidades político-eleitorais e que, neste sentido, ocorreram desde 2014, quando os itens que se referiam à igualdade e diversidade racial e de gênero foram eliminados do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso em 22 de abril do mesmo ano.

Como visto e discutido anteriormente, tal combate à “ideologia de gênero” se vê incluso no programa eleitoral do então candidato Jair Messias Bolsonaro, com a intenção de libertar o país desta tal “ideologia”, e foi aderida por esta agenda em pelo menos três ministérios: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação.

Em sua obra intitulada *Ideologia de Gênero: O Neototalitarismo e a Morte da Família*, Scala (2011) afirma que, a assim chamada “teoria” é, na realidade, uma ideologia, provavelmente a mais radical da história, e que se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e assim, simultaneamente, destruiria a sociedade.

Como toda ideologia, não procura a verdade nem o bem dos outros, mas busca somente a conquista de suas vontades para utilizá-las com um fim espúrio. Portanto, a ideologia de gênero é necessariamente ambígua. Utiliza o engano como um meio imprescindível para alcançar a sua finalidade. A razão é óbvia: aquele que pretende usar os outros em seu próprio benefício, não pode dizê-lo (Scala, 2011, p.12).

Dessa forma, utilizar esta tática, seria então aplicá-la através de um movimento quase que envolvente e que, segundo o autor, utilizaria para isso os meios de propaganda e o sistema de educação formal.

Além disso, utiliza numa complexa articulação, outros termos convenientes para completar a argumentação ideológica. Entre eles, destaco os seguintes: opção sexual, igualdade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, igualdade e desigualdade de gênero, “empoderamento” da mulher, patriarcado, sexismo, cidadania, “direito ao aborto”, gravidez não desejada, “tipos” de família, androcentrismo, “casamento homossexual”, sexualidade polimórfica, “parentalidade”, “heterossexualidade obrigatória” e “homofobia”. Como se pode ver, trata-se de uma nova linguagem, de características esotéricas, cuja função é assegurar a confusão (Scala, 2011, p.13).

Com o advento do governo Bolsonaro (2019-2022), atrelado a questões religiosas e de cunho moral, caracterizado pelo seu conservadorismo, intolerância a determinadas questões, reacionismo, fascismo e dotada de um certo fundamentalismo, as questões que envolvem gênero e diversidade sexual no âmbito escolar tornam-se debate quase que proibido dentro destas instituições.

Para muitos pesquisadores progressistas, não há uma “ideologia de gênero”, sendo este conceito criado com o objetivo de descaracterizar a luta pela igualdade de gênero e pelos direitos sexuais e reprodutivos.

A relação entre os grupos progressistas e os grupos conservadores foi pautada por disputas políticas que abriram caminho para agendas mais progressistas, de um lado, ou tradicionalistas, do outro, em diferentes graus.

A igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos foram mobilizados pelos primeiros, enquanto os segundos mobilizaram a defesa da liberdade religiosa, da família e da moral sexual cristã (Birolli, 2020, p.135).

Desse modo, o Estado seria um mediador de tais conflitos e os avanços ocorridos ao longo dos processos de democratização e de consolidação partidária poderia levar a presunção de um Estado benevolente e ainda, em relação aos espaços internacionais, se produziram acordos e diretrizes favoráveis à igualdade de gênero, de acordo com Birolli (2020).

As normas e ações que são estabelecidas e definidas no âmbito do Estado, suas relações de produção, formas de remuneração, controle do trabalho, âmbito sexual, afetos, representações de seus papéis sociais, infância, relação entre crianças e adultos, delimitação do que é pessoal e o que é privado em suas práticas cotidianas, discursos, normas jurídicas, incidem sobre a vida doméstica e dão forma ao que chamamos ou reconhecemos como família, segundo Birolli (2014).

As disputas entre os movimentos progressistas, feministas e LGBTQI*, os segmentos religiosos mais conservadores que estão no Poder Legislativo Federal, permeiam-se em uma dinâmica de ação e reação entre os atores, segundo Teixeira (2019).

Conforme observado, o vínculo religioso estabelecido por Jair Bolsonaro, nos traz uma compreensão de tal sincretismo dentro do campo político.

Algumas matérias, quando tematizadas na esfera pública e política, se tornaram objeto de intensas controvérsias que pareciam opor, de um lado, um Poder Executivo relativamente receptivo às demandas de minorias políticas e sexuais e, de outro um Poder Legislativo que foi apresentando sua face cada vez mais conservadora à medida que os direitos sexuais e reprodutivos angariavam destaque na agenda política. Em muitos momentos, o Poder Judiciário se apresentou como um ator político relevante para que os grupos sub-representados no legislativo pudessem ter seus direitos (minimamente) reconhecidos juridicamente. A caracterização superficial da relação entre os Poderes da República não expõe as articulações complexas que compõem o plano da realidade. Todavia, ela contribui para que possa compreender-se em qual cenário político-institucional o termo “ideologia de gênero” começou a se tornar cada vez mais frequente nos discursos de parlamentares e de atores da sociedade civil organizada em oposição à efetivação da agenda de igualdade de gênero (Teixeira, 2019, p.108-109).

No Brasil, as questões relativamente ligadas aos temas gênero e orientação sexual, dentro do Plano Nacional de Educação (PNE) nos períodos entre 2011-2020, teriam sido o início para que a “ideologia de gênero” se tornar a questão polêmica a ser combatida no âmbito educacional, pelos diversos atores envolvidos como citados nessa discussão.

Ainda, segundo Teixeira (2019), o termo “ideologia de gênero” surgiu seguido

das discussões acerca da inserção de diretrizes que promovessem a igualdade de gênero e a orientação sexual no PNE e este por sua vez, passou a ser usado com mais frequência no meio parlamentar e pelos membros da sociedade que eram contrários a tais referências às questões de gênero e orientação sexual.

Para Birolli (2020), o antagonismo de que se trata implicaria mais do que visões distintas que estão em disputa. De um lado, tem-se a agenda de direitos que é referenciada por um pluralismo ético e, em contrapartida, a defesa da família e de uma ordem sexual com base em valores cristãos fundada em concepções morais e unitárias.

Tais campanhas contra gênero comprometeriam os valores e os requisitos fundamentais tais como: pluralidade, laicidade, proteção às minorias, o direito à livre expressão e a oposição.

Defender a instituição “família”, justificaria as restrições a direitos, que seriam naturais das desigualdades, colocando assim em questionamentos as legislações políticas que garantem integridade física a mulheres e indivíduos LGBTQI*.

Em setembro de 2015, observou-se um enorme retrocesso frente aos avanços alcançados em relação às famílias homoafetivas e seus direitos legalizados, quando há a reunião da Comissão que discutiu o Estatuto da Família na Câmara dos Deputados, no qual aprovaram um projeto de lei que definia como família somente a constituída pela união entre um homem e uma mulher, desconsiderando qualquer outra configuração familiar.

O projeto de lei nº 6583-A (Brasil, 2013) delega à uma comissão especial de deputados que trataria especificamente do mesmo. Em seu art. 2º, o projeto de lei, de autoria do Deputado Anderson Ferreira, dizia:

Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais ou seus descendentes (Brasil, 2013, p.2).

Para a Constituição Federal (1988), em seu art.226 já há uma definição de família que diz:

§3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (Constituição Federal, 1988, p.132).

Se a Constituição Federal já possuía uma definição de família, qual o intuito

do Estatuto da Família em reforçar a necessidade de uma representação familiar hegemônica que reforçaria as ideias de uma ala política conservadora dentro dos moldes do que chamamos de família tradicional?

A ideia que estes projetos de Lei remetem vem arraigada de uma intenção em causar um rompimento aos direitos homossexuais adquiridos e citados no capítulo anterior desta pesquisa, como o direito à união em cartório e à adoção.

Ressalta-se que, desde 2013, o Brasil tem discutido de maneira ampla a questão da família e, dentro de um determinado contexto, vemos que a sociedade passou a se dividir e parte dela apoiar as alas mais conservadoras e suas agendas, fazendo que os indivíduos sejam cada vez mais adeptos dessa nova onda, que teve grande destaque no governo Bolsonaro (2019-2022), ainda que já existisse anteriormente.

Ao olharmos para as representações de família presentes nos livros didáticos, foco de estudo desta pesquisa, podemos observar que:

Diante das formas de representação das famílias nos livros didáticos, confere-se a responsabilidade do currículo nacional, que, por sua vez, transmite a responsabilidade para o docente, que, sem o apoio do livro didático, terá de apresentar, pelas suas próprias experiências pessoais uma maneira de exibir um conceito de família (Bento *et al.*, 2022, p.52).

A família e sua participação na escola são de extrema importância para a educação, percebe-se que tal elo (escola/família) tem se dissipado em relações silenciosas, porque fogem dos padrões hegemônicos destacados pelos órgãos governamentais.

A sociedade civil resolve as lutas familiares criando a diferença entre os interesses públicos e os privados, e regulando as relações entre eles através do Direito (público e privado). A sociedade civil é a negação da família. Isso não significa que a família não depende dela própria, mas é determinada pelas relações da sociedade civil. Isso significa que o indivíduo social não se define como membro da família (como pai, mãe, filho, irmão), mas se define por algo que desestrutura a família: as classes sociais (Chauí, 2003, p.45).

O patriarcado está enraizado na sociedade, o que causa uma partilha resultando em uma via de mão única dentro das alas políticas conservadoras. As bancadas passam então a adotar posturas de defesa de uma única configuração familiar, desconsiderando de tal forma os movimentos sociais que não se enquadram em um único modelo de família.

Para Furlani (2015), muitas famílias precisam de uma maior visibilidade na

sociedade e na escola, como exemplo, um casal de homens, um casal de mulheres e até um casal formado por pessoas transexuais, porém, o que difere do que foi intitulado como padrão, em dado tempo histórico foi excluído, permanecendo ainda hoje o que é dito como normal e aceitável, o modelo de família heterossexual, pois este modelo é refletido em uma “realidade plural da sociedade brasileira”.

Quando consideramos o conceito de família, notamos uma necessidade de abandonarmos todo e qualquer preconceito que remeta a questões que reduzam este tema.

Ao nos depararmos com projetos de Lei criados por uma ala política que se diz conservadora, com o intuito de desconsiderar as diversas configurações de família, cabe a reflexão de que o espaço escolar é um ambiente de pluralidade de ideias e diversidade.

Dessa forma, não há como desvincular a questão da família e a sua relação com a escola, uma vez que se tem visto uma trajetória política-ideológica, no qual o Estado exerce mais uma vez a hegemonia de um modelo tradicional, que seria considerado o exemplo a ser seguido. Tais casais, que necessitam de maior visibilidade no âmbito escolar, sofrem grande preconceito por parte da sociedade atual, ainda que todos os seus direitos sejam garantidos, dar visibilidade para novas configurações familiares seria educar para a diversidade.

Família e escola representam duas instituições fundamentais no processo de educação do indivíduo. Em diferentes momentos históricos foram marcadas por expectativas acerca do seu desenvolvimento e na atualidade encontram-se intrinsecamente interligados por papéis e funções muitas vezes confundidos entre si. A importância destas duas instituições para a formação plena do ser humano é indiscutível e cada vez mais se evidenciam os problemas e conflitos causados pelas divergências acerca de suas funções (Pimenta, 2014, p.183).

E ainda pelas ideias defendidas pela autora:

As diversas áreas do conhecimento vêm se dedicando a entender essa nova forma de viver em família em busca de se romper com os preconceitos e identificar os aspectos que merecem ser cuidados em relação a estas relações que ainda são vistas como problema em nossa sociedade e reconhecidos por diversos estudos e pesquisas que tratam do tema. Na atualidade o desafio está em lutar para que as políticas públicas alcancem satisfatoriamente a realidade destas famílias, independentemente de sua constituição (Pimenta, 2014, p.180).

É evidente que a escola, amadurecendo a questão das novas estruturas familiares, é um indicador significativo para que se rompa paradigmas

conservadores entre escola e família.

Na escola, o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de sexo, de raça etc., e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo (Amazonas *et al.*, 2008, p.2).

As representações de família são apenas uma entre muitas versões que poderiam ser produzidas, e essas representações não apenas interpretam ou descrevem as práticas sociais, mas também as produzem.

O modelo “normal” é a família nuclear constituída por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social é, na verdade, mais do que normal, ela é tomada como natural. Processa-se uma naturalização – tanto da família como da heterossexualidade – que significa, por sua vez, representar como não – natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade. Esse padrão está presente explícita ou implicitamente nos manuais, nos discursos, nas políticas curriculares e nas práticas, por vezes até naquelas e naqueles que se pretendem progressistas (Louro, 1998, p.133-134).

Para que os materiais didáticos cheguem à sala de aula nas escolas brasileiras eles passam por alguns critérios de avaliação: ocorrência de erros conceituais, coerência teórico-metodológica, contribuição para a cidadania, presença de preconceito e doutrinação, com o objetivo de evitar possíveis exclusões.

Somente após passar por esta avaliação prévia, é que as coleções são apresentadas aos professores da rede pública de ensino para que possam fazer sua escolha.

O texto selecionado por estes deve ajudá-los em sua missão, contribuir para tornar realidade as funções que eles acreditam que a escolarização deve desempenhar neste momento e lugar concretos e durante o período de tempo no qual trabalharão com os estudantes, e também partilhar seu trabalho com outros profissionais (Santomé, 1998, p.156).

Os materiais didáticos são, portanto, um instrumento impresso que predomina em salas de aula no sistema educacional, utilizados como apoio pedagógico para os professores como forma de mediação do seu trabalho, e, também recurso para os estudantes, com a função de aproximar o indivíduo da sua cultura, promover o seu desenvolvimento educacional.

Para Santomé (1998), os livros didáticos são vistos como objetos caracterizados como “produto político”, porque estimulariam as atitudes com relação

ao mundo o qual estamos inseridos, apoiam e defendem concepções e teorias sobre como e porque a realidade é e como é, sobre quem e quando podemos intervir.

Em uma perspectiva pós-estruturalista, a representação é o modo como os significados, construídos e atribuídos pela retórica e pelo discurso, dão sentido e posicionam as diferenças, as identidades, os sujeitos, num processo que é fundamentalmente social, histórico e político, segundo Furlani (2014).

A família, o gênero e a sexualidade são ressaltadas nesta pesquisa, visando problematizar a questão das famílias e como são anunciadas nos livros didáticos de Ciências Humanas (Geografia, História e Ciências) do 1º ano do Ensino Fundamental I aprovados pelo PNLD dos anos de 2019 e 2023 e qual impacto teriam dentro do ambiente escolar, com o cenário político do governo Bolsonaro (2019-2022).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo se encontram a apresentação e a discussão, dentro da perspectiva teórica dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.139), a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Sendo assim, os procedimentos metodológicos permitiram o desenvolvimento da pesquisa e a consolidação dos objetivos propostos para a obtenção do conhecimento.

Nos dois primeiros capítulos, fizemos um levantamento bibliográfico sobre os temas que permeiam esta pesquisa, trazendo um breve entendimento do objeto de estudo, o livro didático, suas relações com o currículo, o PNLD e as relações de poder, assim como a abordagem histórica desse programa.

Foram discutidos conceitos e atribuições do mesmo e a avaliação destes livros didáticos no que se refere ao âmbito das políticas públicas educacionais.

A revisão da literatura nos possibilita, de alguma forma, revisar tudo aquilo que já foi produzido e se encontra disponível. A partir dela selecionamos o que cabe a pesquisa, alimentando conhecimentos e o nosso aparelho conceitual.

No desenvolvimento da pesquisa, a revisão não consiste em mera repetição do que já foi produzido sobre determinado assunto, mas abre-se novas possibilidades de interpretação sobre o tema, partindo de outro enfoque ou abordagem que serve de base teórica para o desenvolvimento da pesquisa segundo Marconi; Lakatos (2010).

No capítulo três, abordamos o panorama histórico dos movimentos conservadores e neoconservadores, o cenário político do século XXI e as implicações destes movimentos no cenário educacional.

Procurou-se contextualizar as demandas e os interesses destes movimentos para as políticas públicas, em contextos diferentes, sejam espaciais ou temporais, trazendo um entendimento de que essas políticas são formuladas com a intenção de favorecer e fomentar os interesses políticos, econômicos, culturais e sociais de uma sociedade.

No quarto capítulo foram discutidas as representações de família e suas

configurações presentes nos livros didáticos, aspectos que foram alvo da nossa pesquisa empírica.

A pesquisa então adota uma abordagem qualitativa, e propicia a construção de diferentes significados, partindo de um dado contexto a ser investigado e a sua interpretação, e, assim nesta pesquisa considerou-se o livro didático como um documento.

Portanto, o documento constitui uma fonte de informação essencial para representar o que nele está escrito, registrado, representado tanto em textos escritos, quanto em outras fontes de registro, permanecendo de modo muito particular como um testemunho “de atividades particulares” ocorridas num passado recente” (Cellard, 2008, p.295).

Para esta pesquisa, utilizamos como fonte teses e dissertações publicadas, utilizando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, livros e artigos, divulgados em revistas e o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), acrescentando a esta dissertação as considerações sobre as discussões realizadas.

O recorte adotado foi temporal baseado em dois determinados períodos do cenário político brasileiro, com base nos movimentos ultraconservadores e suas implicações para a educação.

Partindo da pesquisa documental, fizemos um levantamento das coleções dos livros didáticos aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) dos anos de 2019 e 2023 dos componentes curriculares de Ciências, História e Geografia, adotados para os anos iniciais do Ensino Fundamental I das escolas públicas do estado de São Paulo, e em sua grande maioria o 1º ano e apenas um livro que abordava o tema família do 2º ano.

A avaliação dos livros didáticos distribuídos no ano de 2019 se deu antes do governo Bolsonaro (2019-2022) recebendo, portanto, nenhuma interferência deste, em contrapartida os livros distribuídos em 2023, foram avaliados durante o referido governo, podendo indicar possíveis interferências. A pesquisa tem como objetivo avaliar este nível de interferências.

Seus dados estão representados na pesquisa por meio de figuras e quadros.

As amostras constituem o material presente na temática família e suas configurações presentes nos livros didáticos. A seleção do material se deu por meio dos livros que constituem o PNLD dos anos citados acima.

Para o material do PNLD do ano de 2019 foram utilizadas seis coleções de variadas editoras e autores, assim como para o PNLD de 2023, seguindo os

mesmos critérios.

Ao final da coleta e análise de dados analisamos 12 livros didáticos que fazem parte do programa dos anos citados acima.

Para a análise da produção documental que caracteriza as configurações de família presentes nos livros didáticos, utilizamos categorias e subcategorias, fundamentando os conceitos de família, mas também analíticas, o que possibilitou à pesquisa a problematização das diferentes configurações de família caracterizadas nestes materiais didáticos.

Após a análise, partimos então para a segunda etapa, a exploração destes materiais. As categorias foram pré-estabelecidas, identificamos as mudanças ocorridas nos dois editais dos PNLDs de 2019 e 2023, e as coleções de livros didáticos aprovadas pelo programa, que são o nosso objeto de estudo.

Assim, foi possível identificar os critérios e as possíveis mudanças nos livros didáticos referentes as representações familiares.

A interpretação dos dados ocorreu por meio de gráficos, tendo como base o referencial teórico, interpretamos e compreendemos quais foram os critérios de avaliação utilizados, as mudanças ocorridas, e as relações entre a avaliação do PNLD e as escolhas destes livros didáticos, frente ao recorte temporal desta pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscamos analisar diferentes coleções selecionadas nos editais do PNLD de 2019 e do PNLD de 2023, com o objetivo de identificar possíveis influências ou mudanças durante o processo de avaliação, produção e distribuição dos livros didáticos de Ciências Humanas destinados ao 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas públicas.

Após a análise, foram registradas as alterações nos aspectos físicos, teóricos e metodológicos, para depois estabelecermos os critérios de seleção dos materiais didáticos e suas coleções.

Para a seleção do material, consideramos como parâmetros:

Seleções aprovadas nos editais do Programa Nacional do Livro Didático, seguindo o período estabelecido pelo PNLD de 2019 e pelo PNLD de 2023:

- Com base nas coleções aprovadas, foram escolhidas seis coleções do PNLD 2019 dos principais autores e de grandes editoras, e outras seis coleções do PNLD 2023, seguindo os mesmos critérios em relação às representações de famílias nos materiais didáticos, incluindo a abordagem das famílias homossexuais;
- Por meio dos parâmetros previamente definidos, foi possível identificar, avaliar e pontuar se as famílias estão representadas nos livros didáticos, conforme as diretrizes presentes nos editais do PNLD (2019/2023).

Entre as coleções⁷ aprovadas - sendo 14 (quatorze) voltadas para Ciências, 12 (doze) para Geografia e 14 (catorze) para História - foram escolhidas 6 (seis) para o estudo.

No PNLD de 2023, houve a aprovação de 15 livros para Ciências, 16 para Geografia e 16 para História. Para a pesquisa, foram selecionadas 6 (seis) coleções aprovadas pelo PNLD de 2023 desses componentes curriculares.

Foram examinadas 12 obras didáticas utilizando os critérios mencionados anteriormente. O estudo concentrou-se nos materiais didáticos destinados ao 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com destaque para um único livro do 2º ano do PNLD de 2019. Por se tratar de uma dissertação de mestrado, com o intuito de realizar uma análise mais eficaz dos livros e que atendessem aos objetivos

⁷ As coleções aprovadas pelo PNLD dos anos de 2019 e 2023 estão disponibilizadas no site: www.pnld.nees.ufal.br

propostos.

Seguindo a proposição da atual pesquisa, que sugere que o PNLD pode exercer alguma influência nos atores envolvidos no processo de aprovação dos livros didáticos, de acordo com a temática da mesma, seguindo os critérios de avaliação propostos pelos editais, passamos ao debate com base no recorte temporal utilizado para esta pesquisa.

6.1 OS LIVROS DIDÁTICOS E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS: UM OLHAR PARA O PNLD DE 2019

Com fundamentação na revisão da literatura realizada e na leitura dos editais de seleção do referido programa, constatou-se que nas coleções aprovadas pelo PNLD de 2019 há a ausência da representação de determinadas relações familiares homoafetivas, seja ela, masculina, feminina ou transgênera, por meio de imagens ou por meio textual.

De acordo com Santomé (1998), os livros didáticos são o que chamamos de “produto político”, porque estimulam as atitudes com relação ao mundo em que os indivíduos estão inseridos, defendem e apoiam concepções e teorias, a realidade como é, quem e quando etc.

Dessa forma, os livros são capazes de reproduzir valores, concepções e preconceitos, que podem ser defendidos por determinados grupos sociais, que estão no controle do poder.

As representações acerca do eu e do outro em uma determinada sociedade são construídas como parte do processo de socialização. Ao representar somente um único modelo de família hegemônico, passamos então a excluir outros modelos, causando o que denominamos desigualdade.

Na análise realizada, foi constatado que a "família tradicional" ainda exerce hegemonia, destacando as relações patriarcais e ressaltando que as relações heterossexuais continuam sendo consideradas o modelo ideal de família a ser seguido.

Com o nascimento do Cristianismo, a homossexualidade é colocada como pecado, uma vez que na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida o contra-natureza era marcado por uma abominação particular (Foucault, 1988, p.37).

A sociedade então sentiria certo conforto em relação a heterossexualidade, nas esferas sociais, culturais, jurídicas e religiosas, uma vez que tudo que se refere as diversidades sexuais partem destas esferas.

No quadro 3, encontram-se a relação de todos os livros didáticos dos componentes curriculares de História, Interdisciplinar e Geografia do Ensino Fundamental I do PNLD de 2019 analisados nesta pesquisa.

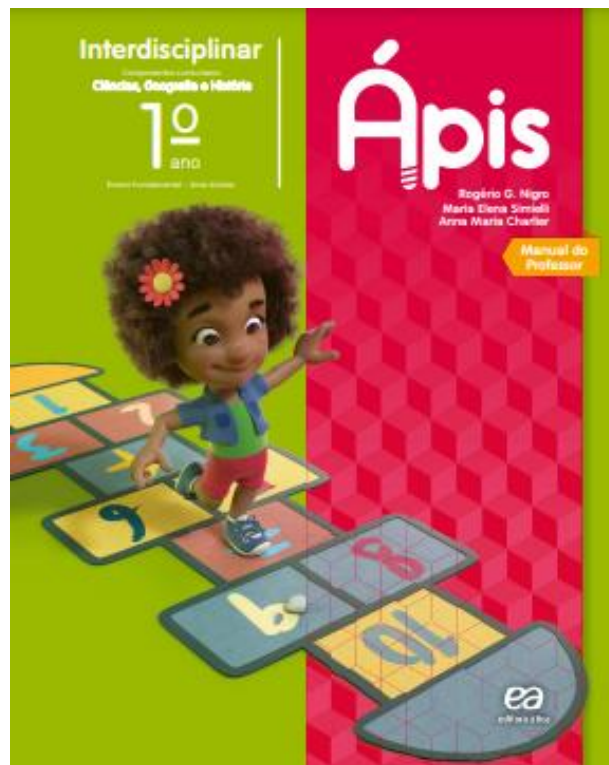
Quadro 3 - Livros Didáticos PNLD 2019 de História, Interdisciplinar e Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Livro	Autor(es)	Editora	Ano
Coleção Ápis Interdisciplinar	Rodrigo G. Nigro/ Maria Elena Simielli/ Anna Maria Charlier	Ática	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Coleção Ápis História	Anna Maria Charlier	Ática	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Coleção Ligamundo História	Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira	Saraiva	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Coleção Ápis Geografia	Maria Elena Simielli	Ática	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Coleção Ligamundo História	Letícia Fagundes de Oliveira	Saraiva	2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Coleção Vem Voar Interdisciplinar	Isabel Rebelo Roque e Wagner Nicaretta	Scipione	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Anos Iniciais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Iniciaremos a análise com a “Coleção Ápis” - um material interdisciplinar que abrange as disciplinas de Ciências, Geografia e História, elaborado pela editora Ática.

Figura 1 - Capa do livro da coleção Ápis interdisciplinar – 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Nigro; Simielli; Charlier (2017).

Neste volume, destinado aos estudantes do 1ºano do Ensino Fundamental I, as representações de família encontram-se na Unidade 1 – Capítulo 3: Muitas Famílias. Na presente coleção, encontramos representações visuais ou escritas de estruturas familiares conforme as ilustrações 2 e 3.

Figura 2 - Representações de família – coleção Ápis Interdisciplinar– PNLD 2019

MUITAS FAMÍLIAS

CADA FAMÍLIA É DE UM JEITO. HÁ FAMÍLIAS FORMADAS POR MUITA GENTE E OUTRAS POR APENAS DUAS PESSOAS. QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS ENTRE AS FAMÍLIAS? EXISTE FAMÍLIA PARECIDA COM A SUA?

PARA RESPONDER, OBSERVE AS FOTOGRAFIAS DE FAMÍLIAS DESTA PÁGINA E DA PÁGINA SEGUINTE.

1 CONVERSE COM OS COLEGAS: COMO SÃO ESTAS FAMÍLIAS?
Espera-se que os estudantes comentem que as famílias têm diferentes composições.



FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM 2015.

FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 2014.

FAMÍLIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM 2014.

FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM 2015.

28 UNIDADE 1

Fonte: Nigro; Simielli; Charlier (2017, p.38).

A figura 2 nos mostra que a atividade 1 do livro didático da Coleção Ápis - Interdisciplinar, temos as famílias que podem ser observadas em várias configurações. Percebe-se a ausência de representação de famílias homoafetivas, sendo elas, masculina, feminina ou transgênera.

Segundo os autores, há diversas formações familiares diferentes, algumas com muitos integrantes, enquanto outras são formadas por apenas duas pessoas.

Cabe ao educador, com orientações didáticas, trabalhar com os estudantes não apenas o modelo tradicional de família, mas, focar a aceitação e o respeito por todos os modelos trazidos pelos estudantes e apresentar outros que achar oportuno.

Figura 3 - Atividade sobre as diferentes famílias – coleção ápis interdisciplinar – PNLD 2019

2 OBSERVE AS FOTOGRAFIAS DESTA PÁGINA E DA PÁGINA ANTERIOR.

A) CONTORNE DE **VERMELHO** A FOTOGRAFIA DA FAMÍLIA COM MAIS PESSOAS E DE **AZUL** A FAMÍLIA COM MENOS PESSOAS.

B) AS FAMÍLIAS DAS FOTOGRAFIAS SÃO PARECIDAS COM A SUA?

Fotografia pessoal



1 FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, NO ESTADO DO PARÁ, EM 2016.

2 FAMÍLIA NA CIDADE DE POÇOS, NO ESTADO DA BAHIA, EM 2016.

3 FAMÍLIA NA CIDADE DE CAMPINAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2016.



4 FAMÍLIA NA CIDADE DE SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2012.

EXERCÍCIO DE

LIVRO
É TUDO FAMÍLIA!
AS ESCOLAS
ANUNCIAM: PORQUÊ
MÉDIO 18/PM, 2012.

CAPÍTULO 8 39

Fonte: Nigro; Simielli; Charlier (2017, p.39).

Na terceira figura é possível notar a presença de uma imagem com a representação de duas mulheres, caracterizando a configuração homoafetiva.

As orientações didáticas das atividades também são levadas em consideração, como na primeira atividade, orientando o professor a ressaltar a diversidade de estruturas familiares, destacando a importância da aceitação e do respeito por todos os modelos que os alunos apresentarem.

Ainda na terceira figura, a proposta para a atividade 1 consiste em um diálogo entre o educador e os estudantes acerca das várias estruturas familiares. Existe ainda um texto complementar sobre a convivência com a diversidade:

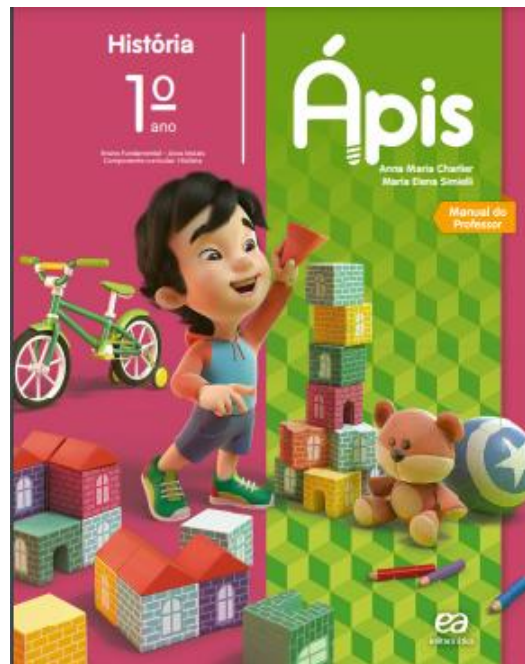
Aprender a viver em um ambiente de diversidade é um dos principais desafios do mundo contemporâneo - e, portanto, da Educação. Ao longo da vida escolar, os estudantes se deparam com todo tipo de diferença: de gênero, raça, valores, religião, expressão da sexualidade, ritmos de aprendizagem, configurações familiares, etc. Diante dessa realidade, nós, educadores, pregamos o discurso da tolerância e do respeito (Lavelberg apud Simielli, p.39, 2013).

Como orientação didática ao docente, cabe lembrar aos estudantes que nem sempre as fotografias contemplarão a realidade de todos e destacar que esses são apenas alguns exemplos de famílias.

Uma sugestão adicional de atividade é promover um diálogo com os alunos sobre os variados tipos de famílias, utilizando desenhos animados e filmes infantis que mostrem diferentes formações familiares e seus integrantes.

Em seguida, avançamos para a avaliação das ilustrações da Coleção Ápis, da disciplina de História, elaborada pela editora Ática

Figura 4 - Capa do livro da coleção ápis - História – 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Charlier; Simielli (2017).

Nesta coleção, as representações familiares estão presentes na Unidade 1, Capítulo 2.

Figura 5 - As famílias são diferentes – coleção ápis –
 História – 1ºano – PNLD 2019

▶ AS FAMÍLIAS SÃO DIFERENTES

UMA CRIANÇA PRECISA DA FAMÍLIA OU DE OUTRAS PESSOAS ADULTAS QUE A AMEM E CUIDEM DELA PARA QUE POSSA CRESCER DE MANEIRA SAUDÁVEL. A ESCOLA AJUDA A FAMÍLIA NESTA TAREFA.

A FAMÍLIA GERALMENTE É O MAIS IMPORTANTE GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE UMA CRIANÇA. VEJA ALGUMAS FAMÍLIAS A SEGUIR.



▶ FAMÍLIA TOMA CAFÉ DA MANHÃ EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2016.



▶ FAMÍLIA INDÍGENA DA ALDEIA IKPENG, LOCALIZADA EM FELIZ NATAL, NO ESTADO DE MATO GROSSO, EM 2016.



▶ FAMÍLIA OBSERVA ÁLBUM DE FOTOS EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2016.



▶ CASAL COM FILHA RECÉM-NASCIDA EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2013.

AS FAMÍLIAS SÃO MUITO DIFERENTES ENTRE SI. HÁ CRIANÇAS QUE MORAM:

- COM O PAI E A MÃE;
- SÓ COM O PAI;
- SÓ COM A MÃE;
- COM UM CASAL DE PAIS;
- COM UM CASAL DE MÃES;
- COM OS AVÓS;
- COM OUTROS PARENTES;
- COM O PADRASTO;
- COM A MADRASTA;
- COM PESSOAS QUE NÃO SÃO PARENTES, MAS AS TRATAM COMO FILHOS;
- NOS LARES PARA CRIANÇAS OU EM **ORFANATOS**, COM OUTRAS CRIANÇAS E COM OS RESPONSÁVEIS POR ELAS.

ORFANATO: LOCAL DESTINADO A DAR ABRIGO E EDUCAÇÃO A ORFÃOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES CUJOS PAIS FALECERAM E/OU CRIANÇAS ABANDONADAS).

Fonte: Charlier; Simielli (2017, p.23).

Os autores retratam as famílias homoafetivas na página 23 desta obra, utilizando tanto imagens quanto texto, retratando um casal formado por duas mães.

No que diz respeito à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), ao começar a abordar o tema das diferentes estruturas familiares, o professor precisa deixar

claro para os alunos que não existe um padrão definido para o que é uma família, a fim de promover o desenvolvimento da competência EF01HI07.⁸

Como orientações didáticas deverá explorar o tema “família”, permitindo que os estudantes se expressem sobre a sua própria família. Deverá também comentar com os estudantes sobre os vários tipos de família, ensinando aos mesmos a aceitá-los sem nenhuma discriminação, respeitando a diversidade das mesmas.

Nas próximas páginas, podemos constatar a predominância de famílias com estruturas tradicionais.

Figura 6 - As famílias de antigamente – coleção ápis – História – 1ºano – PNLD 2019

AS FAMÍLIAS DE HOJE SÃO BEM DIFERENTES DAS FAMÍLIAS DE ANTIGAMENTE.
VEJA COMO ALGUNS PINTORES REPRESENTARAM FAMÍLIAS ANTIGAS:



RETRATO DE FAMÍLIA, DE LILA CARDOSO AYRES, 1943. NANQUIM E AQUARELA (80 cm x 61 cm).



CENA DA FAMÍLIA DE ADOLFO AUGUSTO PINTO, DE JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JÚNIOR, 1895. ÓLEO SOBRE TELA (106 cm x 127 cm).

- 1 CONVERSE COM A CLASSE: QUEM PARECE SER A PESSOA MAIS IMPORTANTE NESSAS PINTURAS? [paul](#)
- 2 PROCURE EM REVISTAS E JORNAIS FOTOS DE FAMÍLIAS E COLE-AS EM UMA FOLHA AVULSA. DEPOIS, COM A AJUDA DO PROFESSOR, COMPARE-AS COM AS FAMÍLIAS REPRESENTADAS NAS IMAGENS DESTA PÁGINA. CONVERSE SOBRE O QUE VOCÊS NOTAM DE DIFERENTE NAS IMAGENS.

24 **UNIDADE 1**

Fonte: Charlier; Simielli (2017, p.24).

Na figura 6, é possível identificar as propostas de atividades elaboradas pelos autores, juntamente com as orientações didáticas destinadas aos professores, propondo um diálogo sobre as estruturas familiares do passado e sua comparação

⁸ A habilidade EF01HI07 se refere à: Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e são parte do componente curricular de História.

com as configurações familiares contemporâneas. Além disso, são destacadas as competências da BNCC a serem abordadas (EF01HI06⁹ e EF01HI07).

Na figura 7, abaixo, de acordo com a proposta da atividade, os estudantes são convidados a comparar sua própria família com a apresentada na imagem e argumentar sobre as possíveis disparidades.

Figura 7 - Atividade sobre as famílias de antigamente – coleção ápis – História – PNLD 2019

HOJE AS FAMÍLIAS TÊM, EM GERAL, POUCOS FILHOS. MAS ANTIGAMENTE AS FAMÍLIAS ERAM MUITO NUMEROSAS.

1 OBSERVE ESTA FOTO E COMPARE-A COM AS FOTOS DA PÁGINA 23. DEPOIS, RESPONDA ÀS QUESTÕES.



2 FAMÍLIA DA CIDADE DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ, FOTOGRAFADA EM 1915.

3 AS FAMÍLIAS DA PÁGINA 23 TÊM O MESMO NÚMERO DE CRIANÇAS DA FAMÍLIA DESSA FOTO? Não; nessa foto há mais crianças.

4 SUA FAMÍLIA SE PARECE COM A DESSA FOTO? EXPLIQUE AS DIFERENÇAS. Resposta pessoal.

MINHA COLEÇÃO DE PALAVRAS DE HISTÓRIA

A PALAVRA NO QUADRO ABAIXO APARECE NESTE CAPÍTULO.

CONVIVÊNCIA

1 DIGA UMA FRASE USANDO A PALAVRA CONVIVÊNCIA.

2 SERÁ QUE ESSA PALAVRA TEM ALGO A VER COM RESPEITO?

CAPÍTULO 3 53

Fonte: Charlier; Simielli (2017, p.25).

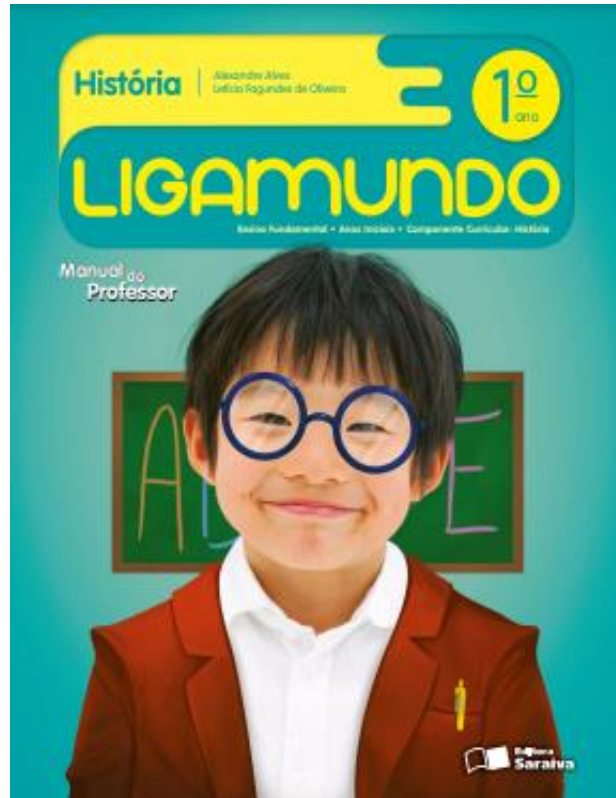
A obra em discussão apresenta as estruturas familiares, conectando suas variações a distintas origens étnicas, raças e traços físicos. É válido ressaltar que o conteúdo aborda aspectos relevantes (origem étnica, diversidade, raça e cultura).

Na análise da Coleção Ligamundo, do componente curricular de História - 1º ano, de produção da editora Saraiva, deparamo-nos com o estudo da Temática

⁹ A habilidade EF01HI06 se refere à: Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e são parte do componente curricular de História.

Família na Unidade 1 - Histórias de Família.

Figura 8 - Capa do livro da coleção ligamundo - História – 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Alves; Oliveira (2017).

Na figura 9, são apresentadas várias representações de famílias através de fotos, incluindo uma família formada por duas mulheres, e também textualmente, descritas pelos autores do material como “família com duas mães ou dois pais”.

Nas orientações didáticas, os autores recomendam que os educadores realizem a análise do texto que descreve as várias famílias e propõem como Atividade 1 que os estudantes compartilhem sobre suas próprias famílias. Não é mencionada nenhuma competência a ser trabalhada de acordo com a BNCC.

Figura 9 - Histórias de família – coleção
ligamundo – História – 1ºano – PNLD
2019

HISTÓRIAS DE FAMÍLIA LEIA
A SÉRIE DE HISTÓRIAS DE FAMÍLIA

TODAS AS PESSOAS TÊM UMA HISTÓRIA. AS HISTÓRIAS DAS PESSOAS COM QUEM CONVIVEMOS, COMO PAIS, IRMÃOS, AVÓS, TIOS E PRIMOS, QUANDO REUNIDAS, CONTAM A HISTÓRIA DA FAMÍLIA.

EXISTEM DIFERENTES TIPOS DE FAMÍLIA: FAMÍLIAS COM PAI, MÃE E FILHOS; FAMÍLIAS COM MÃE, AVÔ OU AVÓ E NETOS; FAMÍLIAS COM DUAS MÃES OU DOIS PAIS; FAMÍLIAS BEM GRANDES, COM PAI, MÃE, FILHOS, TIOS E TIAS, TODOS JUNTOS; FAMÍLIAS EM QUE ALGUMAS PESSOAS VIVEM SEPARADAS, ENTRE OUTRAS. NA FAMÍLIA, VIVENDO JUNTOS OU SEPARADOS, O QUE IMPORTA É TER AFETO E CUIDADO UNS COM OS OUTROS.



FAMÍLIA TOMANDO CAFÉ EM SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO. FOTO DE 2016.



FAMÍLIA VENDO ALBUM DE FOTOGRAFIAS EM SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO. FOTO DE 2016.



FAMÍLIA EM SÃO CAETANO DO SUL, ESTADO DE SÃO PAULO. FOTO DE 2017.



FAMÍLIA NA ALDEIA KOPENG ARANÓ, EM FELIZ NASAL, ESTADO DE MATO GROSSO. FOTO DE 2016.

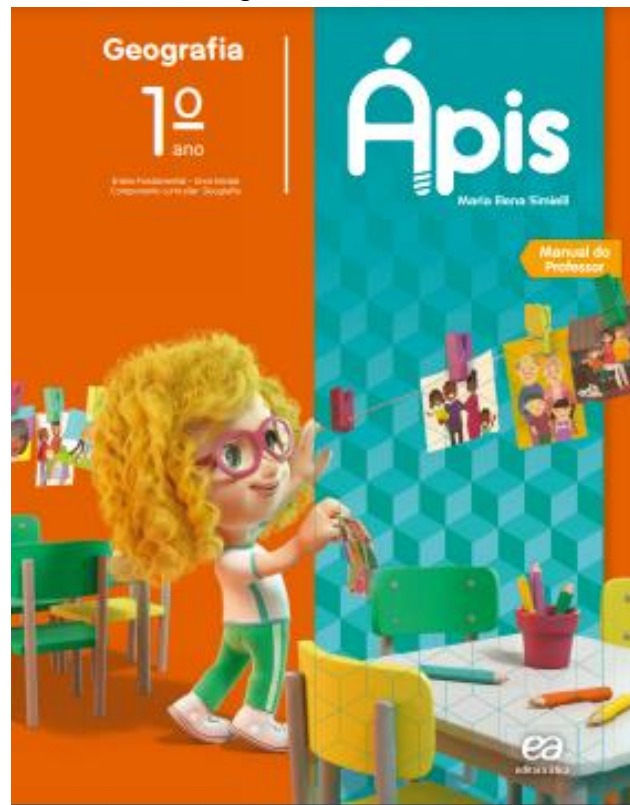
1 SUA FAMÍLIA SE PARECE COM ALGUMA DAS FAMÍLIAS REPRESENTADAS NAS FOTOGRAFIAS? EM UMA FOLHA À PARTE, FAÇA UM DESENHO COLORIDO RETRATANDO VOCÊ JUNTO DE SUA FAMÍLIA. *Personalize pessoal.*



Fonte: Alves; Oliveira (2017, p.14).

A coleção Ápis do componente curricular de Geografia, de produção da editora Ática apresenta em seu Capítulo 1 – Unidade 1 – Viver em Família, as mesmas representações que a Coleção Ápis do componente curricular de História e também da obra Interdisciplinar.

Figura 10 - Capa do livro da coleção Ápis - Geografia- 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Simielli (2017).

Na ilustração 11, é possível identificar diferentes estruturas familiares e percebemos a representação visual de uma família homoafetiva feminina.

A autora sugere o desenvolvimento da habilidade EF01GE04¹⁰.

Nas atividades 3 e 4 da próxima página, é recomendado que as imagens não abordem completamente as experiências de todos os estudantes, e que no material didático são fornecidas apenas algumas propostas de estruturas familiares, incentivando os professores a mostrarem diferentes exemplos de famílias.

¹⁰ A habilidade EF01GE04 se refere à: Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e são parte do componente curricular de Geografia.

Figura 11 - Atividade sobre família – coleção ápis –
Geografia – 1ºano – PNLD 2019

HÁ FAMÍLIAS FORMADAS POR MUITA GENTE E HÁ OUTRAS FORMADAS POR APENAS DUAS PESSOAS.

MAS SERÁ QUE TODAS AS FAMÍLIAS SÃO IGUAIS? VOCÊ CONHECE UMA FAMÍLIA IGUAL À SUA? PARA RESPONDER, OBSERVE AS FOTOGRAFIAS DAS FAMÍLIAS DESTA PÁGINA E DA PÁGINA SEGUINTE.



11 FAMÍLIA EM SÃO FELIX DO XINGU, NO ESTADO DO PARÁ, 2016.



3 FAMÍLIA EM POÇOES, NO ESTADO DA BAHIA, 2016.



4 FAMÍLIA EM SÃO CAETANO DO SUL, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017.



6 FAMÍLIA EM LIMOEIRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2015.

12 UNIDADE 4

Fonte: Simielli (2017, p.12).

Figura 12 - Atividade 2 sobre famílias – coleção ápis – Geografia – 1ºano – PNLD 2019



2 FAMILIA EM MINAS NOVAS, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015.

3 FAMILIA EM SANTA MARIA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014.

4 FAMILIA NO RIO DE JANEIRO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016.

4 FAMILIA EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

- 1 CONTE QUANTAS PESSOAS FORMAM CADA FAMÍLIA. ANOTE O NÚMERO NO QUADRINHO.
- 2 CIRCULE DE VERMELHO A FAMÍLIA COM MAIS PESSOAS E DE AZUL A FAMÍLIA COM MENOS PESSOAS. *Os alunos devem circular de vermelho a foto da família de São Félix do Xingu, e de azul a família de Minas Novas.*
- 3 MARQUE COM UM X A FAMÍLIA COM O MESMO NÚMERO DE PESSOAS QUE A SUA. *Resposta pessoal.*
- 4 CONVERSE COM OS COLEGAS E O PROFESSOR: CADA FAMÍLIA É DE UM JEITO OU TODAS AS FAMÍLIAS SÃO IGUAIS? *Resposta pessoal.*

CAPÍTULO 4 13

Fonte: Simielli (2017, p.13).

Na coleção Ligamundo, do componente curricular de História do 2º ano, de produção da editora Saraiva, a temática família aparece na Unidade 3 – É Bom Ter Família.

Figura 13 - Capa do livro da coleção ligamundo - História – 2ºano – PNLD 2019



Fonte: Oliveira (2017).

A ilustração da família está presente nesta edição, de acordo com a figura 14. No entanto, nesta situação, o que a torna distinta da Coleção com o mesmo título e conteúdo para o 1º ano, é a falta de representação de famílias homoafetivas.

Neste exemplo, não há referência explícita a relações homoafetivas, apenas são mencionadas famílias compostas pela mãe sozinha, pelo pai sozinho, ou pelo pai e os filhos, ou ainda por pai, mãe, tios, filhos e avós, conforme descrito na atividade da página 38.

Figura 14 - Você não vive só – coleção ligamundo – História - 2ºano – PNLD 2019

VOCÊ NÃO VIVE SÓ

LEIA
REPENSANDO SEMPRE

NA SUA OPINIÃO, O QUE DEIXA UMA CRIANÇA FELIZ? O QUE FAZ VOCÊ FELIZ? *Resposta pessoal.*

PESQUISADORES REALIZARAM ENTREVISTAS PARA SABER O QUE DEIXA AS CRIANÇAS FELIZES: BRINQUEDOS, VIAGENS OU PARQUES DE DIVERSÕES?

[...] É AÍ VEIO MAIS UMA SURPRESA: O QUE DEIXA A CRIANÇA MAIS FELIZ SÃO COISAS SIMPLES, COMO ESTAR COM OS AVÓS, BRINCAR COM OS AMIGOS E PRATICAR ESPORTES. [...]

THAIS LAZZERIL, POR QUE SUA FILHA ESTÁ TÃO FELIZ? **ÉPOCA**, 25 DE MAIO DE 2012.
DISPONÍVEL EM <<http://revistaepoca.globo.com/Vida-est/Noticias/012105/gor-que-ela-esta-tao-feliz.html>>. ACESSO EM: JULHO DE 2017.



AS FAMÍLIAS PODEM TER DIFERENTES FORMAÇÕES: PAI, IRMÃOS, AVÓS, TIOS, PRIMOS, PADRINHOS E OUTRAS PESSOAS PRÓXIMAS FAZEM PARTE DA FAMÍLIA. NA FOTO, FAMÍLIA NO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM 2014.

AS CRIANÇAS DEVEM SER PROTEGIDAS E CUIDADAS POR SEU GRUPO FAMILIAR. ALÉM DISSO, APRENDEM COM ELE REGRAS, HÁBITOS E COSTUMES.

O GRUPO DE PESSOAS COM O QUAL AS CRIANÇAS GERALMENTE CONVIVEM DE FORMA MAIS PRÓXIMA É A FAMÍLIA.

1 MARQUE COM UM X A FRASE VERDADEIRA.

TODAS AS FAMÍLIAS SÃO REPRESENTADAS APENAS POR PAI, MÃE E FILHOS.

AS FAMÍLIAS SÃO DIFERENTES, POIS PODEM SER FORMADAS APENAS PELA MÃE OU APENAS PELO PAI E OS FILHOS, OU POR PAI, MÃE, TIOS, FILHOS E AVÓS.

Fonte: Oliveira (2017, p.38).

Ao examinarmos a Coleção Vem Voar, Interdisciplinar - 1º ano, produzido pela editora Scipione, podemos observar que a abordagem principal está presente na Unidade 1 - Capítulo 5 - Minha Família É Assim.

Figura 15 - Capa do livro da coleção vem voar interdisciplinar – 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Roque; Nicaretta (2017).

Na figura 16, é possível identificar a representação de uma família formada por duas mulheres. No conteúdo desta página, são evidenciadas as habilidades da BNCC: EF01HI02¹¹ e EF01HI07.

Também é possível notar a existência de um texto que aponta a complexidade em definir um padrão único para a estrutura familiar.

¹¹ A habilidade EF01HI02 se refere à: Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades, de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e são parte do componente curricular de História.

Figura 16 - Minha família é assim – coleção vem voar interdisciplinar – 1ºano – PNLD 2019



Fonte: Roque; Nicaretta (2017, p.54).

É importante que o professor aborde este assunto com sensibilidade e empatia, levando em consideração que os estudantes vêm de diferentes origens familiares.

Os componentes utilizados na avaliação foram reconhecidos a partir das figuras, textos e tarefas presentes no material das publicações didáticas escolhidas para o PNLD de 2019.

A interpretação das figuras e dos textos busca analisar a divulgação e a criação das imagens que retratam a estrutura familiar nos materiais didáticos escolhidos para o estudo, de modo a se inserirem em um contexto histórico, no qual se promove a ideia de um padrão único de família.

No que concerne aos padrões estabelecidos pelo governo para a seleção de materiais didáticos no âmbito do PNLD 2019, durante o período de estudo, são considerados os princípios éticos e democráticos essenciais para o desenvolvimento

da cidadania.

A observância também de temas contemporâneos:

As obras didáticas devem assegurar a abordagem de temáticas contemporâneas que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Muitas dessas temáticas estão contidas nos documentos legais apresentados no item 1, tais como educação para o trânsito, preservação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, entre outras (Brasil, 2019, p.1).

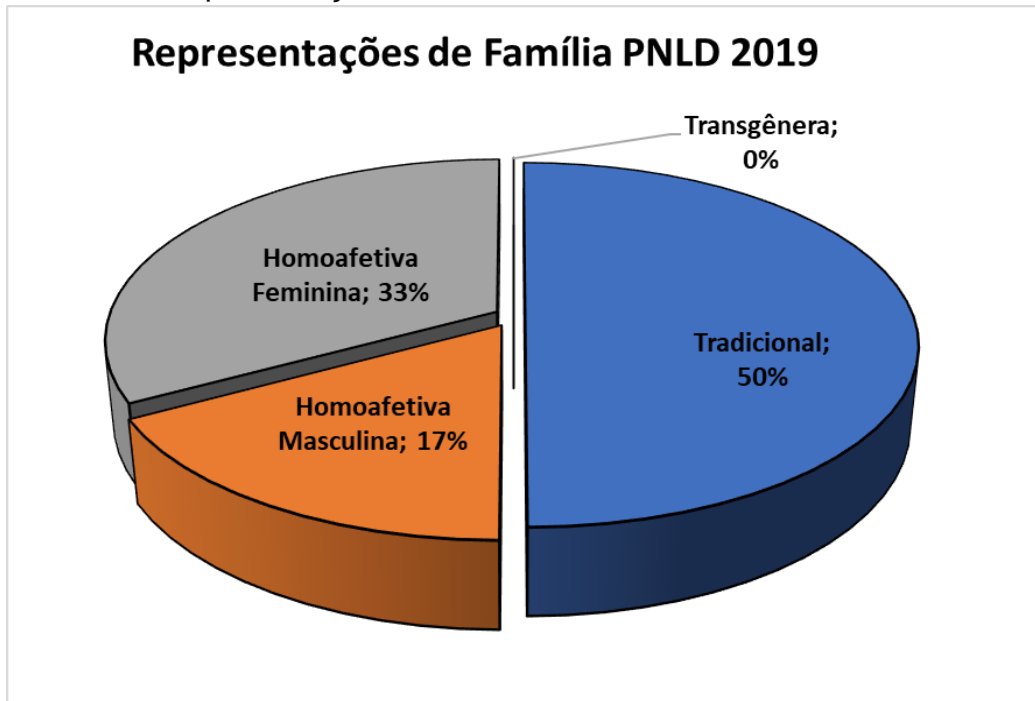
No segundo quadro, apresentamos uma síntese da análise das imagens presentes nos livros didáticos das coleções analisadas do PNLD de 2019, abordando as diferentes representações de família, tais como: a tradicional, a homoafetiva masculina, a homoafetiva feminina e a transgênera, conforme apresentado no gráfico 1.

Quadro 4 - Livros Didáticos PNLD 2019 de História, Interdisciplinar e Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental – Representações de Família

Livro	Tradicional	Homoafetiva Masculina	Homoafetiva Feminina	Transgênera
Coleção Ápis Interdisciplinar	Família exemplificada por meio de imagem (p.38/39)	Não há representação	Família exemplificada por meio de imagem (p.39)	Não há representação
Coleção Ápis História	Família exemplificada por meio de imagem (p. 23/24 e 25) e por meio textual (p.23)	Família exemplificada por meio textual (p.23)	Família exemplificada por meio de imagem (p.23) e por meio textual (p.23)	Não há representação
Coleção Ligamundo História	Família exemplificada por meio de imagem (p.14) e por meio textual (p.14)	Família exemplificada por meio textual (p.14)	Família exemplificada por meio de imagem (p.14) e por meio textual (p.14)	Não há representação
Coleção Ápis Geografia	Família exemplificada por meio de imagem (p.12/13)	Não há representação	Família exemplificada por meio de imagem (p.12)	Não há representação
Coleção Ligamundo História	Família exemplificada por meio de imagem (p.38)	Não há representação	Não há representação	Não há representação
Coleção Vem Voar Interdisciplinar	Família exemplificada por meio de imagem (p.54/57)	Não há representação	Não há representação	Não há representação

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 1 - Representação de Famílias no PNLD de 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com as informações exibidas no gráfico 1, as representações de famílias nos materiais didáticos apresentaram um percentual de 50% para a presença de famílias tradicionais, seguido por 33% de famílias homoafetivas femininas e 17% de famílias homoafetivas masculinas. Já as famílias transgêneras não foram representadas de forma alguma, seja em texto ou imagens.

6.2 OS LIVROS DIDÁTICOS E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS: UM OLHAR PARA O PNLD DE 2023

Neste subitem mostramos cada obra selecionada para estudo em sua materialidade, suas imagens e textos que compõem a temática pesquisada.

Foram analisadas seis coleções, sendo: Coleção Ápis Mais Geografia, Coleção Vida Criança História, Coleção Pitangá mais História, Coleção Diálogos História, Coleção Buriti Mais Ciências Humanas e Coleção Da Escola Para o Mundo.

No quadro 5 estão listados todos os livros didáticos avaliados para as disciplinas de História, Interdisciplinar e Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental no PNLD de 2023.

Quadro 5 - Livros Didáticos PNLD 2023 de História e Ciências Humanas dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Livro	Autor (es)	Editora	Ano
Coleção Ápis Mais Geografia	Maria Elena Simielli	Ática	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental
Coleção Vida Criança - História	Caroline Minorelli e Charles Chiba	Saraiva	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental
Coleção Pitangá Mais - História	Maria Eugênia Beluschi Adriana Machado Dias	Moderna	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental
Coleção Diálogos História	Antonio Reis Jr./ Gilberto Teixeira/ Regina Nogueira Borella	Ática	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental
Coleção Buriti Mais Ciências Humanas	Ana Claudia Fernandes e Cesar Brumini Dellore	Moderna	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental
Coleção Da Escola Para o Mundo História	Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira	Scipione	1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os conteúdos, textos e imagens conforme mencionado anteriormente, foram categorizados segundo os modelos de família que cada coleção apresentava, levando em consideração o gênero e a sexualidade presentes nos livros didáticos das matrizes curriculares de Ciências, Geografia e História.

Foram identificadas imagens e textos relacionados às dinâmicas familiares nas seis obras analisadas, destacando a importância da diversidade de casais do mesmo sexo, incluindo casais masculinos, femininos e transgêneros, assim como famílias homoparentais e monoparentais.

Entretanto, temos ciência de que o livro didático contém em si interpretações e significados variados de acordo com o assunto tratado (família, gênero e sexualidade).

É evidente que cada coleção traz consigo uma narrativa sobre família, a qual está relacionada com as características físicas, parentalidade e laços sanguíneos

presentes em um ambiente familiar. Isso sugere que o modelo tradicional de família ainda exerce uma influência predominante.

A primeira obra analisada é a Coleção Ápis Mais – Geografia, de produção da editora Ática.

Figura 17 - Capa do livro da coleção ápis mais Geografia – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Simielli (2021).

O volume analisado foi elaborado para os alunos do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As figuras familiares são abordadas na Unidade 1 - Capítulo 1: Viver em Família. Identificamos, nesta coleção, as representações visuais ou escritas de estruturas familiares de acordo com as figuras 18 e 19.

Figura 18 - As famílias são iguais? – coleção ápis mais – Geografia – 1ºano – PNLD 2023

AS FAMÍLIAS SÃO IGUAIS?

VOCÊ JÁ DESENHOU A SUA FAMÍLIA E CONTOU UM POUCO SOBRE ELA PARA O PROFESSOR E OS COLEGAS. AGORA, VAMOS DESCOBRIR SE AS FAMÍLIAS SÃO TODAS IGUAIS?

OBSERVE COM ATENÇÃO AS FOTOS DESTA PÁGINA E DA PÁGINA SEGUINTE.

VOCÊ IDENTIFICA UMA FAMÍLIA PARECIDA COM A SUA EM ALGUMA DESSAS FOTOS?



FAMÍLIA EM GENERAL CARNEIRO, NO ESTADO DE MATO GROSSO, 2020.



FAMÍLIA EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021.



FAMÍLIA EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021.



FAMÍLIA EM LIMOEIRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2015.

Figura 19 - Atividade sobre famílias – coleção ápis mais – Geografia – 1ºano – PNLD 2023



2
FAMÍLIA EM CABO FRIÓ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017.

4
FAMÍLIA EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021.

5
FAMÍLIA EM PIRAPOZINHO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021.

COLE AQUI A FOTO DA SUA FAMÍLIA.
Eventualmente, os estudantes podem desenhar neste espaço.

1. COM BASE NA OBSERVAÇÃO DAS FOTOS, FAÇA O QUE SE PEDE.

A) CONTE QUANTAS PESSOAS FORMAM CADA FAMÍLIA. ANOTE O NÚMERO NO QUADRINHO.

B) CIRCULE DE **VERMELHO** A FAMÍLIA COM MAIS PESSOAS E DE **AZUL** A FAMÍLIA COM MENOS PESSOAS. *Os estudantes devem circular de vermelho a foto da família de General Carneiro e de azul a família de Cabo Frio.*

C) MARQUE COM UM **X** A FAMÍLIA COM O MESMO NÚMERO DE PESSOAS QUE A SUA. *Resposta pessoal. Leia as orientações para a atividade neste Manual do Professor.*

2. CONVERSE COM OS COLEGAS E O PROFESSOR: CADA FAMÍLIA É DE UM JEITO OU TODAS AS FAMÍLIAS SÃO IGUAIS? *Espera-se que os estudantes respondam que as famílias não são iguais. Leia as orientações para a atividade neste Manual do Professor.*

Fonte: Simielli (2021, p.49).

As figuras 18 e 19 demonstram que a atividade proposta, intitulada “As famílias são iguais?”, há variadas configurações ou arranjos familiares, porém, nota-se a ausência de elementos visuais ou textuais de famílias homossexuais ou transgêneras. Porém, nas orientações didáticas, sugerem ao docente que oriente os estudantes sobre os vários tipos de famílias e não somente as que estão representadas nos livros.

Destaca-se ainda que é importante reconhecer e valorizar os diferentes tipos de configurações familiares apresentados pelos estudantes, assim como os diversos papéis desempenhados por cada membro de uma família.

Foi observado que, em Temas Contemporâneos Transversais, ao se apresentar diferentes configurações familiares, deve-se possibilitar um trabalho com respeito às diversidades, contemplando tais temas.

A segunda obra analisada intitula-se: Coleção Vida Criança História, de produção da Editora Saraiva.

Figura 20 - Capa do livro da coleção vida criança - História – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Minorelli; Chiba (2021).

Este volume é destinado aos estudantes do 1ºano do Ensino Fundamental I. Na Unidade 3, encontram-se as representações de família em: A moradia e a Família. Encontramos na presente coleção as representações visuais e os conteúdos escritos sobre os arranjos familiares conforme as figuras 21, 22, 23 e 24.

Figura 21 - As famílias – coleção vida criança – História – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Minorelli; Chiba (2021, p.60).

Verifica-se que a figura 21 apresenta diferentes formas de família, incluindo a presença de uma família homoafetiva feminina através de uma imagem. Nesta mesma página é recomendado ao professor incentivar uma reflexão sobre as transformações e permanências nas estruturas familiares. Existe ainda um texto que aborda as transformações significativas que as estruturas familiares experimentaram em relação à sua essência, propósito e percepção.

Na imagem 22 não são mostradas representações visuais de famílias homoafetivas, entretanto, o professor é incentivado a abordar a variedade de estruturas familiares.

Figura 22 - As famílias – coleção vida criança – História – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Minorelli; Chiba (2021, p.61).

Na imagem 23, é possível observar uma família tradicional e a abordagem do tema adoção.

Figura 23 - Sobre as diferentes famílias – coleção vida criança – História – 1ºano – PNLD 2023

MUITAS CRIANÇAS NÃO VIVEM COM SEUS PAIS. ALGUMAS VIVEM COM SEUS AVÓS, TIOS OU OUTROS PARENTES. HÁ TAMBÉM CRIANÇAS QUE VIVEM COM FAMÍLIAS ADOTIVAS, QUE AS ESCOLHERAM COMO FILHAS OU FILHOS.



EXISTEM CRIANÇAS QUE NÃO PODEM VIVER COM SUA FAMÍLIA. POR ISSO, ELAS VIVEM EM ABRIGOS ENQUANTO AGUARDAM ADOÇÃO. ESSES ABRIGOS SÃO CHAMADOS ORFANATOS.

NOS ORFANATOS, AS CRIANÇAS RECEBEM O CUIDADO DE VÁRIOS PROFISSIONAIS, COMO EDUCADORES, ENFERMEIROS, MÉDICOS E COZINHEIROS.

INDEPENDENTEMENTE DE SUA SITUAÇÃO, AS CRIANÇAS TÊM VÁRIOS DIREITOS, COMO A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, E A MORADIA. CRIANÇA RECEBENDO ATENDIMENTO MÉDICO NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM 2016.



62

Fonte: Minorelli; Chiba (2021, p.62).

Na figura 24, também não há representação de família homossexual, indicando que apenas são retratadas as mesmas estruturas familiares.

Figura 24 - Atividade sobre famílias – coleção vida criança – História – 1ºano – PNLD 2023

2. ASSOCIE CADA CRIANÇA AOS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES.

The activity consists of three rows, each with a child on the left and a family photo on the right. A small letter in a circle is placed between them for matching.

- Row 1:** A girl with red hair in a ponytail. Her speech bubble says: "MINHA FAMÍLIA É FORMADA POR MINHA MÃE, MEU PAI, MEU IRMÃO E EU." To her right is a photo of a man and a woman in a rectangular frame. A letter 'C' is in a circle between them.
- Row 2:** A boy with dark skin and a striped shirt. His speech bubble says: "EU MORO COM MINHA MÃE." To his right is a photo of a family (man, woman, and child) in an oval frame. A letter 'A' is in a circle between them.
- Row 3:** A boy with brown hair. His speech bubble says: "MINHA FAMÍLIA É FORMADA POR MEUS AVÓS E EU." To his right is a photo of a woman in a rectangular frame. A letter 'B' is in a circle between them.

Fonte: Minorelli; Chiba (2021, p.64).

A terceira obra analisada intitula-se: Coleção Pitangá Mais – História, de produção da editora Moderna. Este volume é destinado aos alunos do 1ºano do Ensino Fundamental I. Na Unidade 2, se encontram as representações de famílias em: As Famílias são Diferentes.

Figura 25 - Capa do livro da Coleção pitangúá mais – História - 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Dias; Belluschi (2023).

Localizamos nesta coleção as imagens que representam as diferentes estruturas familiares conforme as figuras 26, 27 e 28.

Figura 26 - As famílias são diferentes – Coleção pitangüá mais – História – 1ºano- PNLD 2023



Fonte: Dias; Belluschi (2021, p.34).

Na figura 26, é possível identificar a representação de duas famílias tradicionais, evidenciando a continuidade da predominância desse modelo.

Para valorizar e incentivar a diversidade, é recomendado que o guia destinado aos professores aborde as diversas estruturas familiares, em conformidade com a Competência Geral 9 da BNCC. Essa abordagem possibilita uma reflexão sobre a importância de reconhecer e respeitar os distintos

conhecimentos e tradições culturais presentes em nossa sociedade, por meio de representações variadas de famílias.

Ainda, por meio de perguntas aos estudantes, é solicitado que descrevam as famílias presentes nas imagens, promovendo a empatia pelas famílias mostradas e estimulando o respeito à diversidade das famílias representadas.

Figura 27 - As Famílias são Diferentes – Coleção pitangúá mais – História – 1ºano – PNLD 2023



FOTO DE FAMÍLIA QUE VIVE NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM 2018.



FOTO DE FAMÍLIA KAYAPÓ QUE VIVE NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU, ESTADO DO PARÁ, EM 2016.



FOTO DE FAMÍLIA QUE VIVE NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM 2002.

Fonte: Dias; Belluschi (2021, p.35).

Na imagem 27, é possível observar três diferentes estruturas familiares: uma

família tradicional, uma família de origem indígena e uma família homoafetiva feminina.

O professor pode perguntar aos alunos se conhecem outras estruturas familiares que não estejam presentes na ilustração, como solicitado nas orientações didáticas.

Também é importante considerar a evolução do conceito de famílias sociais, que são aquelas constituídas em residências ou instituições, unidas por laços de afeto ou por questões sociais e o conceito de adoção.

Figura 28 - As famílias são diferentes – coleção pitangua mais – História - 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Dias; Belluschi (2021, p.36).

Na figura 28 são apresentadas três diferentes formas de família: duas tradicionais e uma indígena com um único responsável parental.

Sugere-se aos estudantes que comparem os diversos modelos de famílias apresentados, a composição de membros de cada uma, a quantidade de crianças, as variações de vestuário e demais aspectos relevantes.

É responsabilidade do educador estimular reflexões acerca das distintas estruturas familiares e estilos de vida, enfatizando a relevância de valorizar a diversidade cultural conforme instruções textuais.

Figura 29 - Atividade sobre famílias – coleção pitangúá mais – História – 1ºano – PNLD 2023



FOTO DE FAMÍLIA QUE VIVE NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM 2018.

FOTO DE FAMÍLIA QUE VIVE NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL, ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2016.

5. MESMO SENDO TÃO DIFERENTES, AS FAMÍLIAS TÊM ALGO EM COMUM: ELAS SÃO FORMADAS POR PESSOAS QUE SE GOSTAM, QUE CUIDAM UMAS DAS OUTRAS. NO CASO DAS CRIANÇAS QUE VIVEM EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS, POR EXEMPLO, A CONVIVÊNCIA CONJUNTA NESSE ESPAÇO FAZ COM QUE ELAS FORMEM UMA FAMÍLIA.

ATIVIDADES

1. COM A AJUDA DO PROFESSOR, LEIA O TEXTO A SEGUIR EM VOZ ALTA **PNA** E RESPONDA ÀS QUESTÕES.

A FAMÍLIA DE ALICE É ASSIM: ELA, A MÃE E O PAI.
 UMA FAMÍLIA PEQUENA.
 JÁ A FAMÍLIA DO BENTO NÃO PARA DE CRESCER...
 É ASSIM: A MÃE, O PAI, ELE, CINCO IRMÃS E SEIS IRMÃOS.
 ISTO, SEM CONTAR MAIS UM QUE JÁ ESTÁ A CAMINHO...
 [...]

FRASE DO DE A A 2, DE LILA PEREIRA, BELO HORIZONTE: DIMENSÃO, 2015.

A. A FAMÍLIA DE ALICE É FORMADA POR QUANTAS PESSOAS?
 MARQUE UM X NA RESPOSTA CORRETA.

1 PESSOA 2 PESSOAS 3 PESSOAS

B. DESENHE NO CADERNO A FAMÍLIA DE BENTO, CONFORME AS
 DESCRIÇÕES DO TEXTO. O desenho deverá conter Bento, sua mãe,
 cinco irmãs e seis irmãos. A mãe deverá estar grávida.

37

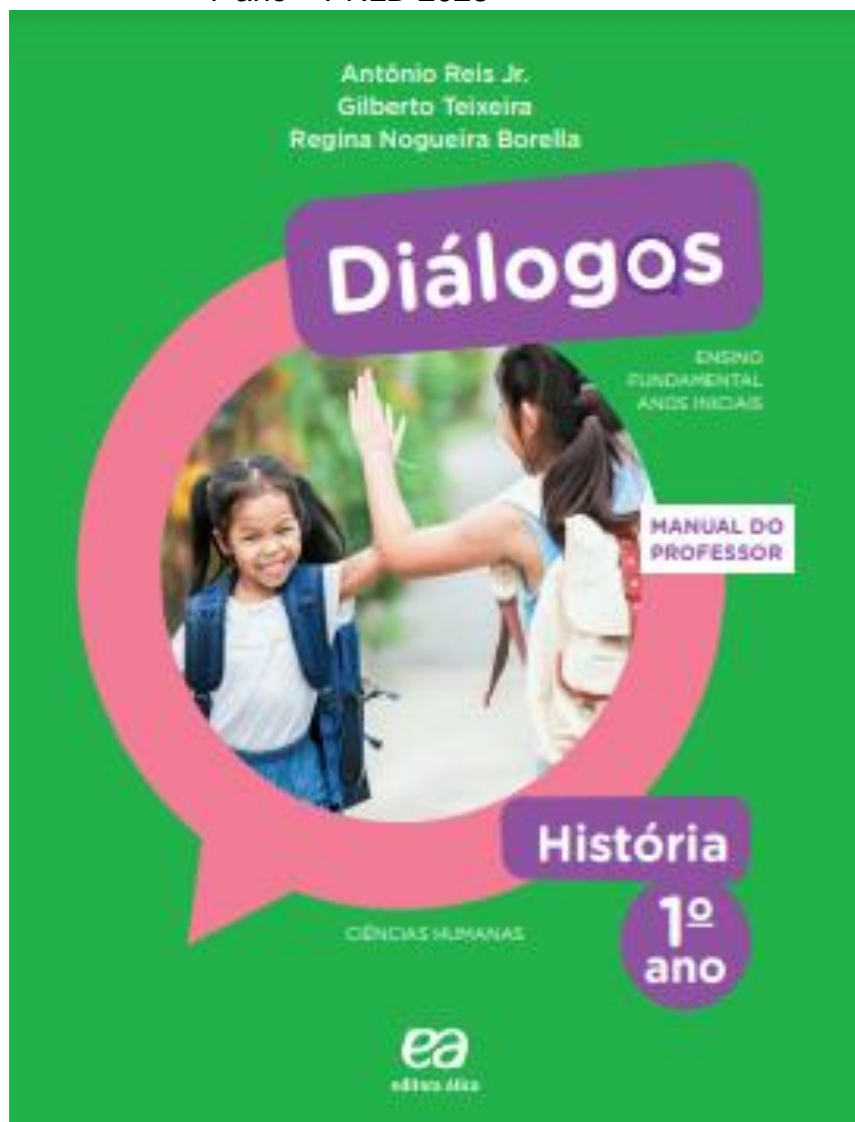
Fonte: Dias; Belluschi (2021, p.367).

Na imagem 29, podemos ver dois arranjos familiares diferentes: um tradicional e outro monoparental.

Logo abaixo das imagens está escrito que, apesar das diferenças, as famílias compartilham algo em comum: são compostas por indivíduos que se apreciam e se dedicam uns aos outros. Para as crianças residentes em abrigos, a convivência nesse ambiente possibilita que elas também estabeleçam laços familiares.

A quarta obra analisada tem como título: Diálogos – História, de produção da Editora Ática. Este volume é destinado aos estudantes do 1ºano do Ensino Fundamental I. As ilustrações que retratam a família estão localizadas na Unidade 2 - Nossa Família.

Figura 30 - Capa do livro da coleção diálogos- História – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Júnior; Teixeira; Borella (2021)

Figura 31 - Sobre as famílias – coleção diálogos – História – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Júnior; Teixeira; Borella (2021, p.23).

Na figura 31 podemos visualizar a constituição de um núcleo familiar tradicional atravessando diferentes etapas.

Nesta unidade, destacamos as diversas estruturas familiares existentes e seus processos de constituição.

Figura 32 - As Famílias na atualidade – coleção diálogos – História – 1ºano – PNLD 2023



26

Fonte: Júnior; Teixeira; Borella (2021, p.26).

Na figura 32, observa-se diversos arranjos familiares na sociedade contemporânea. Por meio de representações visuais, podemos identificar uma variedade de estruturas familiares: uma família com mãe e duas crianças, outra com pai e filha, uma família tradicional e até uma formada por avós. Existe também um relato que afirma que cada indivíduo reside em um contexto familiar único.

Como orientação ao professor, destaca-se a importância de reconhecer e valorizar a diversidade dos arranjos familiares presentes na sociedade.

A quinta obra analisada intitula-se: Coleção Buriti Mais – Ciências Humanas,

de produção da editora Moderna. Este volume é direcionado aos estudantes do Ensino Fundamental I. Os exemplos de estrutura familiar estão presentes na Unidade 2 - A Família.

Figura 33 - Capa do Livro da coleção buriti mais – Ciências Humanas – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Fernandes; Dellore (2021)

Figura 34 - Introdução sobre o tema famílias-
coleção buriti mais – Ciências
Humanas – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Fernandes; Dellore (2021, p.55).

Na figura 34, observamos a configuração de duas famílias tradicionais. Na imagem, há perguntas sobre a representação das famílias, a semelhança da família dos estudantes com elas e se realizam atividades em conjunto com seus familiares.

Como orientações didáticas desta unidade, destacamos: explorar as diferentes estruturas familiares, compreender a formação da própria família, perceber a importância dos vínculos afetivos na constituição de uma família, compreender a família como um ambiente de apoio e aprendizagem, notar as transformações nas estruturas familiares no passado e no presente, reconhecer os papéis sociais desempenhados pelos membros da família ao longo do tempo, investigar a história familiar, desenvolver a compreensão da rotina familiar, compreender noções de tempo e espaço, entre outros.

Os autores ainda ressaltam a importância de incentivar os alunos a identificarem as pessoas retratadas nas ilustrações, destacando as particularidades de cada uma.

Figura 35 - Minha família – coleção buriti mais – Ciências Humanas – 1ºano – PNLD 2023

INVESTIGAR O ASSUNTO

MINHA FAMÍLIA

ALGUMAS FAMÍLIAS COSTUMAM SE REUNIR NOS FINS DE SEMANA PARA FAZER UM PASSEIO OU UMA REFEIÇÃO.

LEIA A SEGUIR O RELATO DE RITA SOBRE COMO ERA O ALMOÇO DE SUA FAMÍLIA AOS DOMINGOS.

ALMOÇO DE DOMINGO

ALMOÇO DE DOMINGO COM A FAMÍLIA REUNIDA, UMA DAS MINHAS LEMBRANÇAS MAIS QUERIDAS. SOU FILHA DE ITALIANO COM UMA LINDA NEGRA, MINEIRA. [...]

DOMINGO CEDO, EU, A FILHA MAIS VELHA, E MEU PAI ÍAMOS À FEIRA E MINHA MÃE FICAVA NA COZINHA ÀS VOLTAS COM AS PANELAS. [...]

O ALMOÇO FICAVA PRONTO, EU ARRUMAVA A MESA E SENTÁVAMOS TODOS [...].



RITA DE CASSIA QUEIROZ DE CASTRO. ALMOÇO DE DOMINGO. MUSEU DA PESSOA, 15 maio 2008. DISPONÍVEL EM: https://acervo.museudapessoa.org/pt/temas/e/historia/almoço-de-domingo-01920. ACESSO EM: 8 jun. 2021.

1 AGORA, RESPONDA ÀS QUESTÕES SOBRE O RELATO DE RITA.

- QUEM COMPRAVA OS ALIMENTOS NA FEIRA?
Rita e o pai dela.
- QUEM PREPARAVA O ALMOÇO?
A mãe de Rita.
- QUEM ARRUMAVA A MESA?
Rita.

56

Fonte: Fernandes; Delloro (2021, p.56).

A imagem 35 mostra uma proposta de atividade que envolve um tradicional

almoço em família de domingo, além disso, como complemento, sugere-se que o professor expanda essa atividade pedindo aos alunos que reflitam sobre os aspectos culturais de suas próprias famílias, comparando as semelhanças e diferenças com as famílias dos colegas.

Figura 36 - As famílias são diferentes – coleção buriti mais – Ciências Humanas – PNLD 2023



Fonte: Fernandes; Dellore (2021, p.58).

Na figura 36, referente ao capítulo “As famílias são diferentes”, por meio de imagens observamos várias configurações familiares e a presença de uma família homoafetiva feminina.

Logo abaixo das imagens está descrito um texto acerca das diversas estruturas familiares, apresentando a definição do tradicional modelo de família,

composta por pai, mãe e filhos biológicos, como predominante nas sociedades ocidentais. Entretanto, ressalta-se que atualmente novas formas familiares têm surgido, com diversos padrões de relacionamentos afetivos e sexuais sendo legitimados. Essa diversidade resultou na pluralidade de modelos de casamento e de configurações familiares alternativas.

No decorrer deste capítulo, é essencial para o educador identificar as diferentes estruturas familiares, perceber que os vínculos emocionais, e não apenas os genéticos, são fundamentais na constituição de uma família, reconhecer que a convivência familiar contribui para o processo de aprendizagem, analisar a configuração das famílias no passado, contrastar os papéis sociais desempenhados pelos membros das famílias do passado com os atuais, ressaltando a questão de gênero e entender que a genealogia é uma maneira de compreender a trajetória familiar.

Cabe ao professor, explorar as imagens evidenciando os diferentes modelos de família e solicitar aos estudantes que compartilhem sobre os modelos familiares que conhecem e que fazem parte de sua convivência.

Sugere-se, ainda, que o professor trate com sensibilidade determinados temas, uma vez que muitos lares não seguem o padrão de família tradicional. A discussão desse tema está vinculada ao assunto principal abordado neste livro, que é a "Valorização das Diferenças".

Figura 37 - Famílias do passado e do presente – coleção buriti mais – Ciências Humanas – 1ºano – PNLD 2023

FAMÍLIAS DO PASSADO E DO PRESENTE

NO BRASIL, CERCA DE 100 ANOS ATRÁS, OS CASAIS COSTUMAVAM TER VÁRIOS FILHOS E FORMAR FAMÍLIAS NUMEROSAS.

OS HOMENS TRABALHAVAM FORA DE CASA ENQUANTO AS MULHERES CUIDAVAM DOS FILHOS E SE DEDICAVAM AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS, COMO LIMPAR, COZINHAR E COSTURAR.

COM O TEMPO, ESSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA FOI MUDANDO. MUITOS CASAIS PASSARAM A TER MENOS FILHOS, E AS MULHERES PASSARAM A TRABALHAR FORA DE CASA TAMBÉM, EM PROFISSÕES DA ESCOLHA DELAS.

ATUALMENTE, OS TRABALHOS DOMÉSTICOS E O CUIDADO DOS FILHOS COSTUMAM SER FEITOS PELAS MULHERES E PELOS HOMENS.



FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ, NO ESTADO DO PARANÁ, EM 1912.

3 PINTE AS FRASES CORRETAS COM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS:

- CERCA DE 100 ANOS ATRÁS.
 - OS HOMENS TRABALHAVAM FORA DE CASA.
 - OS HOMENS SE DEDICAVAM AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS.
 - OS CASAIS COSTUMAVAM TER VÁRIOS FILHOS.
- ATUALMENTE.
 - OS CASAIS COSTUMAM TER VÁRIOS FILHOS.
 - AS MULHERES TAMBÉM TRABALHAM FORA DE CASA.
 - OS TRABALHOS DOMÉSTICOS E O CUIDADO DOS FILHOS COSTUMAM SER FEITOS PELAS MULHERES E PELOS HOMENS.

Fonte: Fernandes; Dellore (2021, p.62).

Na figura 37, é feita uma referência às famílias antigas e modernas, mostrando suas características e diferenças entre o passado e o presente.

Abaixo da tarefa, há um texto sobre os diferentes papéis desempenhados na família, abordando as relações familiares e a importância da igualdade e harmonia entre os cônjuges nas estruturas familiares.

Conforme podemos notar no planejamento das aulas, é responsabilidade do professor analisar certas características que eram comuns nas famílias antigas e atuais, ressaltando as variações na estrutura e no funcionamento.

É importante ressaltar que, mesmo com as transformações nas estruturas familiares ao longo dos anos, as funções sociais desempenhadas por homens e mulheres no contexto familiar também evoluíram.

A sexta obra analisada é chamada: Coleção Da Escola Para o Mundo – História, de produção da editora Scipione. Este volume é destinado aos estudantes

do 1ºano do Ensino Fundamental I. As representações de núcleo familiar estão localizadas na Unidade 1 - Ser, Aprender e Brincar.

Figura 38 - Capa do livro da coleção da escola para o mundo – 1ºano – PNLD 2023



Fonte: Alves; Oliveira (2021).

Figura 39 - Histórias de família – coleção da escola para o mundo – História – 1ºano – PNLD 2023

HISTÓRIAS DE FAMÍLIA

TODAS AS PESSOAS TÊM UMA HISTÓRIA. AS HISTÓRIAS DAS PESSOAS COM QUEM CONVIVEMOS, COMO PAIS, IRMÃOS, AVÓS, TIOS E PRIMOS, QUANDO REUNIDAS, CONTAM A HISTÓRIA DA FAMÍLIA.

EXISTEM DIFERENTES TIPOS DE FAMÍLIA: FAMÍLIAS COM PAI, MÃE E FILHOS; FAMÍLIAS COM MÃE, AVÓ OU AVÔ E NETOS; FAMÍLIAS COM DUAS MÃES OU DOIS PAIS; FAMÍLIAS BEM GRANDES, COM PAI, MÃE, FILHOS, TIOS E TIAS, TODOS JUNTOS; FAMÍLIAS EM QUE ALGUMAS PESSOAS VIVEM SEPARADAS; ENTRE OUTRAS. NA FAMÍLIA, VIVENDO JUNTOS OU SEPARADOS, O QUE IMPORTA É TER AFETO E CUIDADO UNS COM OS OUTROS.



FAMÍLIA FAZENDO REFEIÇÃO EM SÃO PAULO, NO ESTÁDIO DE SÃO PAULO, EM 2017.

FAMÍLIA VENDO ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS EM SÃO PAULO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2016.

FAMÍLIA EM SÃO CAETANO DO SUL, NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2017.

FAMÍLIA NA ALDEIA BÊNEDI ABAD, EM FELIZ NAÍRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO, EM 2016.

1. EM SEU CADERNO, FAÇA UM DESENHO DE VOCÊ COM SUA FAMÍLIA. DEPOIS, IDENTIFIQUE CADA PESSOA, ESCRIVENDO O NOME DELA ABAIXO DO DESENHO. *Atividade de produção de desenho. Leia orientações para a atividade neste Manual do Professor.*

18

Fonte: Alves; Oliveira (2021, p.18).

Na figura 39, podemos ver diferentes estruturas familiares e a presença de uma estrutura familiar homoafetiva feminina. Também é mencionada, por escrito, a estrutura familiar homossexual tanto de mulheres quanto de homens.

Como orientação didática é responsabilidade do professor ler o texto que aborda o conceito de história familiar em sala de aula, solicitar que os alunos recortem jornais ou revistas com fotos de diferentes estruturas familiares, sugerir que

eles organizem as imagens identificando características em comum, tais como quantidade de filhos, quantidade de adultos, presença de homens e mulheres, entre outros, e, por fim, ressaltar a diversidade de arranjos familiares e a variedade existente sem fazer qualquer julgamento de valor.

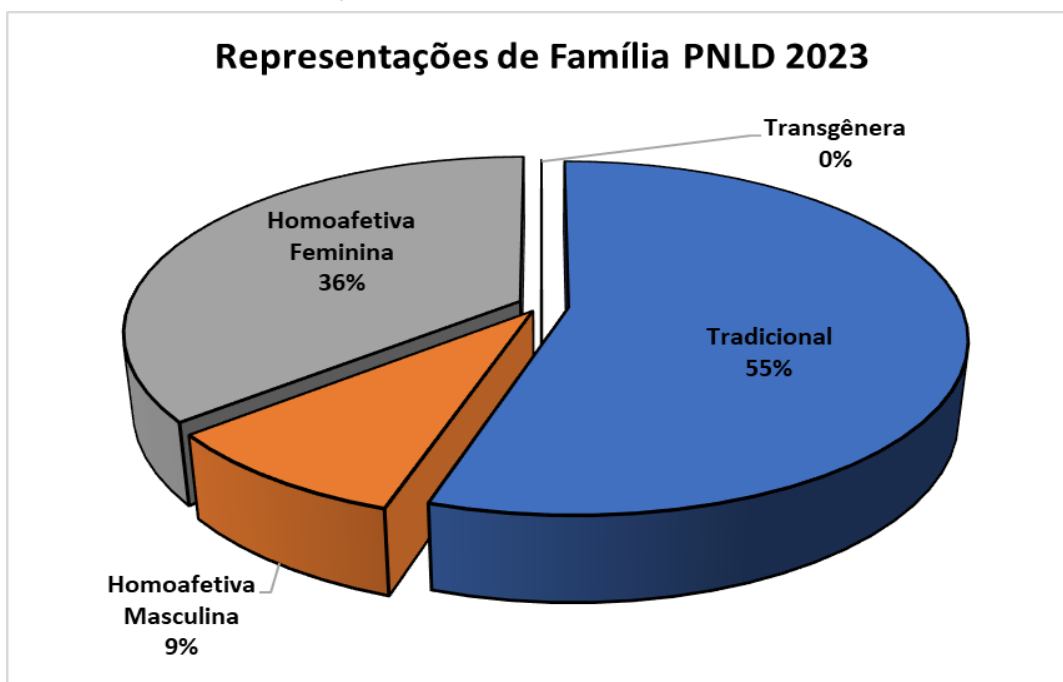
No quadro 6, está disponível a análise das ilustrações presentes nos materiais didáticos das obras analisadas do Programa Nacional do Livro Didático de 2023, relacionadas às representações de núcleo familiar, incluindo famílias tradicionais, famílias homoafetivas masculinas, famílias homoafetivas femininas e famílias transgênero, de acordo com o gráfico 2.

Quadro 6 - Livros Didáticos PNLD 2023 de História e Ciências Humanas 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental - Representações de Família

Livro	Tradicional	Homoafetiva Masculina	Homoafetiva Feminina	Transgênera
Coleção Ápis Mais Geografia	Família exemplificada por meio de imagem (p.16/17)	Não há representação	Não há representação	Não há representação
Coleção Vida Criança História	Família exemplificada por meio de imagem (p. 60/61/62/64)	Não há representação	Família exemplificada por meio de imagem (p.60)	Não há representação
Coleção Pitangua Mais História	Família exemplificada por meio de imagem p.34/35/36/37	Não há representação	Família exemplificada por meio de imagem (p.35)	Não há representação
Coleção Diálogos História	Família exemplificada por meio de imagem (p.23/26)	Não há representação	Não há representação	Não há representação
Coleção Buriti Mais Ciências Humanas	Família exemplificada por meio de imagem p.55/56/58/62	Não há representação	Família exemplificada por meio de imagem (p.58)	Não há representação
Coleção Da Escola Para o Mundo História	Família exemplificada por meio de imagem e textual (p.18)	Família exemplificada por meio de imagem e textual (p.18)	Família exemplificada por meio de imagem e textual (p.18)	Não há representação

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 2 - Representação de Famílias no PNLD de 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

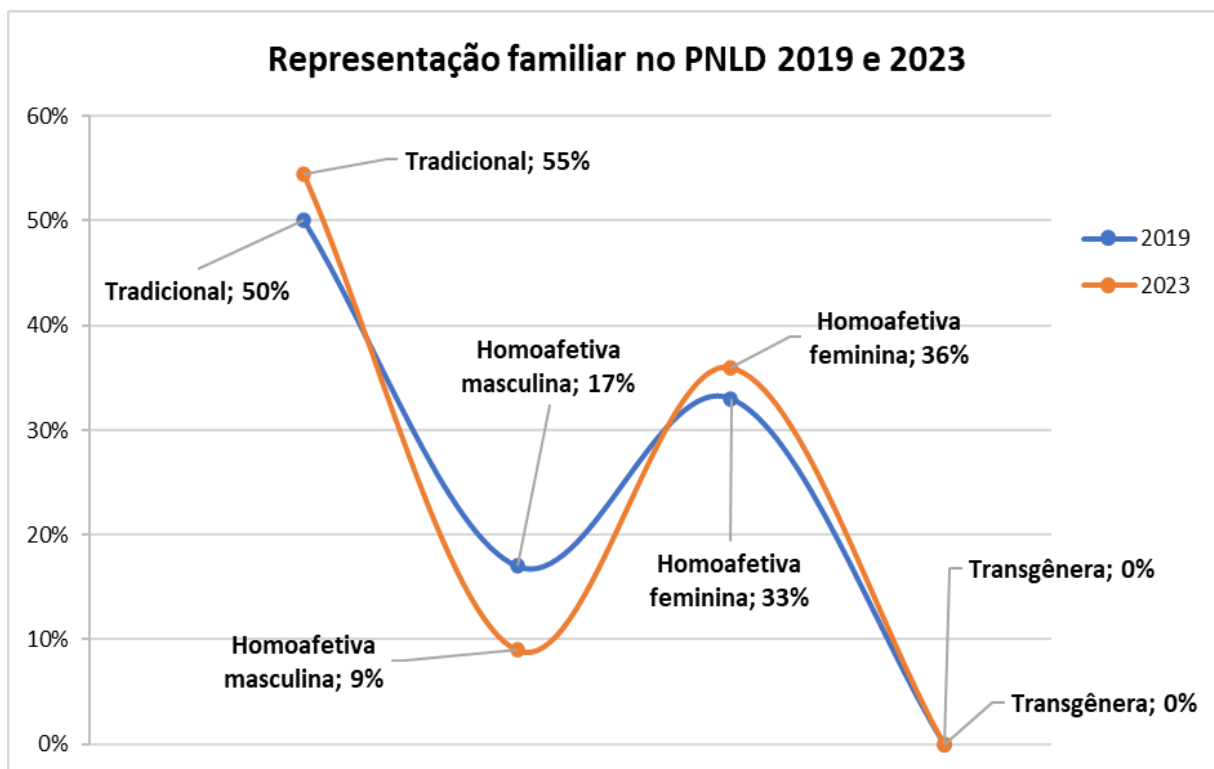
No segundo gráfico, é possível notar que as representações familiares convencionais corresponderam a 55% do total, apresentando um aumento em comparação com o PNLD de 2019. As famílias formadas por casais homoafetivos do sexo feminino também tiveram um aumento significativo, ao contrário das famílias homoafetivas masculinas, que diminuíram para 9%. Já as famílias transgêneras mantiveram seu percentual em 0%.

6.3 ANÁLISE COMPARATIVA: AS REPRESENTAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS ENTRE O PNLD DE 2019 E O PNLD DE 2023

No terceiro gráfico, apresentamos uma comparação entre as retratações de família nos PNLDs de 2019 e 2023. No gráfico é possível notar um crescimento das representações do padrão familiar tradicional em 5% em relação ao ano de 2019.

Também foi registrado uma diminuição de 8% em relação às famílias homoafetivas masculinas, em comparação com o que foi encontrado nos livros didáticos do PNLD de 2019. Por outro lado, as famílias do sexo feminino tiveram um aumento de 3% do PNLD de 2019 para o PNLD de 2023. Para as famílias transgêneras, a porcentagem permaneceu em 0%.

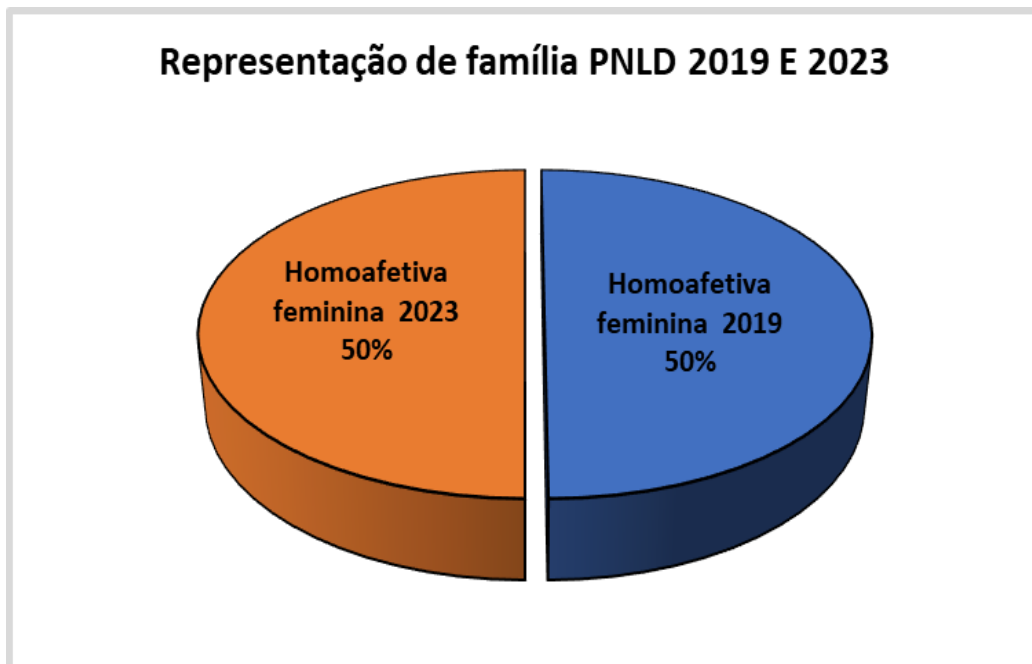
Gráfico 3 - Representação de Famílias no PNLD de 2019 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após avaliar os materiais do PNLD de 2019 e do PNLD de 2023, é possível notar que a proporção de famílias homoafetivas do sexo feminino permanece inalterada, de acordo com o gráfico 4.

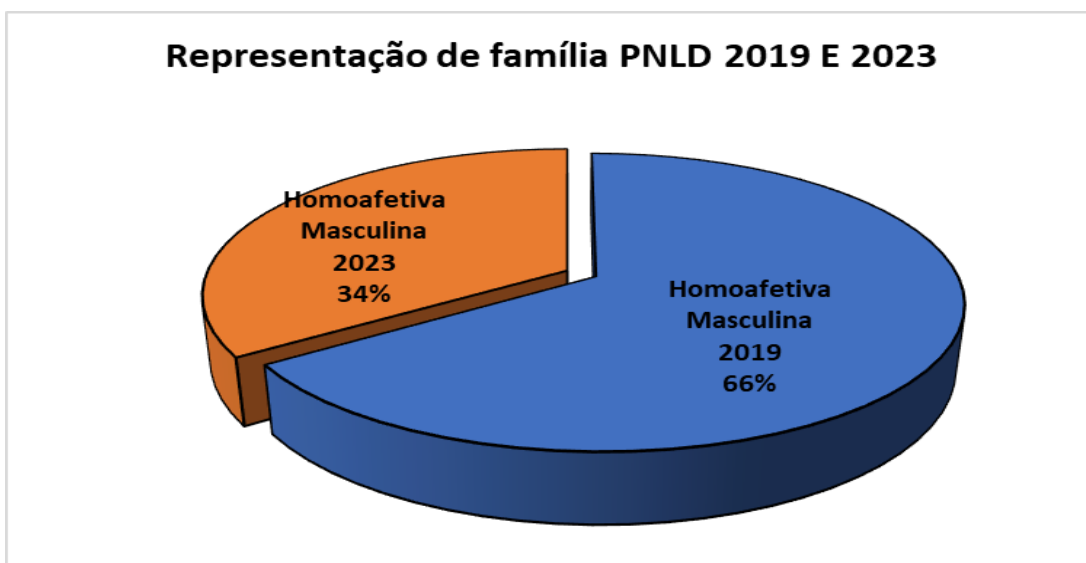
Gráfico 4 - Representação das Famílias Homoafetivas Femininas no PNLD de 2019 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação às famílias compostas por casais homossexuais masculinos, o gráfico mostra que a frequência desse tipo de família foi maior em 2019, quando a avaliação do PNLD ocorreu durante a gestão de Michel Temer (2016-2019). Já em 2023, houve uma redução nessa representatividade, possivelmente devido à influência e análise feita durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), conforme apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Representação das Famílias Homoafetivas Masculinas no PNLD de 2019 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisarmos os dados visuais, percebemos que a proporção das famílias representadas por mulheres é consistentemente maior em comparação com as representações familiares masculinas, levantando questionamentos em relação a essa discrepância.

Seria mais bem visto pela sociedade a presença de duas mulheres como parte de uma família criando uma criança, em comparação com dois homens?

Nesse caleidoscópio de possibilidades, os vínculos de filiação não podem ser buscados nem na verdade jurídica nem na realidade biológica. A definição da paternidade está condicionada à identificação da posse do estado de filho, reconhecida como a relação afetiva, íntima e duradoura, em que uma criança é tratada como filho, por quem cumpre todos os deveres inerentes ao poder familiar: cria, ama, educa e protege (Dias, 2018, p.7).

Compreende-se, portanto, que os filhos são fruto de sentimentos afetivos e não apenas de uma relação biológica, uma vez que os laços mencionados não se referem à figura do pai ou da mãe, mas sim à parentalidade baseada no afeto.

Não se pode fechar os olhos e tentar acreditar que as famílias homoparentais, por não disporem de capacidade reprodutiva, simplesmente não possuem filhos. Está se a frente de uma realidade cada vez mais presente: crianças e adolescentes vivem em lares homossexuais. Gays e lésbicas buscam a realização do sonho de estruturarem uma família com a presença de filhos. Não ver essa verdade é usar o mecanismo da invisibilidade para negar direitos, postura discriminatórias com nítido caráter

punitivo, que só gera injustiças (Dias, 2018, p.8).

É inegável que a interação presente nessas configurações familiares é fundamental para o desenvolvimento dos laços de afinidade e carinho. Quando ignoramos a importância da parentalidade socioafetiva, estamos escondendo sob preconceitos qualquer verdade existente.

A enorme resistência em aceitar a homoparentalidade decorre da falsa ideia de que são relações promíscuas, não oferecendo um ambiente saudável para o bom desenvolvimento de uma criança. Também é alegado que a falta de referências comportamentais pode acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do filho (Dias, 2018, p.8).

Essa ideia se origina de falsas concepções, que são impostas pela sociedade que ainda está sob a influência de um regime patriarcal e conservador dominante, ou, uma atitude homofóbica oculta.

Famílias multiparentais, outrora ignoradas, têm sempre existido e seguirão existindo, provenientes de uma tentativa contrária ao modelo tradicional, buscando uma inclusão de direitos em uma sociedade mais diversa e igualitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os conteúdos presentes em uma amostra dos livros didáticos aprovados para o PNLD de 2019 e para o PNLD de 2023, tanto em formato textual quanto por meio de imagens, referentes aos componentes curriculares Interdisciplinar, História, Ciências e Geografia do 1º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e um único volume do 2º ano do Ensino Fundamental I, escolhidos para a elaboração das diferentes categorias sobre o tema família, apresentamos aqui as conclusões dessas categorias e os principais resultados obtidos.

Desta forma, pudemos mergulhar em um processo que surge da interação entre os indivíduos e a maneira como são retratados através de imagens ou textos, levantando questionamentos sobre as dinâmicas familiares atuais e suas composições.

Neste estudo, optamos por uma abordagem quantitativa, pois existe uma preocupação e interesse em investigar algo que está presente na sociedade nos dias de hoje, especificamente quando tratamos do assunto proposto. Ainda é possível observar uma predominância das estruturas familiares tradicionais em contraste com as famílias atuais.

Tratar de pesquisa educacional não se reduz a falar do objeto de estudo nem aos métodos ou técnicas utilizadas, mas também das ações e da compreensão das ações dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Pérez, 2012, p.141).

Após analisar as seis obras selecionadas para o PNLD de 2019, identificou-se a ausência de representatividade de determinadas estruturas familiares em duas coleções. Essas omissões se referem, sobretudo, à falta de registro de casais homoafetivos, independentemente de serem compostos por homens, mulheres ou pessoas transgênero, tanto em ilustrações quanto em conteúdos escritos, indo ao encontro da afirmação de Machado (2014):

O preconceito em relação as obras de temática homoafetiva é algo que dificulta tanto a utilização dessas obras no cenário escolar quanto o aumento de publicações que abordem a homoafetividade e a homoparentalidade. Ainda é muito presente nos discursos de pais, professores, religiosos, a ideia deturpada de que a criança ao ter contato com obras de temática homoafetivas se tornará homoafetivo, porém se assim o fosse, nenhuma família orientada heterossexualmente teria entre seus familiares pessoas homoafetivas (Machado, 2014, p.1).

De acordo com o estudo de Santomé (1998), os livros didáticos são vistos

como um elemento político, pois exercem impacto nas percepções do ambiente em que os indivíduos estão inseridos, promovendo argumentos e conceitos sobre a vida cotidiana, seus protagonistas e cenários. Assim, as obras didáticas possuem a capacidade de expressar valores, conceitos e preconceitos, os quais podem ser incentivados por determinados setores da sociedade que possuem autoridade.

Durante o processo de integração social, são desenvolvidas ideias sobre a identidade individual e as diferenças dentro de um determinado grupo. Ao privilegiar um modelo de família, estamos automaticamente excluindo outras estruturas familiares, resultando no que conhecemos como disparidade.

A escola é um espaço onde várias culturas se encontram, onde vários pensamentos, comportamentos e discursos estão circulando e confrontando-se entre si. É sabido que a escola promove ou tenta promover nos seus educandos virtudes morais e éticas que possibilitem a boa convivência entre os indivíduos e a construção de uma sociedade mais humana, porém o preconceito, a discriminação, presentes na sociedade, também conseguem penetrar em seus muros caminhando lado a lado da educação tão almejada, e caso nada seja feito, tende-se a perpetuar o sentimento de intolerância em relação ao “diferente” marcados pela heteronormatividade (Machado, 2014, p.3).

Durante a pesquisa, foi constatada a prevalência da "família tradicional", ressaltando ainda a supremacia dos princípios patriarcais e enfatizando que as relações heterossexuais ainda são tidas como o padrão dominante de família.

A defesa da família contra a “ideologia e gênero” é outro enquadramento determinante na mobilização conservadora do direito. Em particular, os direitos vinculados à identidade de gênero, à educação sexual ou aos casais do mesmo sexo são considerados uma ameaça direta à definição “natural” de família. Essa definição implica diferentes aspectos, que vão do casamento heterossexual como fundação de família à perspectiva da complementaridade entre homem e mulher, definindo a família também como o lugar natural para a humanização. Assim, para a Igreja, a família é “o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de ser protegida pela sociedade e pelo Estado” (Birolli *et al.*, 2020, p.72-73).

Com o surgimento do Cristianismo, a comunidade passou a considerar a homossexualidade como um ato pecaminoso, pois tanto no âmbito civil quanto no religioso, o foco principal era a ilegalidade em geral. O comportamento considerado contra a natureza era visto como algo abominável, de acordo com Foucault (1988). De acordo com o autor, as pessoas se sentiriam mais calmas em relação à heterossexualidade nas esferas social, cultural, legal e religiosa, já que os temas ligados às diversas orientações sexuais têm origem justamente nesses setores.

As discussões acerca da organização familiar, mesmo que de forma discreta, impactam, reforçando determinados padrões que são vistos como usuais e reconfortantes para os indivíduos inseridos nesse grupo.

É relevante salientar que, dos materiais de ensino selecionados para este estudo, há características positivas e importantes que merecem destaque, pois vão além das regras tradicionais impostas por parte da sociedade. É notável a transformação manifestada tanto por meio de textos quanto de imagens presentes em quatro das seis coleções escolhidas para o PNLD de 2019, demonstrando um progresso na análise do cenário educacional no Brasil nos dias de hoje.

Segundo nosso entendimento, existe uma conexão entre as estruturas de poder e suas influências, logo, o livro didático carrega consigo um propósito específico.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no Programa Nacional do Livro Didático de 2019, são apresentados princípios e critérios éticos e democráticos que tratam de temas como a interação social, os direitos civis e o respeito à diversidade. Esses diálogos exploram a importância de reconhecer as diversas particularidades.

Os recursos pedagógicos empregados nos primeiros ciclos do Ensino Básico I, tanto no Programa Nacional do Livro Didático de 2019 como no de 2023, abordam a família como principal enfoque, retratando as diversas configurações familiares existentes na contemporaneidade. Com o intuito de estimular a construção de uma identidade cultural comum, eles buscam transmitir mensagens por meio de ilustrações e narrativas que impactam na forma como as crianças interpretam e se comportam.

Quando tratamos de temas como a família, sabemos que há um grande tradicionalismo à frente dela. No entanto, com o passar dos anos e com as mudanças que a sociedade veio a adquirir, a família também obteve progressos e novos modelos (Santos *et al.*, 2020, p.50).

Assim, ajudam na propagação da cultura e na construção das personalidades dos adolescentes em crescimento, colaborando na evolução e elaboração de suas perspectivas de vida.

Os conteúdos de Ciências Humanas (Geografia, Interdisciplinar e História) incluídos nos programas escolares podem estimular discussões sobre temas políticos, econômicos e sociais, que são fundamentais para o aprendizado e crescimento dos estudantes, principalmente dentro do ambiente escolar.

No PNLD de 2019, percebe-se um avanço, ao incluir exemplos de famílias homoafetivas, em especial as femininas, mas ainda com a predominância da heteronormatividade. Dessa forma, isso acaba permitindo que ideologias conservadoras sejam sustentadas e aplicadas com menos resistência.

Na área de estudos das Ciências Sociais, surgem discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, as quais têm causado polêmicas diante do crescimento dos movimentos conservadores.

Salientamos que o estudo abordou as configurações familiares presentes nos livros didáticos e apontou uma possível influência para distintos modelos de família, os quais poderiam ser representados de forma mais clara, auxiliando na desconstrução do modelo tradicional de família, enraizado nas relações de poder, e que teria importância na atual sociedade.

Assim, a concepção de núcleo familiar, seus princípios, ética e interação com a sociedade, extrapolam a ideia de um modelo único. As configurações de família analisadas neste estudo, juntamente com sua configuração, são reavaliadas, resultando em diversas formas de organização ao longo da vida.

Por meio dos objetivos estabelecidos, as transformações nas estruturas familiares possibilitaram a reflexão acerca das questões culturais, nas quais as falas sobre a família e sexualidade têm poder de reforçar e disseminar padrões considerados normais para os indivíduos que integram determinado grupo social.

É fundamental ressaltar a importância de adotar uma postura mais analítica e educativa em relação ao emprego de materiais didáticos, com o intuito de fomentar uma educação que proporcione liberdade e emancipação. Isso valoriza a atuação do docente e enxerga a educação como um meio de libertação em diversos aspectos sociais, políticos, culturais e humanos.

A educação é processo que envolve necessariamente pessoas com conhecimento em níveis desiguais propondo-se a compartilhar esses conhecimentos. A educação escolar é uma ação intencional que pressupõe a atuação de um conjunto geracional com outro mais jovem, ou com menor domínio de conhecimento ou práticas, na direção de uma formação social, moral, cognitiva, afetiva e, num determinado contexto histórico, social e institucional (Gatti, 2013, p.52).

A autora nos alerta para não limitarmos essa percepção apenas a épocas escolares passadas, mas também nos dias de hoje, uma vez que a escola tem como objetivo principal estimular a interação social e o pensamento crítico, destacando

essa função na Educação Infantil - Anos Iniciais.

Conforme a avaliação dos seis livros aprovados no PNLD de 2023 e selecionados para este estudo, pode-se notar que apenas em uma coleção de livros (Coleção Ápis Mais – Geografia), não se encontrava nenhum registro visual ou textual de famílias homossexuais ou transgêneras. No entanto, para essa coleção, recomenda-se que os professores orientassem os alunos sobre as diversas formas de famílias, não se limitando apenas às que estão retratadas no livro.

Nas outras cinco coleções, verificou-se a presença de famílias homoafetivas por meio de textos ou imagens, no entanto, em nenhuma delas foram encontradas famílias transgêneras. Apesar das pressões dos movimentos ultraconservadores e de um governo alinhado a esses movimentos, é possível perceber que a maioria dos autores de livros didáticos para esse nível de ensino optou por manter uma abordagem inclusiva das diferentes configurações familiares, inclusive as homoafetivas.

Hoje em dia, no ambiente escolar, percebemos uma audiência proveniente dessas novas estruturas familiares, sendo assim, a escola se torna essencial para a formação de uma base consistente, com atividades reflexivas e críticas, uma vez que é nesse cenário que encontramos as famílias homoafetivas, compostas por dois pais ou duas mães.

A sociedade necessita de novas concepções sobre os novos modelos de família, embora as mesmas não sejam muito recentes, é notório percebermos na literatura o quanto ainda há uma exclusão desse novo perfil de parentela, compostos por casais homoafetivos que na atualidade, se fazem tão presentes, quanto a família heterossexual, visto que, embora a Constituição Federal ainda frise que a união seja entre homem e mulher, diversos direitos foram conquistados ao longo do tempo (Santos *et al.*, 2020, p.59).

Dentro dessa abordagem, sobre família, identidade de gênero, orientação sexual e como são representados nos livros didáticos, surgem como construções sociais influenciadas pela dinâmica de poder e conhecimento.

Quando refletimos sobre as diversas estruturas familiares que agora integram o currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme apresentado nos materiais didáticos, estamos lidando com novas maneiras de existir e se relacionar no que diz respeito à identidade de gênero e orientação sexual.

A partir desta ideia, ao analisarmos o material didático, percebemos a maneira como as famílias são retratadas em suas diversas formas, incluindo aquelas

compostas por avós, monoparentais (com apenas mãe e filho, ou pai e filho), famílias inter-raciais, entre outras, o que reforça a heteronormatividade de modo predominante na sociedade atual.

Gêneros e identidades de gênero vão sendo construídos pelos símbolos. As imagens são importantes para a educação visual destas novas composições e a partir delas é possível estabelecer a relação entre curiosidade e aprendizagem, de forma que é possível afirmar que as identidades só podem ser conhecidas na prática, visto que elas não são unificadas nem tampouco algo definido previamente, o que faz com que a visualização seja importante para este conhecimento (Guimarães *et al.*, 2017, p.5).

Na perspectiva de Guimarães e Ferrari (2017), a escola é um espaço de construção do conhecimento e, nesse contexto, é possível analisar a presença ou ausência de diversidade familiar dentro dela, como é o caso das famílias homoparentais. Quando essas questões são abordadas no currículo escolar e nas práticas pedagógicas, como, por exemplo, ao discutir a representação de diferentes tipos de famílias nos livros didáticos utilizados em sala de aula, podemos perceber uma maior abertura para a diversidade. Isso indica um progresso significativo se comparado aos materiais didáticos das décadas de 1980 e 1990.

Porém, o papel da instituição de ensino é aparentemente o de preservar uma estrutura social e os valores predominantes, questionando a forma como vamos definindo o que é considerado importante e aceitável em contraposição ao que é menosprezado e ignorado, conforme Guimarães e Ferrari (2017).

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. **Da escola para o mundo: história: 1º ano.** 1. ed. São Paulo: Scipione, 2021.
- ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. **Ligamundo história - 1º ano: ensino fundamental, anos iniciais.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. **Ligamundo história – 2º ano: ensino fundamental, anos iniciais.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- AMAZONAS *et al.* Representação de família e material didático. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 2, Porto Alegre, ago. 2008.
- APPLE, M. W. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BENTO, J. M. *et al.* Família nos livros didáticos em tempos de resistência no campo político-ideológico do Estado. **REUNINA – A Revista de Educação da Faculdade Unina, [S.l.]**, v. 3, n. 01, 2022.
- BIROLI, F. **Família: novos conceitos.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BITTENCOURT, C. M. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BONAFÉ, J. M.; RODRÍGUEZ, J. R. O currículo e o livro didático: uma dialética sempre aberta. IN: SACRISTÁN, J.G. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.
- BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 7. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão Final. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_embaixa_site110518.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: SF, 1988.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985**.

Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 20 ago. 1985b.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 5 abr. 2013a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27.833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **FNDE/MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação nº 01/2019-CGPLI:**

Programa Nacional do Livro e do Material Didático. PNLD 2019, atualização

BNCC. Brasília: MEC, 2019. Disponível em:

[file:///C:/Users/L%C3%ADdia/Downloads/Edital%20PNLD%202019%20-%20MINUTA%208%20RETIF%20-%202020.092018%20-%20MEC%20FNDE%20-%20V%207%20\(6\)](file:///C:/Users/L%C3%ADdia/Downloads/Edital%20PNLD%202019%20-%20MINUTA%208%20RETIF%20-%202020.092018%20-%20MEC%20FNDE%20-%20V%207%20(6)). Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação nº 01/2021-CGPLI: Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD 2023**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/Edital%20PNLD%202023%20%20Retificação%2008%2007%202021.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2019**. Brasília, DF: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade**. Procuradora Geral da República em exercício Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Brasília, DF: MPF, 30 jul. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=635016&tipo=TPdescricao=ADI%2F4439>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.583-A de 2013**. Institui o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=47FC186CDB5C27E515DF6EEB0712A562.proposicoesWeb2?codteor=1398893&filename=Avulso+-PL+6583/201. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 867**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2015b. PL 867/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.439**. Dispõe sobre o ensino religioso nas escolas públicas. Inteiro teor do acórdão. Relator: Roberto Barros. Relator do acórdão: Alexandre de Moraes. Brasília, DF, 27 set. 2017a. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15085915>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHOPPIN, A. A história dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, dez. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

CUNHA, L. A. A entronização do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular. **Educação e sociedade**, v. 37, n. 134, p. 266-284, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00266.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

DIAS, A. M. **Pitangá mais história**: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

DIAS, M. B. **Homoafetividade como direito**. Porto Alegre, [s.n.], 2010. Disponível em: <https://berenedias.com.br/a-homoafetividade-como-direito-humano/#:~:text=6%20%E2%80%93%20O%20direito%20%C3%A0%20homoafetividade&text=A%20dignidade%20humana%20%C3%A9%20a%20direito%20%C3%A0%20Olive%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DIAS, R.; GONZÁLES, K. P. O ensino religioso na BNCC: o estudo do fenômeno religioso na escola pública brasileira. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 1, p. 139-212, jan./abr. 2022.

FERNANDES, A. C. **Buriti mais ciências humanas**: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar! um olhar pós-naturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis.** 2005.272f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13259>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GATTI, B. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Editora UFPR.

GATTI, B. **Questões em torno de qualidade da formação de professores.** Formação de professores e carreira. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, M. M. Currículo de Ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 477-492, abr./jun. 2013.

GUIMARÃES, N.; FERRARI, A. Novas configurações familiares, homossexualidades e educação. *IN: [Enlaçando Sexualidades]*,5., 2017, Campina Grande. **Anais {...}**. Campina Grande:Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30663>. Acesso em: 19 jul. 2024.

HUTTINGTON, S. P. "Conservatism as an Ideology". **American Political Science Review**, v. 51, n.2, p. 454-473, 2 jun. 1957. DOI: 10.2307/1952202.

KANASHIRO, C. S. **Livro didático de geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula.** 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, SP, 2008.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 7.ed. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- MACHADO, M. J. L. **Famílias homoafetivas na literatura infantil: realidade e necessidade.** Campina Grande. Editora realize, 2014.
- MANHAS, C. (org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** 1.ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINORELLI, C. **Vida criança: história: 1ºano.** 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2021.
- MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012. Universidade Estadual de Maringá.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova York: ONU, [1948]. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- PEREIRA, T. V. *et al.* Uma base à base: quando o currículo precisa ser tudo. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 56, 2015.
- PÉREZ, L. F. M. **Questões sócio-científicas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores.** 2012. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 138-152. ISBN 978-85-3930-354-0. Disponível em: <https://books.scielo.org>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- PIMENTA, J. C. **A relação família-escola: concepções e práticas.** 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123962/000831129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 out. 2023.
- PLÁCIDO, G. D.; RABELO, G. Guia de civismo: o papel da Igreja Católica na formação moral dos/das estudantes brasileiros/as (1969), v. 1. [Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos]. **Anais {...}**. UNESCO – Nova Veneza, Santa Catarina – SC, 2015, p. 1-7.
- REIS, J. R. **Diálogos: história: 1º ano.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2021.

ROQUE, I. R.; NICARETTA, W. **Vem voar interdisciplinar – 1º ano: ciências, geografia e história – ensino fundamental, anos iniciais**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2017.

SACRISTÁN, J. G. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAKAMOTO, B. A. A avaliação em questão: Perrenoud e Luckesi. *In*: Simpósio Nacional de Educação, 1., 2008. Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: Unioeste, 2008. p. 1-10. Disponível em: <http://ltcead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Artigo%20sakamoto.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, G. C.; SANTOS, E. J. S.; SOUZA, J. B. Novas configurações familiares e a escola: laços possíveis na contemporaneidade. **Revista Científica do UniRios**, n. 1, p. 45-61, 2020.

SCALA, J. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis, 2011.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. A disciplina ensino religioso: história, legislação e práticas. **Educação**, v. 42, n. 1, jan./abr., 2017.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. O conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez., 2019.

SILVA, M. A. **O Programa Nacional do livro didático para o Ensino Médio - PNLD: uma análise a partir dos livros didáticos de Geografia**. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, PR, 2018.

SIMIELLI, M. E. **Ápis geografia – 1º ano**: ensino fundamental, anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

SIMIELLI, M. E. **Ápis mais geografia: 1º ano**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2021.

SIMIELLI, M. E.; CHARLIER, A. M. **Ápis história – 1º ano**: ensino fundamental, anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

SIMIELLI, M. E.; NIGRO, R. G.; CHARLIER, A. M. **Ápis interdisciplinar – 1º ano**: ciências, geografia e história: ensino fundamental, anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

SOUSA, N. G. *et al.* Novas configurações familiares, homossexualidades e educação. *IN*: [Enlaçando Sexualidades], 5., 2017, Campina Grande. **Anais** {...}. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

TEIXEIRA, R. P. **“Ideologia de gênero”?** As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. 2019. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília – DF. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35044/1/2019_RanieryParraTeixeira.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

VALLE, D. A. **Guia de civismo**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

VITIELLO, M. A. **A geografia censurada**: cerceamentos à produção e à distribuição de livros didáticos. 1. ed. Curitiba: Áppris, 2018.

VITIELLO, M. A.; CACETE, N. H. Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 26, e. 260, 2020.